



2015

ANAIIS

23º Seminário de Iniciação Científica
Etapa São Gabriel

Para toda grande ideia existe um primeiro passo

Coordenação de Pesquisa e Pós-Graduação
da PUC Minas São Gabriel

ANAIS:

23º Seminário
de Iniciação Científica

Etapa São Gabriel

Belo Horizonte
PUC – MG
2015

Copyright © Coordenação de Pesquisa e Pós-Graduação da PUC Minas São Gabriel.
Todos os direitos reservados pela Coordenação de Pesquisa e Pós-Graduação da PUC Minas São Gabriel.
Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida sem autorização prévia das coordenações.

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Grão-Chanceler: Dom Walmor de Oliveira Azevedo
Reitor: Dom Joaquim Giovani Mol Guimarães
Vice-reitora: Patrícia Bernardes
Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação: Sérgio de Moraes Hanriot
Pró-reitor Adjunto da PUC Minas no São Gabriel: Alexandre Rezende Guimarães
Diretor Acadêmico da PUC Minas no São Gabriel: Cláudio Lister Marques Bahia
Coordenação de Pesquisa da PUC Minas
no São Gabriel: Aline Aguiar Mendes Vilela
Aluna Bolsista: Fernanda da Silva Reis Martins
Projeto gráfico e diagramação: Dulce Maria de Oliveira Albarez

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - Unidade São Gabriel
Anais SCAP 2015: 23º Seminário de Iniciação Científica - Etapa São Gabriel
Coordenação de Pesquisa e Pós-Graduação da PUC Minas São Gabriel

Belo Horizonte, 2015.
118 p.
ISBN: 978-85-8239-050-4

Coordenação de Pesquisa e Pós-Graduação da PUC Minas São Gabriel
Rua Walter Ianni, 255 . São Gabriel . CEP 31980-110 . Belo Horizonte . MG . Brasil
Fone: (31) 3319 4444
e-mail: secretariapesq.sg@pucminas.br
<http://www.saogabriel.pucminas.br/diario>

SUMÁRIO

CONFLITO ENTRE NOMES DE DOMÍNIO E MARCA <i>CONFLICT BETWEEN TRADEMARKS AND DOMAIN NAMES</i>	7
Daniel Evangelista Vasconcelos Almeida Leonardo Macedo Poli	
ATUAÇÃO DAS EQUIPES DO NÚCLEO DE APOIO À SAÚDE DA FAMÍLIA: por uma Clínica Ampliada	21
Patrícia P. de Paula Flávio Durães Gabriela M. Loiola Lorena O. de Paula Giovanni A. da Silva	
PESSOAS VIVENDO COM HIV/Aids: produção de subjetividades em narrativas científicas e autonarrativas da vida cotidiana	35
Nayene Gonçalves Vieira Orientadora: Luciana Kind do Nascimento	
O PROCESSO DE ENVELHECIMENTO NA FORMAÇÃO EM SAÚDE: contribuições do PET-Saúde	49
Tatiane Pereira Santos Maria Cristina Martins de Andrade	
A DANÇA COMO TÉCNICA DE INTERVENÇÃO COM O GRUPO DA TERCEIRA IDADE: possíveis reflexões e contribuições para o autoconceito do idoso	59
Tânia Iara da Costa Neves Lopes Jardel Sander da Silva	

- 74 O PARLAMENTO EM REDE:
A INTERAÇÃO ENTRE AS CASAS LEGISLATIVAS
Guilherme Wagner Ribeiro
Ana Paula Magalhães
- 87 AVALIAÇÃO DA RADIOATIVIDADE NATURAL
EM MATERIAIS UTILIZADOS NA CONSTRUÇÃO CIVIL
Gustavo de Abreu Santos
Bianca Pereira Luiz
Eliana Aparecida Nonato Knupp
- 102 O JOVEM VAI AO CINEMA:
experiência estética e produção de subjetividades
Adriana Maria Brandão Penzim
Kelley Soares Santos
- 115 MULHER EM SITUAÇÃO DE RUA:
estratégias em relação à saúde
Jéssica Gabriella de Souza Isabel
Isabela Saraiva de Queiroz
- 129 DESIGUALDADE SOCIOECONÔMICA E EDUCAÇÃO:
perspectivas e expectativas de jovens belorizontinos
moradores de favelas
Leandro Paulino Silva
Rubens Ferreira do Nascimento
- 144 NA LUTA:
Maria Ilma Ricardo e a história da constituição
do Sindicato dos trabalhadores Domésticos
de Belo Horizonte
Mara Marçal Sales
Bárbara Ribeiro Reis
Jéssica Agostinho
Laiany Magalhães
Rafael Nascimento de Castro

CONFLITO ENTRE NOMES DE DOMÍNIO E MARCA

CONFLICT BETWEEN TRADEMARKS AND DOMAIN NAMES

Daniel Evangelista Vasconcelos Almeida¹
Leonardo Macedo Poli²

RESUMO

Conquanto se trate de um fenômeno relativamente recente, a Internet é um marco na atividade empresarial. Muitos empresários a utilizam para o exercício da empresa. Na Internet, o acesso aos sites é feito através do nome de domínio, razão pela qual ele é relevante no mercado, tendo em vista que irá identificar a atividade na rede mundial de computadores. Do mesmo modo, a marca, espécie de propriedade industrial, identifica o produto ou o serviço prestado, razão pela qual merece proteção. Ressalta-se que o registro das marcas e dos nomes de domínio, além de não seguir as mesmas regras, é de competência de órgãos distintos. Nesse ínterim, o uso de um domínio pode conflitar com uma marca já registrada. Nesse sentido, abordar-se-á o conflito, evidenciando as nuances atinentes à matéria, analisando principalmente os institutos das marcas e dos nomes de domínio.

Palavras-Chave: Propriedade intelectual. Propriedade industrial. Marca. Nome de domínio. Internet.

ABSTRACT

Although it is a relatively recent phenomenon, the Internet is a boundary in business activity, and many entrepreneurs use this to pursue the company. On the Internet, the access to sites is done by the domain name, which is the reason why this is relevant in market, considering that will identify the activity on the world wide web. In the same way, the trademark, kind of industrial property, identifies the product or service, which is the reason that it deserves protection. The registration of trademark and domain names, moreover of do not follow the same rules, it is done by different organs. Thus, the use of a domain may conflict with a trademark already protected. In this sense, it will showed that conflict, highlighting the peculiarities about that, studying the trademarks and the domain name.

Keywords: *Intellectual property. Industrial property. Trademark. Domain name. Internet.*

1 Mestrando em Direito Privado pela PUC Minas.

2 Orientador. Doutor em Direito pela UFMG. Mestre em Direito pela PUC Minas.

1 INTRODUÇÃO

A internet é hoje uma realidade na sociedade. Após o seu advento, muitas foram as alterações no modo de se viver. Assim, muitas são as práticas que se inserem em meio digital, dentre as quais destacam-se as atividades empresariais.

No entanto, não há uma legislação extensa sobre o assunto, posto que se trata de um fenômeno relativamente recente. Assim sendo, muitos são os conflitos que podem ocorrer na rede mundial de computadores.

Com base nos princípios constitucionais da livre iniciativa e da livre concorrência, o sistema de proteção do Direito Marcário e considerando que o avanço da Internet culminou na era da informação com reflexos inclusive no Direito Empresarial, o presente trabalho discute o conflito entre nomes de domínio e marca.

Brevemente, para se acessar uma informação em um site, é preciso se conectar a ele a partir de um nome de domínio. O nome de domínio é um facilitador. Sem ele, seria necessário memorizar uma série de códigos.

Atinente às marcas, a proteção é inserida inclusive no rol de direitos fundamentais, conforme incisos XXVII e XXIX do artigo 5º da Constituição da República de 1988.

Observe que existem alguns requisitos para que se tenha o registro de uma marca, entre eles se destacam os princípios da inovação e da especialidade. Conforme as diretrizes do próprio INPI – Instituto Nacional da Propriedade Intelectual, o primeiro versa que a marca deve ser nova, sendo vedada a reprodução de outra anteriormente registrada. O segundo consiste em se ter proteção somente em um dado segmento ou setor. Assim é que podem coexistir duas marcas idênticas no mesmo período de tempo, sendo ambas protegidas pelo ordenamento jurídico e sem estar-se diante de um conflito.

Por sua vez, o registro de um domínio segue apenas o princípio do firstserver, first come, ou seja, a proteção e conseqüente titularidade será conferida àquele que primeiro requerer o registro no órgão competente, privilegiando o ineditismo.

As marcas e os nomes de domínio são institutos distintos e, inclusive, o registro é de atribuição diversa. As marcas, no Brasil, são registradas junto ao INPI, enquanto o nome de domínio é registrado junto ao Comitê Gestor da Internet no Brasil - CGI.br ou Internet Corporation for Assigned Names and Number - ICANN, a depender da estrutura a ser utilizada.

Desta feita, é possível que uma pessoa registre um domínio que reproduza uma marca sem ser o titular dela. Estar-se-ia diante de um conflito? Ora, de um lado temos um regime próprio de proteção às marcas e de outro o sistema dos nomes de domínio. Há que se investigar as possíveis soluções jurídicas dessa situação.

O nome de domínio é um facilitador entre o usuário e o site, posto que sem ele o acesso à informação se daria com a utilização de códigos numéricos de difícil memorização. Portanto, assim como a marca, o nome do estabelecimento, o nome empresarial e outros sinais distintivos, o nome de domínio tem uma função importante na atividade empresária, sendo certo que goza de proteção.

O objetivo do presente trabalho é compreender como se dá a proteção aos nomes de domínio e às marcas para se verificar o possível conflito entre eles. Para tal, na segunda parte abordou-se a conceituação de marca. Na terceira, foi explanado o surgimento e a evolução dos nomes de domínio. Por fim, na quarta parte, foi trabalhada a ideia do conflito entre marca e nome de domínio.

2 MARCAS

Sobre marcas, Denis Barbosa (2003) leciona que:

(...) marca é o sinal visualmente representado, que é configurado para o fim específico de distinguir a origem dos produtos e serviço. Símbolo voltado a um fim, sua existência fática depende da existência destes dois requisitos: capacidade de simbolizar, e capacidade de indicar uma origem específica, sem confundir o destinatário do processo de comunicação em que se insere: o consumidor. Sua proteção jurídica depende de um fator a mais: a apropriabilidade, ou seja, a possibilidade de se tornar um símbolo exclusivo, ou legalmente unívoco, em face do objeto simbolizado (BARBOSA, 2003, p. 803)

Marca é, pois, um sinal distintivo da atividade empresária que compõe a propriedade industrial, identificando um produto ou serviço, distinguindo-o no mercado de outro produto ou serviço de origem distinta. Assim, se diz que o consumidor associa a marca à qualidade do produto ou serviço.

Nesse diapasão, tem-se duas funções das marcas, quais sejam: as funções essenciais e as funções secundárias. Entende-se por função essencial da marca a distinção que ela atribui ao bem ou serviço, distinguindo-o no mercado, sendo essa a função mais relevante. Destarte, mais além, tem-se a função secundária da marca, pois serve como uma indicação de origem, qualidade, econômica e publicitária.

Segundo Barros (2007), o direito de marcas é regido pelos princípios da distinguibilidade, veracidade, novidade, disponibilidade, especialidade e territorialidade. Por sua vez, Coelho (2011) não trata a matéria como princípios, mas sim como condições, sendo essas a da novidade relativa, não colidência com notoriamente conhecida e desimpedimento.

Princípio que merece atenção é o da especialidade. Sobre o tema, leciona Fabio Ulhoa Coelho (2011)³ que “pelo ‘princípio da especificidade’, a proteção da marca registrada é limitada aos produtos e serviços a respeito dos quais podem os consumidores se confundir [...]” (COELHO, 2011, p. 177). Segundo tal princípio, será protegida a marca apenas para um determinado ramo, o que permite a existência simultânea de marcas iguais, desde

que para atividades distintas (CORRÊA, 2014).

O que se quer dizer é que a marca é registrada apenas para um ramo da atividade empresarial, sendo possível a coexistência pacífica entre duas marcas iguais, desde que para atividades distintas. Assim, o INPI, órgão responsável para o registro das marcas, dispõe de uma lista com 45 classes⁴, dentre as quais se distinguem a atividade do empresário.

Entretanto, há uma exceção na qual não se pode utilizar um sinal distintivo em outra especialidade, qual seja, a marca de alto renome. “Nesta hipótese, a proteção é ampliada para todos os ramos da atividade econômica” (COELHO, 2011, p.177). A marca de alto renome é única, não comportando outras de igual distinção em qualquer ramo de atuação.

Salienta-se que para a proteção da marca é necessário o registro no órgão competente, qual seja, o INPI. O que se quer dizer é que mesmo que uma marca preencha todos os princípios, não terá proteção até o requerimento de registro junto ao INPI. A não ser que se trate de marca notoriamente reconhecida, pois apenas esta precede de registro.

3 NOMES DE DOMÍNIO – SURGIMENTO E EVOLUÇÃO

A Internet é hoje uma realidade que revolucionou e revoluciona a forma como a sociedade vive. Observe que hoje é muito comum as empresas venderem produtos através da rede mundial de computadores, o que aumenta o alcance delas no mercado. Tão grande a importância da Internet que já foi, inclusive, considerada bem indispensável à vida (CORTE ALEMÃ, 2013). É possível, pois, afirmar que atualmente a atividade empresarial vive uma nova era, que se denomina era digital ou até mesmo sociedade da informação.

Na atualidade, o acesso à informação é muito simples. Graças à Internet um usuário consegue realizar diversas tarefas na rede sem se deslocar, o que antes seria inimaginável. Há diversas formas para a comunicação entre os computadores. Mas, usualmente, o acesso ocorre através do Protocolo Internet (em inglês, IP).

Tudo o que está conectado à rede mundial de computadores possui um número de IP, que nada mais é que uma sequência de números composta por 32 bits. “O número 172.31.110.10 é um exemplo. Repare que cada octeto é formado por, no máximo três caracteres, sendo que cada um pode ir de 0 a 255. Verifica-se cada octeto separado por um ponto.” (BRANT, 2014, p. 140). Dessa forma, todos os dispositivos que acessam a Internet, como computadores, celulares e *tablets*, possuem um número IP único. É como se o IP fosse a identidade do dispositivo na rede, o que não admite imitação. No mesmo sentido, todo o conteúdo da rede possui um número IP, inclusive os *websites*.

3 Fábio Ulhoa Coelho (2011) utiliza a nomenclatura de “princípio da especificidade” e não “princípio da especialidade” como neste trabalho optou por utilizar, contudo, não há diferença no conceito, mas tão somente um estilo linguístico distinto.

4 A lista pode ser acessada através do link <http://www.inpi.gov.br/images/docs/ncl%2810%29_-_2015_guia_do_usuario_e_notas_explicativas_retificado_em_pdf.pdf>

Destarte, é muito complexa a memorização de uma sequência de números, ao passo que nomes se guardam com uma facilidade maior. Assim, visando facilitar o acesso de informações na rede é que o Sistema de Domínio, o *Domain Name System* (DNS), propicia a substituição do endereço numérico pela utilização de um nome.

O DNS substitui um endereço de um site por uma sequência de IP, ou seja, utiliza um conjunto de palavras ao invés de uma sequência numérica. Assim, ao se digitar em um navegador o endereço “www.receita.gov.br” o DNS irá transformar esse endereço naquela sequência numérica que corresponde ao IP do respectivo site. Observe que a memorização de um domínio é mais simples que a de um endereço IP. Dessa maneira, todo o site, além do servidor que hospeda o conteúdo, possui também um servidor DNS. Assim sendo, o acesso a conteúdos na internet é feito a partir dos nomes de domínio.

No âmbito empresarial, um site pode hospedar não somente um conteúdo a respeito do produto ou serviço oferecido pela empresa, mas também sê-lo. É o caso, por exemplo, dos *e-commerce*, ou comércio eletrônico. Vive-se uma crescente deles, que consistem em sites que vendem produtos diretamente da rede mundial de computadores. Ou seja, a atividade empresarial é desenvolvida na Internet, razão pela qual há discussão na doutrina moderna a respeito do que se denomina estabelecimento virtual (GUIMARÃES, NEVES, 2015).

A Internet revolucionou não só o meio de acesso à informação, mas também o direito empresarial como um todo. Assim, se faz necessária a análise desse fenômeno para a melhor compreensão das atividades empresariais nos dias atuais.

3.1 ESTRUTURA DO NOME DE DOMÍNIO

Os nomes de domínio identificam os sites e devem respeitar uma forma preordenada para a apresentação ao usuário. Em âmbito originário⁵, ou como afirma Côrrea (2014), em âmbito mundial, os domínios são registrados e regulamentados pela ICANN - *Internet Corporation for Assigned Names and Number*⁶. Já no Brasil, tal gerenciamento ocorre por conta do Comitê Gestor da Internet no Brasil – CGI.br⁷. O CGI.br, através de uma portaria, delegou ao NIC.br – Núcleo de Informação e Coordenação do ponto BR tal controle que, por sua vez, delegou a um de seus órgãos, o Registro.br, tal atribuição.

Ressalta-se que o órgão Registro.br é quem tem função direta de registro e manutenção dos nomes de domínio no Brasil (CORRÊA, 2014). O Registro.br utiliza-se de normas para tal função, estabelecidas em 2008 através da Resolução 008 (CGI.br, 2014).

5 Diz-se originário, pois a Internet surgiu nos Estados Unidos, razão pela qual eles detêm originariamente o controle sobre ela.

6 Disponível em <http://www.icann.org/en/about>

7 O CGI.br foi criado pela portaria interministerial nº 147, de 31 de maio de 1995, dos ministérios da Comunicação e da Ciência e Tecnologia, e alterada pelo decreto presidencial nº 4.829, de 3 de setembro de 2003, para coordenar e integrar todas as iniciativas de serviços Internet no país, sendo composto por membros do governo, do setor empresarial, do terceiro setor e da comunidade acadêmica. Disponível em <http://www.cgi.br/sobre-cg/index.htm>.

De uma maneira geral, todos os nomes de domínio se constituem de elementos básicos, quais sejam, o “www”, o domínio de segundo nível, o domínio de primeiro nível e o top level. A composição de um site, por exemplo, se apresenta dessa forma.

Como exemplo, utilizar-se-á o site da Receita Federal, “www.receita.gov.br”. O nome “receita” corresponde ao domínio de segundo nível, por sua vez o “gov” corresponde ao domínio de primeiro nível e o top level é o “br”. Todos os países internamente possuem o seu próprio top level, exceto os Estados Unidos, que utilizam o domínio de primeiro nível “com” para designar seus sites. Cássio Brant (2015) ilustra bem a estrutura de um nome de domínio.

Como exemplo de nome de domínio, cita-se o endereço eletrônico que acessa a página do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG). O nome de domínio no Brasil é constituído de alguns elementos que são exemplificados no endereço do TJMG: www.tjmg.jus.br. O endereço “www” é a World Wide Web, que corresponde à rede mundial de computadores. O ‘tjmg’ seria o domínio de segundo nível, que identifica a pessoa. A denominação ‘jus’ corresponde ao domínio de primeiro nível, que identifica a destinação da entidade, no caso, o poder judiciário. A designação “br” corresponde ao top level que identifica o país. Os Estados Unidos são os únicos que não têm denominação do país porque foram os idealizadores da Internet. Os de segundo nível é que causam problemas judiciais em relação aos nome de marcas. (BRANT, 2015, p. 122)

O domínio de segundo nível é o que irá identificar o site, é como os usuários irão acessá-los, razão pela qual pode gerar conflitos com outros nomes, como marcas, título de estabelecimento e nome empresarial, por exemplo. O usuário tem liberdade de escolha deste nome, bastando que respeite algumas regras que se verão a seguir.

O domínio de primeiro nível identifica ou tenta identificar a atividade desenvolvida pelo site. Diz-se tenta, pois o costume leva a sociedade a pensar que todo site brasileiro tem a composição “.com.br”. Na realidade, o domínio de primeiro nível pode se apresentar de diversas formas, como por exemplo “adv” para serviços advocatícios, dentre outros, conforme artigo 14 da Resolução 008 (CGI.br, 2014). Ocorre que essa tentativa é falha, pois, ao se idealizar um site, é comum pensar na existência apenas do “com”, ignorando as demais. Ressalta-se que os sites registrados junto à ICANN terão apenas os domínios de primeiro e segundo nível, tendo em vista que os Estados Unidos não utilizam o top level.

O domínio de topo, ou simplesmente *top level*, identifica o país de origem do site. Cada nação possui o seu, não se repetindo. A título exemplificativo, o Brasil utiliza “br” enquanto o Canadá utiliza “ca”.

É evidente o avanço que o nome de domínio trouxe para as atividades empresariais. Pode-se afirmar que nos dias atuais a empresa passa por uma nova era, a era digital. Observe que, ao se procurar um serviço ou produto, muitos consumidores utilizam a Internet, daí resultando a importância do nome de domínio. Nesse sentido, a sua escolha e

o correto uso podem ser essenciais para o sucesso de uma empresa.

3.2 REGISTRO E PRINCÍPIOS NORTEADORES

Ao contrário das marcas, o registro do nome de domínio é algo simplificado. Há apenas um princípio norteador, qual seja, o *firstserved, first come*. Segundo esse princípio, aquele que primeiro requerer o registro será o titular do domínio. Isso em conformidade com o artigo 1º da Resolução 008 (CGI.br, 2014).

Ocorre que o princípio do *firstserved, first come* não é uma máxima. Há certas limitações. O que se quer dizer é que não são todos os vocábulos que são registráveis. As palavras de baixo calão ou abusivas, por exemplo, não são registráveis, conforme o parágrafo único do referido dispositivo normativo.

Como visto, há diversas opções de domínio de primeiro nível. Caso se requeira a designação “adv”, por exemplo, é preciso que o usuário comprove a legitimação para tal, ou seja, comprove que seja advogado. O mesmo se refere para todos os demais domínios de primeiro nível, exceto os que utilizem “com” ou “net”, tendo em vista que não há qualquer requisito para isso, conforme artigo 14, inciso VI, da Resolução 008 (CGI.br, 2014).

Portanto, o registro de um nome de domínio é algo simples, bastando que o usuário o requeira primeiro, cumprindo as exigências formais vistas. As exigências acima são para o registro de domínio no Brasil. Cada país pode fazer suas exigências. Entretanto, de uma maneira geral, todos utilizam o princípio do *firstserved, first come* (CÔRREA, 2014).

4 CONFLITOS ENTRE MARCA E NOME DE DOMÍNIO

Tem-se que às marcas se aplica o princípio da especialidade, ou seja, será protegida apenas no ramo da atividade empresarial que se requereu, salvo nos casos de marca de alto renome. Assim sendo, existe a possibilidade de duas ou mais marcas idênticas serem registradas no INPI, sem que isso caracterize um conflito entre elas. No Brasil, existe um exemplo claro, qual seja, a marca “Globo”, que é utilizada pela empresa de telecomunicação, por outra empresa de produtos de limpeza e por outra que explora alimentos. Nesse caso, todas as três marcas existem ao mesmo tempo e, segundo a atual normatização da LPI, podem coexistir sem a caracterização de conflito, pois pertencem a ramos empresariais distintos.

Ao contrário das marcas, o nome de domínio é único, não sendo possível a existência de dois idênticos. Nesse sentido, há que se ventilar o conflito que existe entre o nome de domínio e a marca. No exemplo supracitado, caso as três empresas requererem para si a titularidade do domínio www.globo.com.br, a quem deve ser atribuída a titularidade? Pode-se afirmar que deve ser dado a quem primeiro requereu, pois ao nome de domínio

se aplica o princípio do *firstserved, first come*, o que é questionável, conforme se verá a seguir.

Nesse aspecto, vale ressaltar que, conquanto exista a individualização da atividade empresária pelo domínio primário, “[...] o público em geral espera que os endereços web sejam nomes curtos “emoldurados” pelo ‘www.’ e ‘.com’” (KAMINSKI, 2003, p. 248). Assim sendo, é ineficaz a tentativa de aplicação do princípio da especialidade ao nome de domínio, visto que o mercado consumidor acredita que o domínio da marca “exemplo”, é “www.exemplo.com” ou `www.exemplo.com.br`. A grande maioria negligencia ou desconhece a existência de outros domínios primários.

Outro conflito existente decorre do fato de que, como já afirmado, para se registrar um nome de domínio, basta que se requeira, sendo que não é exigida prova de titularidade do nome a ser registrado. Assim sendo, caso se requeira um registro de certo nome de domínio cuja designação seja uma marca de outrem, regularmente registrada, estar-se-ia diante de um conflito. Nesse caso, por mais que não se trate de marca, o nome de domínio pode conflitar com ela.

Nesse aspecto, conforme Kaminski (2003), não se pode exigir que o titular da marca ao mesmo tempo requeira o registro do domínio, embora seja aconselhável. Do mesmo modo, a marca não pode ser um critério isolado, sob pena de o detentor conseguir obstar todo e qualquer registro que a contenha, seja qual for o domínio de primeiro nível o que “[...] não nos parece justo e coerente aos princípios da Internet.” (KAMINSKI, 2003, p. 252).

Buscando uma solução para esses conflitos, Kaminski (2003), sugere uma integração dos bancos de dados dos nomes de domínio e das marcas.

Quando do registro, diante da inviabilidade prática de análise criteriosa caso a caso no caso de domínios, uma alternativa poderia ser a integração do banco de dados de registro de domínios (Registro.br) com o de marcas (Inpi). Mas o empecilho mais evidente é a existência de diversas classes para o registro de marcas, e que as condições para o registro de marcas são muito mais austeras e solenes (v. art. 124 e seus incisos da Lei 9.279/96). (KAMINSKI, 2003, p. 251/252).

Como se vê, é uma solução falha, pois não aborda a possibilidade de duas marcas idênticas, mas de classes distintas, requererem o uso de um mesmo domínio. Não é uma solução fácil, pois se trata claramente de conflito entre princípios. De um lado o princípio da territorialidade, que atribui proteção à marca em todo o território nacional, podendo inclusive ultrapassá-lo como visto, e de outro lado o princípio do *firstserved, first come*, que atribui a titularidade de domínio a quem primeiro requerer o seu registro.

4.1 CONFLITOS JURISDICIONADOS?

CASOS SUBMETIDOS À ICANN E AO CGI.BR

Evidenciado o conflito existente entre nomes de domínio, é preciso esclarecer como se dá a resolução prática. Observe que, em se tratando de Internet, tudo é muito rápido. Assim, eventual conflito deve ser solucionado com a rapidez que a rede mundial de computadores demanda.

Nesse norte, um domínio secundário, registrado junto ao CGI.br, será submetido a um sistema de resolução de conflitos do órgão. Isso conforme o artigo 1º do regulamento do sistema administrativo de conflitos de Internet relativos a nomes de domínios sob “BR” - denominado SACI-Adm. Ademais, o CGI.br credencia órgãos para a resolução dos conflitos. Atualmente são credenciados a Associação Brasileira da Propriedade Intelectual, a Câmara de Comércio Brasil-Canadá e a WIPO.

Tratando-se de um domínio *top level*, utilizando apenas a designação “.com”, que é registrado junto à ICANN, nela deverá solucionar o conflito, também da forma administrativa. A peculiaridade é que a ICANN adotou um sistema unificado para a solução de conflitos, que se processa na WIPO e que atualmente conta com um Serviço de Solução de Disputas Relativas a Nomes de Domínio .

Portanto, todo e qualquer domínio de primeiro nível, caso tenha um conflito, poderá ser solucionado na WIPO. O mesmo acontece com os domínios registrados no CGI.br, o que evidencia o sistema de resolução de conflitos que foi criado em 1999. Conforme Geist (2003), o referido mecanismo é nomeado de *Uniform Dispute Resolution Policy* (UDRP). O procedimento se assemelha a arbitragem e é feito totalmente online.

O contexto de criação veio com a difusão do *Cybersquatting* e *Typosquatting*. O *Cybersquatting* nada mais é que o registro de uma marca de outrem como nome de domínio, dada a confusão existente entre esses institutos. Por sua vez, o *Typosquatting* é o registro de nomes de domínio com pequenos erros de grafia como www.exmplo.com.br. Note que a omissão da letra “e”, se lido sem cautela, não é tão clara (MENDES, 2015).

Atualmente, podem ser submetidos à análise do órgão casos que envolvam nome de domínio idêntico ou similar à marca, entre outros. Assim, caso um empresário sintase prejudicado pelo uso de domínio que conflite com marca registrada, poderá submeter o caso à análise da WIPO. Para decidir o caso, a comissão designada avaliará quatro fatores que evidenciam a má fé. São eles:

- 1 - circunstâncias que indicam que o objetivo principal é vender ou transferir o nome do proprietário da marca registrada ou concorrente para apreciação em excesso de custos relacionados com o nome de domínio; ou

8 Disponível em <<http://www.wipo.int/amc/pt/domains/gtld/udrp/#1>>

9 Não se trata de arbitragem, pois as partes do procedimento não anuíram a cláusula ou compromisso arbitral. Há um contrato entre o usuário que registrou o domínio e o órgão (CGI.br ou ICANN, por exemplo), no qual se estipula a submissão de casos ao referido sistema, mas o que não caracteriza arbitragem, pois o terceiro não anuiu à referida cláusula. Entretanto, o sistema é similar à arbitragem.

2 - história do registro, a fim de impedir o titular do IP de refletir a sua marca em um nome de domínio; ou

3 - registro principalmente para o propósito de prejudicar a atividade comercial de um concorrente; ou

4 - tentativas intencionais para atrair usuários para seu site para fins comerciais, criando um risco de confusão quanto à origem ou endosso. (Tradução nossa)

Portanto, havendo intuito de venda do domínio fica caracterizada a má-fé do titular. A história do registro também é relevante na análise do caso. Por fim, afirma-se que o sistema unificado de resolução de conflitos se refere apenas aos nomes de domínios e a decisão se limita a transferência ou cancelamento deste (HARVARD, 2015). Não há, pois, possibilidade de se cancelar um registro de marca.

É claro que, querendo, pode-se instaurar um processo judicial, até mesmo por que o inciso XXXV do artigo 5º da CR/88 normatiza que “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito” (BRASIL, 1988). Destarte, o procedimento judicial é lento, o que trará uma decisão de certo inefetiva, visto que a Internet demanda celeridade.

4.2 FIRSTSERVED, FIRST COME OU PRIORIZAÇÃO DO DIREITO MARCÁRIO?

Há uma tendência em se privilegiar a marca, o que deve ser relativizado. Nessa linha de raciocínio estão Dornaus (2015) e Brugioni (2015). Como visto, a própria WIPO, em seu UDRP, coloca como má-fé o registro de domínio que utiliza marca alheia. Mas como afirma Kaminki (2003, p. 252), “a marca não pode ser um critério isolado, no caso de ser comparada com um nome de domínio”.

É claro que no registro das marcas há uma análise rigorosa do mérito. No INPI, um pedido de registro passa por duas análises, uma formal e uma material, sendo que de

10 1 circumstances indicating that the primary purpose is to sell or transfer the name to the trademark

owner or competitor for consideration in excess of direct costs related to the domain name; or

2 history of registration in order to prevent the IP owner from reflecting their mark in a domain name; or

3 registration primarily for the purpose of disrupting the business of a competitor; or

4 intentional attempts to attract users to your site for commercial gain, by creating a likelihood of confusion as to source or endorsement (HARVARD, 2015).

11 A jurisdição será eficaz quando conseguir atingir o seu objetivo que é a proteção de um direito ou de uma situação jurídica pela via jurisdicional. Já a análise da efetividade não é apenas quanto ao resultado da jurisdição, é preciso se averiguar como foi construída a relação processual, é preciso se analisar a moldura em que está inserido o processo.

ofício há uma busca para que se evite o registro de marcas conflitantes. Entretanto, o fato de não haver uma análise de mérito dos nomes de domínio não significa que a marca deverá ser sempre privilegiada. Deve-se repensar a atual forma de resolução de conflitos, na qual a maioria dos casos submetidos à análise do judiciário ou da UDRP são vencidos por aquele que litiga embasado na titularidade de marca, conforme é exposto por Geist (2003) e Kaminski (2003).

Tal fato leva a uma prática denominada *Cybersquattingreversa* (SINGH, 2015). Nela, o empresário, querendo que lhe seja confiado o uso de domínio já registrado e não tendo o registro de marca pretérito, requer o registro dessa posteriormente. Este fato evidencia o quão prejudicial pode ser um sistema de resolução de conflitos que presume como má-fé o uso de um domínio registrado como marca por outrem.

Não se afirma que o princípio da primeira posse dos nomes de domínio deve sempre prevalecer. Evidente que em alguns casos a má-fé do titular é evidente. Porém, o fato de se ter uma marca registrada não caracteriza, ou não devia caracterizar, por si só, a má-fé.

Sobre a UDRP da WIPO, Michael Geist (2003) fez uma análise sistêmica sobre os casos submetidos à resolução até 2001. Em seu trabalho, constatou que em 82.2% dos casos houve êxito do reclamante, o que faz pensar a política de resolução.

Ora, como 82.2% dos casos determinou a transferência ou cancelamento de domínio, aplica-se ao nome de domínio realmente o princípio do *firstserved, first come?* É preciso que se analise com cautela tal instituto. Deferir a posse de domínio para depois se retirar pode não ser uma medida inteligente. Isso porque para o desenvolvimento de um website há investimento, que pode ser perdido por uma decisão posterior. O que se quer afirmar é que seria mais eficaz o controle no momento do requerimento do registro, realizando não só uma análise formal, mas também uma análise de mérito.

Nesse sentido, o registro de domínio deveria seguir alguns princípios mais rígidos. Assim, com um controle preventivo, a ocorrência dos conflitos aqui evidenciados pode ser reduzida, sem que isso caracterize ofensa aos princípios da livre concorrência e da livre iniciativa. Isto é, a análise de mérito iria evitar práticas de *cybersquattinge typosquatting*.

5 CONCLUSÃO

Como visto, a Internet tem reflexos na atividade empresarial. Pode-se afirmar que o empresário a utiliza para exercer a empresa. Dessa forma, os nomes de domínio são de suma importância, tendo em vista que identificam a atividade na rede mundial de computadores. Por sua vez, as marcas também possuem grande relevância. Elas identificam produtos e serviços, que também podem ser inseridos em meio digital.

Entretanto, os princípios norteadores dos domínios e das marcas são distintos, bem como os órgãos registradores. Assim sendo, surge a possibilidade de conflitos entre marcas e domínios. Como visto, há uma tendência dos órgãos julgadores em privilegiar a marca, o que deve ser relativizado.

O nome de domínio deve ser visto com a cautela e importância que lhe é devida. Não se quer afirmar que ele deve sempre preponderar sobre as marcas. Entretanto, a análise deve ser feita caso a caso, pois só assim se saberá qual decisão deve ser tomada.

Nesse contexto, a investigação mostrou que a má-fé é um elemento que ajuda a identificar qual dos institutos deve prevalecer. Entretanto, atualmente se considera de má-fé aquele que utiliza como domínio marca de outrem, o que não deve prevalecer. A má-fé é um elemento subjetivo e deve ser verificada caso a caso.

A prática hoje mostra que aquele que pretende utilizar um domínio tem de registrar também a marca, o que é tido como uma exigência implícita. Isso ocorre em virtude do fato de que o titular tem tido preferências nos conflitos com nomes de domínio, sendo essa inclusive a primeira orientação da WIPO em seu sistema de resolução de conflitos.

Os conflitos entre marcas e nomes de domínio continuarão a existir enquanto o sistema de nomes de domínio for do jeito que é. É claro que o processo de abstração das normas e sistemas é lento. Isso se deve ao fato de que, como a Internet é um fenômeno relativamente recente, é possível que em um futuro próximo se tenha normas, aqui entendidas em *latu sensu* (leis, costumes, jurisprudência, princípios, etc.), que consigam regulamentar e prevenir conflitos como os que aqui foram expostos.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Denis Borges. *Uma Introdução à Propriedade Intelectual*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2003

BARROS, Carla Eugenia. *Manual da Propriedade Intelectual*. Aracaju: Evocati, 2007.

BITTAR, Carlos Alberto. *Direito de Autor*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2003.

BRANT, Cássio Augusto Barros. *Lições Preliminares de Propriedade Intelectual*. 1ª Ed. Belo Horizonte: Edição do Autor, 2012.

BRANT, Cássio Augusto Barros. *Marco Civil da Internet: comentários sobre a Lei 12.965/2014*. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2014.

BRANT, Cássio Augusto Barros. *Usucapião do direito de uso da propriedade intelectual*. Disponível em: <http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Direito_BrantCA_1.pdf>. Acesso em 05 maio 2015.

BRASIL. Lei Nº 9.279, de 14 de maio de 1996. *Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial*. 14 de maio de 1996

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*.

BRUGIONI, Franco Mauro Russo. *Conflitos entre marca e nome de domínio na internet*. *Revista Jus Navigandi*, Teresina, ano 19, n. 4184, 15 dez. 2014. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/31355>>. Acesso em: 24 maio 2015.

CGI.BR – Comitê Gestor da Internet no Brasil. Resolução CGI.br/RES/2008/008/P. Dispõe sobre os procedimentos para registro de nomes de domínio. Disponível em: <http://www.cgi.br/resolucoes/documento/2008/008>. Acesso em: 17/09/2014.

CGI.BR – Comitê Gestor da Internet no Brasil. Regulamento do Sistema Administrativo de Conflitos de Internet relativos a nomes de domínios sob “.br” - denominado Saci-Adm. Disponível em: < <http://registro.br/dominio/saci-adm-regulamento.html> >. Acesso em: 17/09/2015.

COELHO, Fábio Ulhoa. Manual de Direito Comercial: direito de empresa. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

CORRÊA, Júlio César Dutra. Nome de domínio: Enseja proteção equiparável às marcas ou é apenas mais um signo distintivo para o exercício da atividade empresarial?. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XV, n. 96, jan 2012. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11054&revista_caderno=8>. Acesso em set 2014.

CORTE ALEMÃ julga internet como serviço essencial. *Mundo Positivo*. 25 jan. 2013. Disponível em: <http://www.mundopositivo.com.br/noticias/brasil/20138626-corte_alema_julga_internet_como_servico_essencial.html> Acesso em: 25 jan. 2015.

DORNAUS, Victor Pellegrino da Silva. Conflitos entre marca registrada, nome empresarial e nome de domínio. *Revista Jus Navigandi*, Teresina, ano 19, n. 4128, 20 out. 2014. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/30404>>. Acesso em: 24 maio 2015.

GEIST, Michael. Fair.com?: Uma investigação sobre alegações de deslealdade sistêmica na ICANN UDRP. In: LEMOS, Ronaldo. WAISBERG, Ivo. *Conflitos Sobre Nomes de Domínio e Outras Questões Jurídicas da Internet*, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003. p. 133/178

GUIMARÃES, Ana Caroline Faria; NEVES, Rubia Carneiro. El establecimiento virtual y su condición de establecimiento empresarial secundario (filial). *Panorama of Brazilian Law*, Vol. 2, n° 2, 2014. Disponível em <<http://www.panoramaofbrazilianlaw.com/index.php/BrLaw/article/view/30>>. Acesso em: 04 maio 2015.

HARVARD. Uniform Dispute Resolution Policy. Disponível em: < <http://cyber.law.harvard.edu/property00/domain/udrp.html> > acesso em: 05 de maio de 2015

KAMINSKI, Omar. Conflitos sobre nomes de domínio: a experiência com o Judiciário brasileiro. In: LEMOS, Ronaldo. WAISBERG, Ivo. *Conflitos Sobre Nomes de Domínio e Outras Questões Jurídicas da Internet*, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003. p. 242/271

MENDES, Carolina de Aguiar Teixeira. Proteção digital da marca: Cybersquatting e Typosquatting. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, X, n. 39, mar 2007. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=3730>. Acesso em 05 de maio 2015.

POLI, Leonardo Macedo. *Direito Autoral: parte geral*. Belo Horizonte: Del Rey, 2008.

SINGH, Snehlata, *Conflicts between Trademarks and Domain Names: A Critical Analysis*. Disponível em: <<http://ssrn.com/abstract=2045222>>. Acesso em 05 de maio de 2015

ATUAÇÃO DAS EQUIPES DO NÚCLEO DE APOIO À SAÚDE DA FAMÍLIA: por uma Clínica Ampliada

Patrícia P. de Paula¹²
Flávio Durães¹³
Gabriela M. Loiola¹⁴
Lorena O. de Paula¹⁵
Giovanni A. da Silva¹⁶

RESUMO

A Atenção Primária é uma diretriz potente e em franco desenvolvimento com números crescentes de novas Unidades Básicas de Saúde (UBS), onde se alocam as equipes de Saúde da Família. É na UBS o local onde os especialistas do Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) trabalham junto às equipes de Saúde da Família, através do apoio técnico-pedagógico e assistência compartilhados. Entretanto, aumentam-se, também, as exigências e a complexidade do trabalho a ser desenvolvido por esses profissionais. Tem-se como intuito investigar a atuação dos profissionais das equipes do NASF em relação às práticas elaboradas que visem à Clínica Ampliada. A Clínica Ampliada é um dos dispositivos para a gestão e os processos de trabalho na UBS, uma nova proposta que exige outra concepção da relação saúde/doença e a superação da fragmentação e hierarquização no diagnóstico, planejamento e ações em saúde. A pesquisa qualitativa descritiva foi realizada em um município de médio porte da região metropolitana de Belo Horizonte, com profissionais de duas equipes de NASF. Os resultados obtidos com a metodologia proposta destacam que ambas as equipes NASF fazem o uso de todas as ferramentas previstas pelas diretrizes governamentais, porém ainda apresentam algumas fragilidades na utilização. Essas dificuldades geram formas das equipes se organizarem, de maneira que cada equipe reage de maneira diferente frente às dificuldades e se reajustam, buscando estratégias diferentes para realizar as diretrizes da Clínica Ampliada.

Palavras-chave: NASF. Atenção Primária à Saúde. Saúde da Família. Clínica Ampliada.

12 Doutora em Psicologia pela USP e professora de Psicologia da PUC Minas. patriciapintodepaula@gmail.com

13 Mestre em filosofia pela UFMG e professor da PUC Minas. duraesf00004@gmail.com

14 Graduanda de Psicologia da PUC Minas e bolsista CNPq- PIBIC.

15 Graduanda de Psicologia da PUC Minas e bolsista CNPq- PIBIC.

16 Técnico psicólogo voluntário.

SUMMARY

The Primary Care is a powerful and free developing guideline with increasing numbers of new Basic Health Units (BHU), which allocate the Family Health teams. It is at BHU where the Core's experts from Support Family Health (SFHC) work together with Health Teams Family through technical and pedagogical support and shared care. However, they are increased also the requirements and complexity of the work to be developed by these professionals. It has been the intention to investigate the performance of professionals of the SFHC teams in relation to elaborate practices aimed at Enlarged Clinic. The Enlarged Clinic is one of the devices for the management and work processes at BHU, a new proposal that requires another conception of health / disease relationship and overcoming fragmentation and hierarchy in the diagnosis, planning and health actions. The descriptive qualitative research was carried out in a medium-sized municipality in the metropolitan region of Belo Horizonte, with professionals from two teams of SFHC. The results obtained with the proposed methodology emphasizes that both SFHC teams make use of all the tools provided by government guidelines, but still have some weaknesses in use. These difficulties generate ways to teams are organized, so that each team reacts differently in the face of difficulties and readjust, seeking different strategies to carry out the guidelines of the Enlarged Clinic.

Key Words: Primary Health Care. Family Health. EnlargedClinic.

1 INTRODUÇÃO

Considera-se que a estratégia de saúde da família como organizador da Atenção Primária é uma diretriz potente e em franco desenvolvimento com números crescentes de novas Unidades Básicas de Saúde (UBS), onde se alocam as equipes de Saúde da Família. E é na UBS o local onde os profissionais do Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) trabalham junto às equipes, através do apoio técnico-pedagógico e assistência compartilhada, encontrando desafios relativos à diversidade, complexidade e situações que envolvem a saúde.

O NASF foi criado como uma política, com diretrizes para gestão e atuação profissional em 2008, mediante a Portaria nº 154 do Ministério da Saúde (BRASIL, 2008). Esse núcleo é composto por equipes multiprofissionais de diferentes especialidades na área da saúde e tem como objetivo principal, o nome mesmo diz, “apoiar” e atuar de maneira integrada com os profissionais das equipes de Saúde da Família, compartilhando práticas e saberes em saúde com as equipes de referência apoiadas (equipes de Atenção Básica), buscando auxiliá-las no manejo ou resolução de problemas clínicos e sanitários (BRASIL, 2014). Atribuições amplas as quais ainda se somam a ampliação e o aperfeiçoamento de

ações e os resultados da Atenção Primária em Saúde (APS) do Sistema Único de Saúde (SUS), levando em consideração o território e seus aspectos regionais (LIMA, 2008).

O objetivo principal da pesquisa foi investigar a atuação dos profissionais das equipes do Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) em relação às práticas elaboradas que visem à “Clínica Ampliada”. Para tal, os objetivos secundários foram: conhecer, analisar e compreender a atuação dos especialistas do NASF junto aos profissionais da saúde da família; verificar como essa atuação se sustenta (ou não) a partir dos pressupostos da Clínica Ampliada.

A presente pesquisa embasou-se na hipótese da existência de uma fragilidade na concepção e na formação para uma Clínica Ampliada, partindo do suposto da normatização das Diretrizes do NASF, preconizada pelo Ministério da Saúde, mas que cabe a cada equipe NASF criar estratégias para sua implementação. Realizou-se uma descrição da atuação dos profissionais das equipes NASF, a partir da análise de duas equipes de um município de Minas Gerais, a fim de compreender tais estratégias criadas pelos profissionais tendo em vista a “Clínica Ampliada”.

A pesquisa de campo foi em um município de médio porte da região metropolitana de Belo Horizonte em duas unidades do NASF diferentes atuantes em territórios distintos da mesma cidade, através dos seguintes procedimentos: cinco observações de reuniões de matriciamento e duas observações de grupos operativos organizados por profissionais do NASF, seis entrevistas semiestruturadas com três profissionais de cada um dos NASF estudados.

2 METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida em um município de médio porte, na região metropolitana de Belo Horizonte, por corresponder aos critérios de inclusão: possui 10 equipes NASF, compostas por fisioterapeutas, psicólogos, assistente social, terapeuta ocupacional, nutricionistas, pediatra, psiquiatra, fonoaudiólogos e ginecologista, tendo esses profissionais mais de um ano no núcleo. Essas dez equipes NASF apoiam 95 equipes de Saúde da Família que atuam nas 78 Unidades Básicas de Saúde localizadas nesse município.

Na primeira fase da pesquisa, entre fevereiro de 2014 e junho de 2014, realizou-se a atualização do levantamento bibliográfico, capacitação das bolsistas, o mapeamento e a escolha das possíveis cidades, e reunião para apresentação da pesquisa junto à Secretaria Municipal de Saúde e à coordenação geral do NASF. Na segunda fase, entre fevereiro e julho de 2015, a equipe realizou pesquisa de campo através de reuniões de apresentação da pesquisa para a Secretaria Municipal de Saúde, reunião com oito coordenadoras de NASF, também na Secretaria Municipal de Saúde, e duas reuniões de apresentação da pesquisa com as equipes NASF escolhidas, observação de cinco reuniões de matriciamento e observação de dois grupos operativos, seis entrevistas com profissionais de dois NASF, realização de diários de campo e transcrições de seis entrevistas. Nessa fase, foram

realizadas as primeiras análises de conteúdo, com base na estrutura proposta por Minayo (1999) e algumas reuniões com a equipe de pesquisa.

Como etapa final dessa pesquisa teve-se a elaboração do relatório descritivo e analítico para PUC Minas São Gabriel e para a ProPPg, produções científicas e participação em eventos acadêmicos. Prevê-se, ainda, realizar uma reunião de devolutiva da pesquisa para a Secretaria Municipal de Saúde e equipes dos dois NASF envolvidos na pesquisa.

3 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os resultados apresentados no estudo se fundamentam nos dados qualitativos e descritivos obtidos a partir da pesquisa “Atuação das equipes do núcleo de apoio à saúde da família: por uma Clínica Ampliada”, financiada pelo CNPq-Pibic, como uma pesquisa FIP PUC Minas (Edital 2014/ 2015 9345 – S2). Respeitando os princípios éticos relativos a estudos que envolvem seres humanos, a pesquisa que subsidia esse estudo foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (29087714.8.0000.5137).

A seguir serão apresentados os principais achados da investigação realizada.

3.1 CLÍNICA AMPLIADA

A “Clínica Ampliada” é um dos dispositivos para gestão e para os processos de trabalho na UBS, uma nova proposta que exige outra concepção da relação saúde/doença e a superação da fragmentação e hierarquização no diagnóstico e planejamento e ações em saúde.

A Clínica Ampliada foi proposta inicialmente por Campos (1997) como uma clínica capaz de lidar com a singularidade sem abrir mão da atenção às doenças, suas possibilidades de diagnóstico e intervenção (CUNHA, 2010). Em 2003, a Clínica Ampliada entrou como diretriz da Política Nacional de Humanização (PNH), que a conceitua como uma ferramenta teórica e prática, com a finalidade de contribuir para uma abordagem clínica do adoecimento e do sofrimento, considerando a singularidade do sujeito e a complexidade do processo saúde/doença, permitindo o enfrentamento da fragmentação do conhecimento e das ações de saúde na busca do equilíbrio entre danos e benefícios gerados pelas práticas de saúde (BRASIL, 2008).

A Clínica Ampliada é proposta como uma ferramenta com a qual os profissionais das equipes de Saúde da Família e do NASF enfocam o sujeito, a doença, a família e o contexto social, tendo como objetivo produzir saúde e aumentar a autonomia. Para isso, utiliza-se da integração de equipe multiprofissional, da adscrição de clientela e da construção de

vínculo entre profissionais e usuários na elaboração de projeto de cuidado. Esse projeto de cuidado é desenvolvido de forma singular e em conformidade com a vulnerabilidade de cada caso, com vistas à ampliação dos recursos de intervenção sobre o processo saúde-doença, tomando a integralidade como objetivo maior. Também é uma forma de, concretamente, tornar humanizados os serviços de saúde, visando às mudanças nos modelos de atenção e gestão, promovendo a produção de saúde e de subjetividades na afirmação do encontro clínico entre trabalhador de saúde e usuário, relação esta de produção conjunta (BRASIL, 2009a).

A Clínica Ampliada exige do profissional de saúde, conforme prevê o documento de Diretrizes do NASF, uma compreensão e atuação sustentada em diversos pontos: compreensão ampliada do processo saúde-doença; construção compartilhada de diagnósticos e terapêuticas; ampliação do “objeto de trabalho”; a transformação dos “meios” ou instrumentos de trabalho; dispositivos para a gestão e os processos de trabalho na UBS (Brasil, 2009). Uma nova proposta que exige outra concepção da relação saúde/doença e a superação da fragmentação e hierarquização no diagnóstico, planejamento e ações em saúde. As ações em saúde, na perspectiva da Clínica Ampliada, deverão ser voltadas além do usuário, a família, a comunidade e o território.

3.2 INSERÇÃO E RELAÇÃO DA EQUIPE NASF E EQUIPE DA SAÚDE DA FAMÍLIA: SUPORTE AOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE E DESAFIOS

A implantação do NASF ocorreu há pouco tempo, em 2008, e seu processo de institucionalização ainda é recente e ainda encontra-se em construção e adaptação. Entre os desdobramentos advindos desse processo, observa-se que essa políticavem caminhando aos poucos ao lado das ESF, na tentativa de levar para elas e aos profissionais que realizam a porta de entrada no serviço básico de saúde, a função e as competências incumbidas ao NASF (LIMA, 2008). Essa compreensão do trabalho do NASF é necessária para que junto às equipes de Saúde da Família possam planejar trabalhos que sejam integrados e compartilhados no que corresponde às práticas em saúde.

Sendo assim, a implantação do NASF e a chegada de novos profissionais na já estabelecida organização da Atenção Básica, tende a produzir efeitos na dinâmica de cada Unidade Básica de Saúde (UBS), ocasionando, assim, vários desafios que serão peculiares às realidades encontradas nas diversas regionais do território brasileiro (BRASIL, 2014).

Na pesquisa de campo, através da realização das entrevistas, foram relatados alguns desafios encontrados pelas equipes do NASF em relação à ESF, no que tange ao processo de implantação nas UBS. De acordo com Caderno de Atenção Básica nº 39 (BRASIL, 2014), alguns desses desafios surgem de alguns fatores limitantes e problemáticos que podem aparecer ao longo do processo e prejudicar a prática dos profissionais, tais como: o déficit

na formação em saúde desses profissionais para trabalhar na lógica do apoio matricial; o desconhecimento das possibilidades de atuação no apoio matricial; a necessidade de conciliar diferentes realidades; a tensão entre flexibilidade e desvio do papel dos profissionais do NASF; e o NASF como tendo papel regulador.

Dentre os desafios encontrados pelas equipes do NASF participantes dessa pesquisa, o que se destaca como fator em comum entre elas é o despreparo sentido pelos profissionais de saúde, principalmente da ESF, para trabalharem na lógica do apoio matricial, como trabalho compartilhado e integrado com a equipe NASF para a coordenação do cuidado.

Outro fator que também se apresenta como resistência para a implantação e inserção do NASF por parte da ESF seria a questão de disputa de poder. Essa disputa pelo poder se dá em razão do NASF, como equipe multiprofissional, possuir multisaberes. Essa questão colocaria o NASF em mais destaque em relação às equipes de Saúde da Família, como detentor do saber em relação a eles, contrapondo a ideia de horizontalização proposto para o trabalho em saúde. Essa característica acaba colocando o NASF como o “fiscalizador” do trabalho dos profissionais da Saúde da Família, ou seja, aquele que impõe às equipes as formas de fazer o trabalho na unidade. Essa questão perpassa outro fator limitante que prejudica o processo, o papel regulador atribuído ao NASF, por qualificar os encaminhamentos relativos a sua área de atuação, tanto aqueles recebidos das equipes apoiadas, quanto os realizados por outros pontos ou serviços da rede de saúde.

As perspectivas analisadas demonstram a necessidade e importância do diálogo e negociação para definir a melhor forma de estruturação possível de trabalho e de atuação, de forma compartilhada e integrada entre equipe NASF e Equipes de Saúde da Família. Para o desenvolvimento desse processo ocorrer de forma positiva e produtiva é de suma importância a presença atuante do gestor da equipe, auxiliando nos obstáculos corriqueiros do trabalho, na resolução de problemas entre as equipes através da comunicação e reuniões, no acolhimento das equipes, na efetivação das diretrizes, proporcionando a autonomia dos profissionais, de maneira a otimizar o trabalho em saúde na Atenção Básica (BRASIL, 2014).

3.3 APOIO DA GESTÃO E SUPORTE AOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE

A responsabilidade da gestão para o desenvolvimento do trabalho compartilhado entre as equipes perpassa pela oferta de condições adequadas e o papel de mediação de conflitos e impasses entre NASF e ESF na Atenção Básica, no sentido de propiciar um trabalho de cogestão. Para isso ocorrer de forma mais completa, pactuações podem ser realizadas envolvendo gestão municipal e/ou apoiadores do município, profissionais do NASF e das equipes vinculadas, de acordo com o Caderno de Atenção Básica n 39 (BRASIL, 2014).

Segundo Campos (2012), para a ideia de cogestão funcionar é necessário ter um apoiador, alguém que tenta interferir nas relações de trabalho, de gestão, tentando ampliar o grau de diálogo, de deliberação conjunta, de forma que não fique na verticalização. Dentro do trabalho do apoio matricial, cabe ao apoiador problematizar o que está acontecendo, colocar na roda, criando um arranjo que constrói o projeto terapêutico de forma interprofissional, através de uma postura ativa, interativa, estimulando as pessoas a se autorizarem a refletir criticamente sobre o outro, seja apoiador, seja da gestão que estão trazendo.

Os depoimentos de alguns dos entrevistados evidenciam a importância do papel do gestor para efetivação do trabalho entre as equipes na Atenção Básica, para definir as atribuições e atividades mínimas desenvolvidas por categoria profissional, promover mecanismos de comunicação e troca de informações entre NASF e equipes de Saúde da Família (incluindo gestores/coordenadores de cada Unidade Básica de Saúde vinculada), e viabilizar espaços de encontro e mediação de impasses e conflitos entre NASF, equipes vinculadas e coordenação/gestão das UBS sempre que necessário, especialmente em situações em que é identificada maior resistência para o desenvolvimento de ações na lógica do apoio matricial (BRASIL, 2014).

3.4 AS FERRAMENTAS DA CLÍNICA AMPLIADA

Será discutido, a seguir, com base nos Caderno de Atenção Básica: Diretrizes do NASF, as cinco ferramentas que estão dentro da Clínica Ampliada: **compreensão ampliada do processo saúde e doença; construção compartilhada de diagnósticos e terapêuticas, ampliação do objeto de trabalho; transformação dos meios e objetos de trabalho; suporte para os profissionais de saúde.** A análise buscou articular o relato das seis entrevistas realizadas com profissionais de duas equipes NASF com as diretrizes oficiais postas para o trabalho dessas com as equipes de saúde da família.

Na primeira ferramenta da Clínica Ampliada, **a ampliação do processo saúde doença**, o paciente não é visto mais somente como um portador de doença e sofrimento, e sim visto de maneira ampliada, ou seja, cada paciente é visto como um sujeito ímpar e é levado em consideração também a sua família, seu território e suas relações sociais. Percebe-se tanto pelas dificuldades, quanto pela realização da ampliação do processo saúde/doença que isso ainda vem sendo desenvolvido nas equipes NASF e que ainda existem fragilidades ao realizar essa ferramenta.

A segunda ferramenta, **construção compartilhada de diagnósticos e terapêuticas**, é uma ferramenta muito importante, pois é a partir dela que os profissionais constroem o projeto terapêutico singular. Nessa construção a equipe interdisciplinar irá discutir os casos, e os profissionais da ESF e NASF precisam de mais articulação. Para que a construção compartilhada de diagnósticos e terapêuticas ocorra é necessário ter um espaço

físico, uma agenda com espaço especial dedicado a essas discussões e uma corresponsabilização das equipes.

Percebe-se pelas entrevistas que a construção de diagnósticos e terapêuticos ocorrem tanto na reunião de matriciamento, quanto nas brechas cotidiano dos profissionais envolvidos. Porém, assim como a primeira ferramenta discutida, também encontra-se dificuldade para a realização. Os principais problemas relatados foram a dificuldade de dialogar com os profissionais da ESF e dificuldade de realizar uma divisão de responsabilidades.

Além de utilizar as brechas do cotidiano, os profissionais do NASF usam a ferramenta **ampliação do objeto de trabalho**. Nessa ferramenta os profissionais estudam a realidade daquela população para definir grupos ou tratamentos que podem ajudar tanto o indivíduo daquele local, como um grupo de indivíduos. Os profissionais NASF buscam, dessa forma, realizar um trabalho que não dependa somente da clínica como era no modelo tradicional. Em algumas falas nota-se que os grupos de profissionais são realmente bem limitados, e uma das dificuldades encontradas para ampliar o objeto de trabalho é o grande número de demandas. Os profissionais acabam por ficarem presos nos modelos mais tradicionais dentro do núcleo profissional.

Apesar das dificuldades encontradas, é notável na pesquisa de campo que a ferramenta *ampliação do objeto de trabalho* vem acontecendo muitas vezes obtendo sucesso. Estão sendo realizados grupos operativos com resultados satisfatórios. Os profissionais NASF e a ESF vem realizando grupos de acordo com a demanda local, mas também com a demanda que cada paciente daquele território traz, respeitando a singularidade de cada indivíduo mesmo que trabalhando em grupos. Outra forma dessa ferramenta a ser utilizada, é a realização de visitas domiciliares que são utilizadas com frequência pelas equipes NASF, e que são de extrema importância para os pacientes que não têm condições de sair de sua residência, como também para os profissionais ESF e NASF conhecerem a situação social que aqueles moradores estão vivenciando.

Em relação à quinta ferramenta, denominada **transformação do objeto de trabalho**, o caderno 39 do ano de 2010, é apresentada da seguinte forma.

Os “meios” ou instrumentos de trabalho também se modificam intensamente na Clínica Ampliada. São necessários arranjos e dispositivos de gestão que privilegiem uma comunicação transversal na equipe e entre equipes (nas organizações e rede assistencial). Mas, principalmente, são necessárias técnicas relacionais que permitam uma clínica compartilhada. A capacidade de escuta (do outro e de si mesmo), de lidar com condutas automatizadas de forma crítica, de lidar com a expressão de problemas sociais e subjetivos, com a família, a comunidade, entre outras pessoas e grupos sociais. (BRASIL, 2010, p. 27).

Os profissionais entrevistados da equipe NASF fazem essa ampliação, realizando encaminhamentos para os serviços secundários e transformando o que o território oferece em uma assistência para o tratamento dos pacientes.

Na fala dos entrevistados pode-se perceber a importância da comunicação transversal, tanto na equipe como entre as equipes. Essa comunicação transversal também se faz de extrema importância para a quinta e última ferramenta acontecer: o **suporte aos profissionais de saúde**. Através das reuniões de matriciamento, nas reuniões de equipe e em outros momentos, as equipes são capazes de realizar não somente troca de informações dos pacientes, mas também troca de saberes.

Essa educação permanente e essa horizontalidade do saber são muito significativas para que ocorra a Clínica Ampliada. Sendo assim, o apoio matricial não é vertical, como o modelo hierarquizado, onde um profissional responde a outro, mas é um modelo horizontal e compartilhado que desvia a lógica de encaminhamento indiscriminada para uma lógica de corresponsabilização, pretendendo uma maior resolutividade em saúde (CAMPOS, 2007; FIGUEIREDO, 2009).

É perceptível que ainda se apresentam dificuldades na utilização dessas ferramentas, porém ambas as equipes se reajustam e buscam estratégias para realizar a ferramenta Clínica Ampliada de maneiras distintas. É notável que para que ocorra uma boa utilização dessa ferramenta a equipe de Saúde da Família e NASF devem estar sempre em integração e em processo de corresponsabilização.

3.5 A GESTÃO DO TRABALHO, O APOIO DO GESTOR

Considera-se essencial a intervenção da gestão diante dos conflitos apresentados. Dessa forma, foi observado que a inserção da equipe de NASF no município gera algumas dificuldades que certamente podem interferir no trabalho com a população. Nesse sentido, é importante a criação de encontros de mediação. Embora a intervenção não tenha sido um objeto direto de pesquisa, ela nos aponta um diálogo entre o conteúdo apresentado e a proposta de apoio matricial de Campos (2012).

O apoiador é alguém que tenta interferir nessas relações de trabalho, de gestão, tentando ampliar o grau de diálogo, de deliberação conjunta. Alguém que fica não nessa tradição vertical, o apoiador inclusive na clínica, desse modo, torna a relação clínica como uma relação de apoio. O papel do apoiar é o de colocar na roda, ou seja, de trazer esse não dito da assimetria para ser analisado, para ser compreendido e para ser falado e, ao mesmo tempo, produzirem-se leis novas que reduzam essa assimetria (CAMPOS, 2012, p. 151).

Considera-se que o “por na roda” apresenta como resultado a melhora na relação entre os profissionais do NASF com a SF dessa referida pesquisa. Questiona-se, logo, como a assimetria entre tais equipes influenciam nos conflitos? E como a equipe do NASF se compreende frente à equipe de SF? Essas questões, ainda sem resposta, apontam algo.

Uma vez que o conflito foi instaurado, compreende-se que a implantação pode ter acontecido de forma verticalizada, o que alterou as relações de poder. Seria a figura de apoiador matricial uma saída?

A partir das entrevistas é constatado que deve haver um “respaldo institucional para realização das reuniões de discussão de casos e/ou temas com as equipes de Atenção Básica (tempo na agenda, por exemplo)” (BRASIL, 2014. P.41). Apesar de não ser função só do gestor, a gestão dos processos de trabalho por parte dele é fundamental, uma vez que, sem respaldo institucional pode-se haver diversos desencontros entre os trabalhadores, o que pode culminar nos conflitos, como os entre as equipes do município dessa pesquisa.

Esse desenho inclui critérios, afinal é necessária a utilização dos protocolos para nortear minimamente o trabalho. Ou seja, a gestão poderá estabelecer em conjunto com os trabalhadores “critérios para acionamento do apoio da equipe NASF e outras formas de integração entre equipes de Atenção Básica e o NASF” (BRASIL, 2014, p.40). Dessa maneira, é possível evitar desencontros entre as equipes.

São muitos os desafios vividos por profissionais que trabalham na área da saúde, em especial da saúde pública. A situação do município é destacada durante as observações das reuniões de matriciamento e nas análises das entrevistas, quanto aos pacientes que necessitam de cuidados da especialidade médica ortopedia, e do modo como ofertar o melhor cuidado possível é necessário criar modos de otimizar essa atenção. No caso dessa alta demanda pela especialidade médica de ortopedia, o papel da gestão aponta-se através da identificação da problemática, na qual propõe um espaço de discussão para que haja inventividades que possam interferir na demanda, amenizar ou até mesmo solucioná-la. A intervenção inclui profissionais, tais como o terapeuta ocupacional e fisioterapeuta no espaço, ampliando a clínica para esses pacientes. Caso tal espaço de diálogo possa ser o menos verticalizado possível, pode-se ter um espaço de cogestão.

Desse modo, considera-se que uma gestão possível realizará intervenções em um modelo de cogestão, ou seja, incluirá nas decisões os envolvidos no processo, inclusive os próprios pacientes.

3.6 AGENDA DE TRABALHO: DIÁLOGO ENTRE O REAL E O PRESCRITO A PARTIR DO CADERNO 39 E AS ENTREVISTAS DE SEIS PROFISSIONAIS DO NASF DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE

Considera-se que a agenda de trabalho é um importante instrumento para uma boa gestão do trabalho, imprescindível diante da complexidade que é o trabalho no NASF. É nela que será possível organizar o trabalho, que inclui espaço para “reuniões de matriciamento com as equipes de AB, com periodicidade variável de acordo com a modalidade de NASF e com o contexto” (BRASIL, 2014. P.49). Além, de ser possível inclusive, verificar na

agenda a presença ou não de instrumentais indicados para o trabalho do NASF.

Outro instrumental presente é o dos grupos e atividades coletivas (específicas e compartilhadas). Os relatos apresentados pelos entrevistados evidenciam a importância da organização do tempo visível na agenda para execução do trabalho. Nesse sentido, segue abaixo a orientação para os profissionais do NASF:

Por se tratar de uma equipe de apoio que lida com as complexas realidades de cada uma das equipes vinculadas, é necessária a construção de uma agenda de trabalho do NASF que contemple as diversidades e as amplas possibilidades de ações que podem ser realizadas no trabalho integrado. (BRASIL, 2014, p.48).

O único ponto que não foi possível observar nessa pesquisa foi um espaço nas agendas dos profissionais destinado à elaboração de materiais de apoio, rotinas, protocolos e outras ações de educação permanente, que até então não se observou de forma evidente, ou seja, ausência de espaço reservado na agenda sob demanda quando acordadas com as equipes vinculadas.

3.7 A INCIPIÊNCIA DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

A análise das seis entrevistas denota a incipiência da avaliação do trabalho de acordo com a fala dos profissionais e a ausência do Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ). Ele foi instituído em 2011, pela portaria nº 1.654 GM/MS, através de uma pactuação entre as três esferas de gestão do SUS, Ministério da Saúde, gestores estaduais e municipais que viabilizaram tal programa como modo de ampliação do acesso e melhoria da qualidade da Atenção Básica em todo o Brasil (BRASIL 2011). O principal objetivo do PMAQ é

[...] induzir a ampliação do acesso e a melhoria da qualidade da atenção básica, com garantia de um padrão de qualidade comparável nacional, regional e localmente de maneira a permitir maior transparência e efetividade das ações governamentais direcionadas à Atenção Básica em Saúde (BRASIL, 2011, p.4).

Surpreende o fato dos profissionais em sua maioria desconhecerem sobre os processos de avaliação e do PMAQ e, como consequência, questiona-se como isso pode interferir nos processos de trabalho dos profissionais e até mesmo da gestão.

Isso reflete em parte no objetivo do PMAQ. Tal incipiência abre diversas questões que não podem ser contempladas nessa pesquisa, mas possibilita novas pesquisas no campo pesquisado. Diz respeito a um aspecto do SUS inevitável em um território extenso como o Brasil, a pluralidade que está ligada à gestão municipal e estadual dos SUS no país.

A falta de clareza sobre a avaliação, que pode ser por falta de informação ou por ausência de fato de instrumentos de avaliação do trabalho, resulta na falta de controle sobre o trabalho, dificultando, desse modo, a avaliação da qualidade do que é ofertado para população.

Para Campos (2010) é necessária a busca de “modelos de gestão que combinem autonomia, necessária para a práxis, com controle sobre o trabalho, considerando-se o saber estruturado, valores políticos e direitos dos usuários”(CAMPOS, 2010, p. 2.341). Isso resulta em pontos relevantes a se destacar no texto, tais como a defesa da autonomia e a necessidade de se incorporar o usuário como pessoa dentro de uma dimensão psicossocial. A necessidade de se favorecer a “autonomia relativa das equipes de saúde é a variabilidade do processo saúde e doença, gerando a relação paradoxal entre padronização e singularidade dos casos (no espaço e no tempo)”(CAMPOS, 2010, p. 2.341-2.342). Esse modo tornou-se um novo paradigma possível no “saber fazer” em saúde.

Porém Campos (2010) ressalta que a incorporação desses novos conceitos depende de reformas organizacionais e também do processo de trabalho voltadas para ampliar a democracia institucional. Para tal, o autor sugere um sistema de cogestão e de apoio institucional, com poder compartilhado entre gestor e equipe entre clínico e equipe, entre profissionais e usuários.

E considera-se também que modos de avaliação podem orientar o trabalho, caso esse modo não engesse ou endureça o saber fazer em saúde. Porém a cogestão pode ser pensada a partir de uma Clínica Ampliada. Em vez de ser apenas um modo de controle, pode ser um modo de apoio, apoio a inventividades do saber fazer em saúde a partir das singularidades que escaparam do que as diretrizes orientam.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho em Clínica Ampliada se caracteriza, segundo o Caderno de Atenção Básica/ Diretrizes do NASF (M.S., 2009, pg. 26 e 27), por realizar uma compreensão ampliada do processo saúde/doença; construção compartilhada dos diagnósticos e terapêuticas; ampliação do objeto de trabalho; transformação dos “meios “ou instrumentos de trabalho; fazer o suporte aos profissionais de saúde.

Após a discussão e análise dessas cinco ferramentas da Clínica Ampliada nas práticas de duas Equipes NASF, foi possível perceber que ambas as equipes fazem o uso de todas as ferramentas. Porém, ainda apresentam algumas fragilidades na utilização dessas ferramentas. Essas dificuldades geram uma forma interessante das equipes se organizarem, de forma que cada equipe reage diferente frente à dificuldade e se reajustam buscando estratégias diferentes para realizar as diretrizes da Clínica Ampliada.

Para que ocorra uma utilização satisfatória das cinco diretrizes da ferramenta Clínica Ampliada, pode-se dizer que a equipe de Saúde da Família e o Núcleo de Apoio à Saúde da Família devem estar sempre integrados, realizando um processo interdisciplinar e de responsabilidade mútua.

Nesse sentido, faz necessário estabelecer um diálogo e negociação para definir a melhor forma de estruturação possível de trabalho e de atuação, de modo compartilhado e integrado entre equipe NASF e equipe de Saúde da Família. Para o desenvolvimento desse processo ocorrer de forma positiva e produtiva é de suma importância a presença atuante do gestor da equipe, auxiliando nos obstáculos corriqueiros do trabalho, na resolução de problemas entre eles, através da comunicação e reuniões, no acolhimento das equipes, na efetivação das diretrizes, proporcionando a autonomia dos profissionais, de maneira a otimizar o trabalho em saúde na Atenção Básica. Assim, procura-se o desenvolvimento de uma postura proativa para atuar em uma lógica diferenciada daquela pautada no encaminhamento do usuário, tradicionalmente instituída nos serviços de saúde, para ações de promoção, de prevenção, de tratamento, de reabilitação, de redução de danos e coordenar seu cuidado na Rede de Atenção Básica à Saúde.

Contudo, vale ressaltar que essa postura precisa ser tomada tanto pelos profissionais que compõem a equipe NASF, quanto por aqueles que constituem a equipe de Saúde da Família, e a gestão, sendo necessária permeabilidade e disposição para o trabalho colaborativo e para o compartilhamento de responsabilidades e ações de ambas as partes.

Percebe-se ao longo da pesquisa que uma gestão, afinada à proposta da Clínica Ampliada, irá realizar intervenções em direção aos modelos de cogestão. Desse modo incluirá nas decisões todos os envolvidos do processo e isso inclui os próprios participantes. A gestão irá realizar intervenções diante da singularidade de cada desafio e de cada território. Além de realizar intervenções juntamente com os envolvidos, a gestão e os módulos de avaliação podem fornecer orientações de trabalho. Mas ressalta-se que a cogestão pode ser pensada através de uma Clínica Ampliada, não sendo mais apenas um modo de controle e avaliação, mas sim de apoio às inventividades do saber fazer e saúde, a partir das particularidades que escapam no embasamento nas diretrizes que as norteiam.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Saúde. Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ) 2011.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Diretrizes do NASF: núcleo de apoio à saúde da família Brasília: Ministério da Saúde; 2009. 157 p. [Série A. Normas e Manuais Técnicos/Cadernos de Atenção Básica, n. 27]Brasília; 2008. Diário Oficial da União 25 Jan 2008. [n. 18].

BRASIL. Ministério da Saúde. Núcleo de Apoio à Saúde da Família. v. 1. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. (Cadernos de Atenção Básica, n. 39).

CAMPOS, GWS. Equipes de referência e apoio especializado matricial: um ensaio sobre a reorganização do trabalho em saúde. *Ciência Saúde Coletiva* 1997; 4(2): 393-403.

CAMPOS, G. W. S. & DOMITTI, AC. Apoio matricial e equipe de referência: uma metodologia para gestão do trabalho interdisciplinar em saúde. In: Cadernos de Saúde Pública, 2007. v.23, n.2.

CAMPOS, G. W. S. Apoio matricial e práticas ampliadas e compartilhadas em redes de atenção. Psicologia em Revista, Belo Horizonte, v. 18, n.1, p. 148-168, Abril 2012.

CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa. Cogestão e neoartesanato: elementos conceituais para repensar o trabalho em saúde combinando responsabilidade e autonomia. Ciência & Saúde Coletiva. V.15, n.5, p.2337-2344, ago,2010.

CUNHA, G. T. A construção da clínica ampliada na atenção básica. Saúde em debate, 3.ed, p. 162, 2010.

FIGUEIREDO, M. D.; CAMPOS, R. O. Saúde mental na atenção básica à saúde de Campinas, SP: uma rede ou um emaranhado. Ciência e Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, 2009.

LIMA, F. L. C. O núcleo de apoio à saúde da família e alguns de seus desafios. Revista Saúde e Desenvolvimento, vol.3, n.2, p. 118-133, Jan 2008

MINAYO, M. C. S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 6ª ed. São Paulo: HUCITEC. Rio de Janeiro: ABRASCO. 1999.

PESSOAS VIVENDO COM HIV/Aids: produção de subjetividades em narrativas científicas e autonarrativas da vida cotidiana

Nayene Gonçalves Vieira¹⁷

Orientadora: Luciana Kind do Nascimento¹⁸

RESUMO

Esta pesquisa teve por objetivo geral investigar a relação entre o diagnóstico de pessoas vivendo com HIV/Aids e a produção de subjetividades. O trabalho de coleta de dados consistiu em duas etapas: 1) realização de pesquisa bibliográfica no Portal Periódicos CAPES, tendo como descritor principal a expressão “vivendo com HIV/Aids” e 2) análise de autonarrativas publicadas no blog “Vidas em Crônica: retratos da Aids no Brasil”. Na primeira etapa, foram aplicados critérios de seleção do material bibliográfico selecionando-se 36 e 379 resultados iniciais. Na segunda etapa, foram selecionadas 80 narrativas em primeira pessoa, das 108 disponíveis no blog à época da coleta de dados. A análise dos dados se guiou pela perspectiva da análise temática de narrativas científicas, que tem como foco principal o que é dito, o conteúdo da narrativa. O software Qualitative Data Analysis (ATLAS.ti) versão 7.0 foi utilizado como ferramenta de apoio ao armazenamento e manejo do processo de análise. Destaca-se na análise do material bibliográfico que a qualidade de vida é recorrentemente atrelada ao viver com HIV/Aids. Essa pesquisa permite discutir uma problemática relevante para a Psicologia Social e para as políticas públicas. Conclui-se que tanto as narrativas científicas estudadas na primeira etapa quanto as autonarrativas permitem discutir e ressignificar o que é viver com HIV/Aids, noção polissêmica que modula diferentes processos de subjetivação no cenário estudado.

Palavras-chave: viver com HIV/Aids. Autonarrativas. Processos de subjetivação.

17 Graduação em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Bolsista de iniciação científica PROBIC/Fapemig.

18 Doutora em Saúde Coletiva (IMS/UERJ), com pós-doutorado em Psicologia Social (UFMG). Docente no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da PUC Minas.

ABSTRACT

This research was general to investigate the relationship between the diagnosis of people living with HIV / AIDS and the production of subjectivities. The data collection work consisted of two steps: 1) conducting literature in Portal CAPES Journals, the main descriptor the term “living with HIV/AIDS” and 2) self-narratives analysis published in the blog “Lives in Chronicle: portraits AIDS in Brazil. “ In the first step, the bibliographic material selection criteria were applied to selecting 36 and 379 initial results. In the second stage, we selected 80 stories in first person, of the 108 available in the blog at the time of data collection. Data analysis was guided by the perspective of thematic analysis of scientific narratives, which focuses primarily on what is said, the content of the narrative. The Qualitative Data Analysis software (ATLAS.ti) version 7.0 was used as a support tool for storage and management of the review process. It stands out in the analysis of the bibliographic material that quality of life is recurrently linked to living with HIV/AIDS. This research allows us to discuss an important issue for social psychology and public policy. We conclude that both scientific narratives studied in the first stage as the self-narratives allow discuss and reframe what living with HIV/AIDS, polysemic notion that modulates different subjective processes in the studied scenario.

Keywords: living with HIV / AIDS. Self-narratives. Subjectivation processes.

1 INTRODUÇÃO

No cenário contemporâneo de pessoas vivendo com HIV/Aids são perceptíveis as mudanças que ocorreram ao longo dos anos desde a descoberta da doença. Caroline Landau (2011) utiliza a expressão “a Aids mudou de cara” para destacar essas transformações. A condição oferecida desde a década de 1990 é de uma sobrevida maior em função dos antirretrovirais. De modo geral, o tratamento efetivo eliminou marcas corporais que antigamente eram geradas pelo HIV/Aids, mas gerou outras.

As mudanças do viver com HIV/Aids são discutidas por Jane Galvão (2002), que entre 1993 e 1999 foi coordenadora geral da Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids (Abia). Outro autor que também contribui na discussão desse novo olhar para o HIV/Aids foi Herbert Daniel, que participou da Abia e foi um dos fundadores do Grupo Pela Vida, composto por pessoas que vivem com HIV/Aids, familiares e amigos. No livro intitulado Vida antes da morte, esse autor denuncia a discriminação de profissionais de saúde e do Estado direcionada a pessoas soropositivas e não se cala diante da morte civil, ou seja, dos direitos negados a essas pessoas (DANIEL, 1989). Sendo assim, esses autores dizem das possibilidades de viver com HIV/Aids, das mudanças de uma doença associada diretamente à morte para algo mais próximo dos adoecimentos crônicos.

O objetivo geral deste trabalho foi investigar a relação entre o diagnóstico de pessoas vivendo com HIV/Aids e a produção de subjetividades. Os objetivos específicos foram articular conceitualmente as noções de autonarrativas e produção de subjetividades, situando-as como ferramentas teóricas importantes para a pesquisa em Psicologia.

O trabalho consiste em uma pesquisa narrativa com uso de fontes documentais de dois bancos de dados, sendo eles o Portal de Periódicos da Capes e o blog “Vidas em Crônica: retratos da Aids no Brasil”. Os bancos de dados utilizados são peças de acesso público. Diante disso, as publicações permitem conhecer como as pessoas que vivem com HIV/Aids se percebem, mas também revelam modos de interação entre sujeitos que não têm o vírus com aqueles que o têm. Propõe-se reflexões sobre os bancos de dados utilizados como dispositivos de comunicação de modos de subjetivação “viver com HIV/Aids” em seções de espaços de fala dos portadores do vírus HIV/Aids. É relevante destacar que atualmente as exigências e necessidades são distintas daquelas das décadas de 1980 e 1990, portanto, a tendência é que se diferencie nas suas formas de se manifestar e nas construções de narrativas sobre o viver com HIV/Aids.

O tema dessa pesquisa tornou-se instigante devido à participação da autora como bolsista de iniciação ao extensionismo da pesquisa Narrativas sobre a morte: experiência de mulheres trabalhadoras rurais e mulheres vivendo com HIV/Aids no jogo político dos enfrentamentos pela vida, financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) (KIND & CORDEIRO, 2015). Com base nas entrevistas realizadas com mulheres do Movimento Nacional das Cidadãs PositHIVas (MNCP), um aspecto que estimulou o presente trabalho foi o forte discurso de resignificação da vida após o diagnóstico.

Sendo assim, essa pesquisa pode contribuir para se pensar a construção de modos de “viver com HIV/Aids”, problematizando formas de ser, pensar e agir. Além disso, este trabalho colabora para a produção de conhecimento no âmbito acadêmico, dada sua relevância social ampliando os conhecimentos científicos na interface entre as áreas da psicologia social e da saúde coletiva.

2 NARRATIVAS E PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE

2.1 ANÁLISE TEMÁTICA DE NARRATIVAS

A análise temática (GIBBS, 2009; RIESSMAN, 2008), tem como foco principal o que é dito, o conteúdo da narrativa. As temáticas das narrativas se constituem a partir da codificação, como sugere Gibbs (2009), quando se conceituam os dados analisados.

Os códigos marcam fragmentos narrativos que situam “pequenas histórias” ou subtramas. A descrição do código facilita a organização do trabalho. Assim é possível ter

mais clareza no conteúdo que tem relação com determinado código ou não. Cada trecho de narrativa pode ser codificado apenas uma vez, mas trata-se de um processo gradativo. Um código pode fazer sentido em um momento inicial da análise, mas depois outros sentidos podem emergir das reflexões e retornos aos fragmentos narrativos, exigindo que sejam alterados.

Na análise de narrativas não há uma regra específica ou um conjunto de procedimentos fixados que indiquem o “como fazer”. Com Riessman (2008) observa-se variadas possibilidades para realizar essa modalidade de análise. A estratégia de análise do “o quê se narra”, como expõe a autora, permite o manejo de aproximações e distanciamentos de posicionamentos pessoais em narrativa, auxiliando em certa montagem de modos coletivos de se narrar sobre um determinado tema.

3 NARRATIVAS CIENTÍFICAS SOBRE O VIVER COM HIV/AIDS

No Portal Periódico Capes, o levantamento bibliográfico teve por finalidade situar “narrativas científicas” sobre o viver com HIV/Aids. Inicialmente, como auxílio na ordenação do material encontrado, foram utilizados como base Lima e Miotto (2007). Com isso, foi realizada uma revisão de literatura e posteriormente a pesquisa bibliográfica.

O caminho para pesquisar os artigos se fez através da seleção por assuntos, na qual foi realizada uma busca avançada nos delimitadores qualquer e contém. Assim, foram identificados 379 resultados para a busca com o termo “viver com HIV/Aids”. O Portal de Periódicos Capes oferece filtros automáticos para ordenação dos resultados agrupando-os por publicações de um mesmo autor, data, tipo de recurso (artigo, dissertação ou recursos textuais), idioma, título do periódico, entre outros marcadores. Como se vê no Quadro 1, há um crescimento da produção bibliográfica sobre HIV/Aids desde a metade da primeira década dos anos 2000

Marcador	Filtros	Número de entradas
Ano de publicação	Antes de 2002	6
	2002 até 2004	24
	2005 até 2007	74
	2008 até 2011	169
	Após 2011	107
Tipo de recurso	Artigos	291
	Dissertações	85
	Recursos textuais	4
Idioma	Português	143
	Inglês	97
	Espanhol	60
	Indeterminado	9

Quadro 1 - Periódico Capes e o viver com HIV/Aids

Fonte: Elaborado pela autora

Na etapa seguinte, foi realizado um recorte na categoria artigos, selecionando-se textos em Português, resultando em 99 arquivos. Todos os artigos foram salvos em arquivo eletrônico, para a etapa de leitura seletiva. Com o auxílio do Excel, criou-se uma tabela contendo informações básicas sobre cada texto, a saber: título, palavras-chave, periódico, autores, ano de publicação e resumo. Os resumos desses documentos selecionados foram lidos com a finalidade de averiguar quais envolviam pessoas vivendo com HIV/Aids. Os demais não foram utilizados. A partir disso, os documentos encontrados foram separados nos seguintes grupos: verde, incluídos (19); amarelos, necessário ler na íntegra (26) e vermelho (54), não adequado ao objetivo da pesquisa. Após leitura da segunda categoria, foram considerados 17 artigos e descartados 9. O principal critério de inclusão foi o foco do artigo em pessoas vivendo com HIV/Aids.

Dessa forma, 36 foi a quantidade final dos documentos para análise no software de análise de dados qualitativos, ATLAS.ti. Considerando os 36 artigos, as revistas eletrônicas da área da Psicologia correspondem a 48% da produção. O tema principal nos artigos é a qualidade de vida, o que dá indícios dos temas básicos que envolvem o viver com HIV/Aids na atualidade. Além disso, os outros eixos temáticos também são ligados a esse, pois interferem nos modos de viver de soropositivos.

3.1 NARRATIVAS CIENTÍFICAS EM PERIÓDICOS

Os 36 artigos selecionados no Portal Periódico Capes, representam as narrativas científicas. A partir da leitura dos resumos dos artigos, foram identificadas a temática central de cada um deles associada ao viver com HIV/Aids. Com isso, foram criados códigos sobre o tema geral, que aparecem na Figura 1 a partir da sua frequência nos artigos:

Name	Grounded
ARTIGO_Estratégias de enfrentamento e qualidade de vida~	8
ARTIGO_Direitos sexuais e reprodutivos~	6
ARTIGO_Representações, estigmas e HIV/Aids~	5
ARTIGO_Feminização do HIV/Aids: vulnerabilidade~	4
ARTIGO_Revelação do diagnóstico para portador~	3
ARTIGO_Alterações corporais~	3
ARTIGO_Adesão ao tratamento~	3
ARTIGO_Serviços de saúde e acessibilidade~	2
ARTIGO_Rede de relações e qualidade de vida~	2

Figura 1 – Códigos e frequência nas narrativas científicas

Fonte: Dados da pesquisa.

A seguir alguns códigos serão brevemente descritos. No código *revelação do diagnóstico para portador* se discute sobre a participação dos cuidadores na elaboração de estratégias para facilitar a aceitação como algo essencial, por isso

[...] compreender e analisar os conteúdos objetivos e subjetivos dos cuidadores de pacientes que vivem com o HIV, considerando a complexidade de variáveis envolvidas em torno do silêncio sobre a infecção, pode fornecer subsídios para uma melhor definição de como proceder no manejo do processo da revelação diagnóstica. Assim, para além da coleta de informações, que são indispensáveis para a condução e desenvolvimento da revelação diagnóstica, entende-se que a principal função do profissional é promover um encontro onde esses cuidadores sintam acolhidas suas angústias, preocupações e temores. (GALANO et al, 2012, p.2747).

O código *feminização do HIV/Aids: vulnerabilidade* é composto por artigos que tratam o fenômeno da infecção de mulheres vivendo com HIV/Aids e a vulnerabilidade social. O reflexo da tríade monogamia, fidelidade e confiança na infecção. A abordagem disso como um problema de saúde pública e a relação dos serviços de saúde, a questão da violência sexual e do empoderamento.

A grande maioria das entrevistadas neste estudo (ECI), que reuniu o maior número de mulheres portadoras no país até hoje, relatou poucos parceiros na vida, confirmando as análises que indicam que a epidemia feminina no Brasil cresce entre mulheres de relacionamentos estáveis. [...] Não se pode esquecer que as relações de gênero, as condições de vida, o contexto sociocultural que facilitaram a transmissão sexual do HIV não desaparecem depois do diagnóstico. [...] A grande maioria das mulheres portadoras segue mantendo ativa vida sexual e afetiva; contudo, enfrenta dificuldades de comunicação do diagnóstico, da negociação permanente cotidiana da camisinha, do medo da rejeição, de decisões difíceis quanto aos desejos de constituir família. (PAIVA, 2002, p.1618).

O código *representações, estigmas e HIV/Aids* aborda os efeitos da discriminação e estigmatização. Deve-se considerar que a Aids envolve várias questões como crenças relacionadas à sexualidade, gênero, direitos humanos e reprodutivos.

O processo de estigmatização pode se iniciar com as necessidades do tratamento antirretroviral, que exige muitas consultas, faltas ou atrasos no trabalho. Atualmente, tais necessidades são mais comuns do que na primeira década da epidemia, quando o adoecimento resultava rapidamente em óbito. Essas situações forçam a revelação do diagnóstico e a estigmatização associadas à Aids seguida da discriminação. Muitos não suportaram a pressão (ou “humilhação”) e se demitiram, outros foram demitidos. [...] O desafio mais imediato é estimular intervenções efetivas iniciadas no sistema de saúde para diminuir o efeito do estigma e da discriminação, reconhecidamente frequentes no ambiente de trabalho. (GARRIDO et al, 2007, p.78).

O código *direitos sexuais e reprodutivos* envolve a relação entre diagnóstico de HIV/

Aids, comportamento reprodutivo das mulheres soropositivas e a transmissão vertical.

Diferenças metodológicas entre os estudos nacionais encontrados sobre aborto na população feminina em geral e a escassez daqueles que investigam aborto entre mulheres vivendo com HIV/Aids tornam difícil a comparação entre os achados. Soma-se a esta dificuldade o fato do aborto constituir evento de difícil relato quando se encontra permeado por questões morais e religiosas e mais ainda em contextos de ilegalidade da sua prática, como é o caso do Brasil. (BARBOSA et al, 2009, p.1093).

O código *estratégias de enfrentamento e qualidade de vida* aborda o tema autocuidado e estratégias de enfrentamento para obter qualidade de vida. Adequar-se em relação à doença na perspectiva de uma vida melhor faz parte da vida de soropositivos.

[...] evidenciou-se a importância, para o bem-estar subjetivo do paciente, da adoção de formas de lidar com a soropositividade voltadas para o manejo de estressores, em detrimento de outras modalidades de cunho paliativo ou de afastamento do estressor, caracterizadas por sentimentos de culpa, fuga ou esquivia. (FARIA & SEIDI, 2006, p.163).

As narrativas científicas possibilitam uma lógica na qual é possível observar como o viver com HIV/Aids se expressa no contexto de pesquisas e é divulgado na linguagem acadêmica.

4 AUTONARRATIVAS SOBRE O VIVER COM HIV/AIDS

No blog “Vidas em Crônica: retratos da Aids no Brasil”, do Ministério da Saúde, as histórias são de experiências de vida de pessoas que vivem ou convivem com HIV/Aids, com a finalidade de estimular outras pessoas no enfrentamento em relação à doença.

Inicialmente foram encontradas 108 narrativas. Após a leitura seletiva, foram incluídas no estudo 80 autonarrativas de pessoas vivendo com HIV/Aids. Os outros 28 documentos não foram selecionados, pois eram narrados por pessoas convivendo com HIV/Aids. Além disso, uma dessas narrativas não foi utilizada, devido à dificuldade de clareza da relação do narrador com a doença. As narrativas em primeira pessoa são importantes para os processos sociais, políticos e culturais dos modos de subjetivação desse grupo.

Em relação ao modo de trabalho no ATLAS.ti, os documentos primários, ou seja, todas as 80 autonarrativas do blog e os artigos foram inseridos nesse programa a partir do título de cada um. A partir dos temas principais que surgiram nas narrativas, os códigos foram criados. Em cada uma das autonarrativas, eram identificados vários temas, portanto códigos distintos. Foram criados 29 códigos a partir da frequência na qual apareceram nas narrativas em primeira pessoa. A partir desses códigos, foi realizada uma releitura de cada trecho selecionado para identificar os subtemas que compõem cada um e fazer um

refinamento do conteúdo encontrado. Na etapa seguinte, os códigos foram reagrupados por temas gerais constituindo as famílias de códigos.

Utilizou-se das contribuições de Friese (2014) para o manejo adequado do ATLAS.ti. Esse software oferece várias ferramentas que possibilitam copiar, colar, comentar códigos, visualizar mapas de imagens e colorir códigos, o que auxilia no processo de visualização dos dados. Diante disso, o ATLAS.ti não faz a análise em si, mas facilita o trabalho com grande volume de dados, caso que se aplica a essa pesquisa.

4.1 ENCONTROS E DESENCONTROS NO VIVER COM HIV/AIDS

As três famílias de códigos que se destacaram, *Preconceito*, *Ativismo e representação* e *Viver com HIV/Aids*, agremiam narrativas sobre os (des)encontros no viver com HIV/Aids, pautados em diferentes ângulos.

A família de códigos *Preconceito* foi composto pelos códigos: “preconceito”, “comportamentos de risco”, “ser homossexual”, “estereótipos: Aids tem cara?”, “exploração sexual”, “prostituição” e “trabalho”. A Aids é uma doença atravessada historicamente por discursos e práticas moralistas e estigmatizantes. No Brasil, as primeiras mortes ocasionadas por Aids ocorreram entre homens gays, o que reforçou o estereótipo de população de risco. Segundo Landau, na década de 1980, a Aids era considerada como “praga gay” ou “câncer gay” e estava diretamente ligada à noção de promiscuidade sexual, à prostituição, aos usuários de drogas, às relações instáveis e principalmente aos homossexuais.

Saibam que eu concluí que ter HIV também não é sinônimo de promiscuidade, pois você não necessita de várias relações sexuais desprotegidas para ser infectado, mas de apenas uma. (RODRIGO)¹⁹

Hoje sou um homem musculoso, bonito, forte, saudável que ninguém jamais sonharia dizer ser soropositivo. Por esse motivo, escrevo a todos, implorando que usem preservativos, a Aids não tem cara, forma e garanto a todos que não é fácil conviver com a doença [...]. (ANDRÉ)

Diante do conteúdo dessa categoria, percebe-se a necessidade de discutir temáticas como a diferenciação entre comportamento de risco e grupos de risco, infecção e vulnerabilidade, feminização da Aids, estigmas sociais e estereótipos.

Segundo Carvalhaes e Teixeira (2012, p.383), “a ideia dos ‘grupos de riscos’ não só contribuiu para estabelecer contextos de estigmatização e preconceito em relação às pessoas vivendo com HIV, como também para que muitas mulheres se tornassem vulneráveis

¹⁹ As autonarrativas foram retiradas do blog *Vidas em Crônica: retratos da Aids no Brasil*, peça de acesso público. Os nomes utilizados foram atribuídos pelos(as) narradores(as), portanto são os mesmos que constam no blog.

ao vírus”. Essa ideia anterior de “grupos de risco” foi substituída, apesar de desconsiderada por muitos, pelos denominados comportamentos de risco, como o sexo sem preservativo. Ainda assim, torna-se reducionista considerar apenas esses comportamentos como únicos responsáveis pela infecção. Diante disso, é necessário avaliar questões que envolvem a “vulnerabilidade”, pois existem vários fatores sociais e históricos que aumentam ou não a probabilidade de infecção. Assim sendo, mulheres que não se consideram em risco, sem comportamentos promíscuos, muitas delas casadas, são infectadas por parceiros fixos, rompendo com a ilusão do amor ideal de uma união estável. Com o aumento do número de mulheres infectadas, há o fenômeno da feminização da Aids.

As razões que explicam essa dinâmica de infecção são complexas, mas se ressaltam os contextos de exclusão e de estigmatização a que as mulheres estão submetidas devido a dificuldades de acesso à informação, aos insumos de prevenção (camisinha feminina, por exemplo), ao diagnóstico e ao tratamento, e devido ainda ao atravessamento das questões socio-culturais relacionadas às desigualdades entre os gêneros. Isso evidencia a importância de se pensarem as vulnerabilidades das mulheres à infecção pelo HIV também a partir de contextos históricos, políticos e culturais. (CARVALHAES & TEIXEIRA, 2012, p. 378).

Essa situação, reflete lógicas de relações de poder entre homens e mulheres e a subordinação feminina perante o homem. O HIV/Aids, é um problema de saúde pública, atinge pessoas de qualquer classe social, idade, sexo, raças e religiões.

Em 1996, o Sistema Único de Saúde (SUS) iniciou a distribuição da TARV (terapia antirretroviral), com os avanços do tratamento as marcas ocasionadas pela medicação diminuíram, como a perda rápida de peso. Segundo Galvão (2002), houve aumento da qualidade de vida de pessoas vivendo com HIV/Aids. As marcas de antigamente reforçavam o discurso da Aids ter cara, mas com o tratamento essa situação se modificou, apesar da concepção não ter se extinguido.

Outra família de códigos criada foi *Ativismo e representação*, constituído pelos códigos “luta pela vida e militância”, “identificação: pessoas vivendo com HIV/Aids”, “visibilidade das pessoas vivendo com HIV/Aids” e “narrativa heroica”. Nesses itens, constam autonarrativas que envolvem o processo de identificação com pessoas vivendo com HIV/Aids e o sentido de outras histórias semelhantes ao que se vive. Além disso, dizem da luta contra a morte civil e o silêncio enquanto sinônimo de morte.

Passei a tarde lendo este site e outros relatos de pessoas que convivem com o vírus há muitos anos de maneira saudável e normal, o que me trouxe bastante calma e paz de espírito. (Positiva).

Lutávamos ferozmente para ficarmos vivos, para não sucumbirmos e sermos declarados mortos em vida, sem qualquer direito a cidadania. Nossos olhares, ávidos, se entrelaçavam na única reposta que tínhamos ao medo e ao preconceito: a solidariedade. Nossos corpos eram forças valentes de

indignação e o silêncio era sinônimo de morte. Os ativistas da Aids chegaram em Porto Alegre. A cidade seria o palco do lançamento da “Carta de Princípios dos Direitos Fundamentais das Pessoas que Vivem com HIV/Aids”. Houve uma grande passeata e muito barulho. Para a abertura oficial, os grupos foram impactados pela chegada das colchas do Names Project. As colchas, também chamadas “Quilts”, são pedaços de tecidos que formam painéis. Nelas são escritas mensagens, pinturas de familiares, amigos e colegas de trabalho. Quando colocados lado a lado formam um grande memorial lembrando as pessoas que morreram em decorrências da Aids. Servem para lembrar e mostrar à humanidade o que se está por detrás das estatísticas oficiais. Aquela imagem ficou gravada em minha memória. As caixas foram sendo descarregadas lentamente sobre o solo. Ao todo deveriam ser 50 colchas. Uma pequena amostra dos estragos da epidemia pelo mundo. Fomos abrindo uma a uma as colchas, no silêncio que o momento oferecia. Todas elas possuíam um nome, uma data, uma mensagem de saudade. Objetos pessoais estavam ali encravados, contando a história daquelas pessoas. (Gerson).

Há relatos também sobre as mudanças na história do HIV/Aids e as potencialidades que o ativismo desenvolve na vida dessas pessoas. São frequentes relatos de histórias de superação, de persistência, apesar de situações de vulnerabilidade. E há retorno pelo espaço de visibilidade oferecido, e ao mesmo tempo, o medo de se apropriar do espaço de fala que lhes é proposto e se expor demais.

Tenho alguns dias difíceis, porém, não uma vida difícil. Não estou doente. Pelo contrário, O HIV veio como uma fonte de restauração na minha vida. Estou com a cabeça no lugar. Hoje sou uma pessoa muito melhor. Tento viver cada minuto intensamente. Dou valor a coisas que antes me passavam despercebidas. Vivo um dia de cada vez. No dia 10/01/12 comemorei meu próximo aniversário. Minha vida pós-sorologia. Estou muito mais feliz! Estou muito mais bonita! Não penso em morrer. Pelo contrário, optei por uma vida intensamente vivida. Tenho um vírus, enquanto muita gente tem doença na alma. Já me sinto curada só por não desenvolver a doença. Estou viva, sou mulher, e sim, sou portadora de HIV! (Soropositiva).

Conheci muita gente no hospital, muitas histórias e sei que a cada dia, venho reinventando a minha caminhada. Sou feliz, pois tenho uma saúde de ferro. Não estou doente. Tenho adesão ao tratamento corretamente. Agora, sonhando em fazer o doutorado e adotar uma criança para ser o meu filho. (Firme-forte).

De 1985 a 1989, período denominado “anos heroicos”, o ativismo do HIV/Aids revelou grandes conquistas. Essa temporada estava atrelada ao alto índice de negligência, desinformação e mortes causadas pela Aids. Segundo Landau (2011, p.22) “a Aids no

Brasil hoje, diferentemente de seu início, pode ser tratada como qualquer outra doença crônica com quedas íngremes na mortalidade, qualidade de vida melhorada para as PCA e redução nas manifestações físicas do HIV/Aids". As lutas sociais são relevantes para a construção do Direito no Brasil. Essa atuação dos movimentos reflete no processo legislativo, executivo e judiciário. Um outro ponto importante é que as vivências da militância proporcionam politização do sujeito e até mesmo ressignificação da doença.

A família de códigos viver com *HIV/Aids*, inclui os códigos: "viver com HIV/Aids", "relações afetivas e o HIV/Aids", "ressignificação da vida com viver com HIV/Aids", "revelação do diagnóstico", "viver com HIV/Aids em segredo" e "fé e o viver com HIV/Aids". Esta família se constitui por narrativas que representam como as pessoas vivem com HIV/Aids, como reconstróem modos de viver a partir dessa nova condição.

A minha família não sabe e muitos outros amigos também não sabem. Não contei por medo do preconceito. A minha família é super preconceituosa, tenho amigos antiquados e isso não irá me ajudar em nada. Só vai piorar a situação. (Vynni).

Tive o carinho da família, dos amigos e levo uma vida normal. Trabalho, estudo, namoro, pulo, danço e sou feliz. Os planos e sonhos que sempre tive para minha vida estão a todo vapor e a cada dia sonhando cada vez mais. Cuidese e lembrese: Viver com HIV é possível, mas com o preconceito não. (Jeferson).

Durante os anos 2000, minha vida tem sido bem mais interessante, pois acreditava que não teria outro relacionamento afetivo, que ficaria "viúva da aids", mais o tempo passa e de 2000 para cá, entendi que poderia voltar a me relacionar. Foi então que conheci algumas pessoas soropositivas que me interessaram, pois acreditava que tinha somente que me relacionar com pessoas que tinham também o HIV como eu. (Mara).

Nos relatos, a fé aparece como esperança de cura, força, motivação para a vida, mas as crenças também significam a sorologia como castigo de Deus, por ter relacionamentos com pessoas do mesmo sexo.

Tive sarcoma de Kaposi e me afastei do trabalho e vi que minha vida estava por um fio, pois não existia mais tratamento para mim no Brasil. Apeguei-me bastante a Deus e fiquei esperançoso por uma solução. (Edson Gomes).

A minha vida está nas mãos de Deus e não nas mãos dos médicos. Foi Deus que fez com que eu conseguisse esperar a vinda do coquetel. (Tetê).

Seja o que Deus quiser e é nele que eu vou tirar forças para passar por isso e viver a minha vida. (Vynni).

A religiosidade atribui sentido para a vida, constituindo uma das formas de enfrentamento da doença. Apesar das alterações no viver com HIV/Aids, principalmente pela evolução do tratamento, ainda há muitos desafios e pode-se perceber que a fé ocupa um lugar muitas vezes de força e persistência.

Na sociedade contemporânea, a saúde é muito valorizada, ao contrário da doença que recebe um olhar de desprezo e distanciamento. A qualidade de vida é influenciada por vários fatores “físicos, psicológico, nível de independência, relações sociais, meio ambiente e espiritualidade, religiosidade e crenças pessoais.” (HIPOLITO et al, 2014, p.754). Nos discursos de pessoas vivendo com HIV/Aids pode-se observar os modos como ressignificam os impactos do diagnóstico sobre a qualidade de vida. Assim, é comum uma diferenciação entre o antes e depois da infecção, no qual este último representa uma nova condição e a doença desencadeia novos modos de viver. A terapia antirretroviral revela a luta pela vida, se contrapondo ao carimbo da morte que se atrelava ao diagnóstico. Portanto, o processo saúde-doença é constituído por vários fatores que implicam na qualidade de vida.

Ate porque o uso da camisinha e do coquetel corretamente nos permite viver normalmente. Se o diabético toma insulina, eu tomo coquetel e uso camisinha, é a mesma coisa. (Diana).

Novamente eu casei com uma boa e bela mulher, também lutadora. E eu continuo lutando, aderindo à vida. E para meus livros de poesia lançar, também trabalho estou a procurar. (Laerte).

Busco a qualidade de vida, busco ser feliz em meu trabalho, em meio aos amigos. Valorizo e estimo minha família, mais do que nunca. Vivo um relacionamento homoafetivo, convivendo também com o vírus da aids: porém, o desejo em comum pela vida tem nos ajudado a enfrentar qualquer desafio. (Jvf).

Segundo Clandinin e Connely (2011), as narrativas permitem uma análise da experiência e o viver com HIV/Aids tem um caráter multifacetado, portanto envolve pluralismo de experiências.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta investigação, foi possível observar o modo como as pessoas que vivem com HIV/Aids se constroem a partir das narrativas. Após a leitura de autonarrativas, narrativas científicas e outros materiais sobre a temática, há maior clareza das possibilidades dessa nova condição e da qualidade de vida, a despeito do peso do diagnóstico e do tratamento. Em contrapartida, quem não tem esse embasamento e não convive com

esse cenário, ainda na atualidade, percebe o HIV/Aids com muitas resistências. Com o conteúdo abordado, essa pesquisa permite discutir uma problemática relevante para a Psicologia Social e para as políticas públicas.

Como pesquisadora, vejo-me também como uma observadora do mundo social e ao realizar este trabalho contribuo para demonstrar meu posicionamento diante desse mundo. E ao compartilhar essa escrita, permito que ela seja construída a partir de outros sentidos que lhe poderão ser atribuídos. O grande volume de dados foi um dificultador, pela complexidade que abarca, o que exigiu redesenhos constantes daquilo que efetivamente seria incluído na construção do corpus do estudo. Diante disso, o cenário da investigação foi ajustado e os processos de inclusão e exclusão de dados refinados, além de aprimorar a etapa de análise.

As políticas brasileiras para o enfrentamento do HIV/Aids são consideradas uma referência para outros países. Mesmo assim, muitos progressos são necessários, principalmente na efetivação dos direitos humanos. Com isso, é necessário considerar que os processos culturais, políticos e econômicos são lentos e contínuos. Há mudanças, apesar do contexto em muitas situações parecer cristalizado. Após o surgimento do HIV/Aids várias questões antes não abordadas e muitas vezes consideradas tabu foram problematizadas e outras ainda precisam ser desenvolvidas.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, R. M.; PINHO, A. A.; SANTOS, N. S.; FILIPE, E.; VILLELA, Wilza&AIDAR, Tirza. (2009). Aborto induzido entre mulheres em idade reprodutiva vivendo e não vivendo com HIV/aids no Brasil. *Ciência e Saúde Coletiva*, 14(4), 1085-1099. Recuperado a partir de <http://www.scielo.br/pdf/csc/v14n4/a10v14n4.pdf>
- CARVALHAES, F. F.; TEIXEIRA FILHO, F. S. (2012). Histórias de vida de mulheres HIV + ativistas: mudanças e permanências. *Estudos Feministas*, 20(2), 377-398. Recuperado a partir de <http://www.scielo.br/pdf/ref/v20n2/v20n2a03.pdf>
- CLANDININ, D. Jean; CONNELLY, F. Michael. Pesquisa narrativa: experiências e história na pesquisa qualitativa. Uberlândia - EDUFU, 2011.
- DANIEL, H. (1989). *Vida antes da morte*. Rio de Janeiro: Escritório e Tipografia Jabuti.
- FARIA, J. B.; SEIDI, E. M. F. (2006). Religiosidade, enfrentamento e bem-estar subjetivo em pessoas vivendo com HIV/Aids. *Psicologia em Estudo*, 11(1), 155-164. Recuperado a partir de <http://www.scielo.br/pdf/pe/v11n1/v11n1a18>
- GARRIDO, P. B.; PAIVA, V.; NASCIMENTO, V. L. V.; SOUSA, J. B. & SANTOS, Naila J. S. (2007). Aids, estigma e desemprego: implicações para os serviços de saúde. *Revista Saúde Pública*, 41 (Supl.2). Recuperado a partir de <http://www.scielo.br/pdf/rsp/v41s2/5944.pdf>

- GALANO, E.; MARCO, M. A.; SUCCI, R. C. M.; SILVA, M. H. & MACHADO, D. M. (2012). Entrevista com os familiares: um instrumento fundamental no planejamento da revelação diagnóstica do HIV/Aids para crianças e adolescentes. *Ciência e Saúde Coletiva*, 17(10), 2739-2748. Recuperado a partir de <http://www.scielo.org/pdf/csc/v17n10/22.pdf>
- GALVÃO, J. (2002). 1980-2001: uma cronologia da epidemia de HIV/AIDS no Brasil e no mundo. Rio de Janeiro: ABIA. Recuperado a partir de http://www.abiaids.org.br/_img/media/colecao%20politicass%20publicas%20N2.pdf
- GIBBS, G. (2009). *Análise de dados qualitativos*. (R. C. Costa, Trad.). Porto Alegre: Artmed.
- HIPOLITO, R.L.; Oliveira, D. C.; GOMES, A. M. T. & COSTA, T. L. (2014). Representações sociais da qualidade de vida no HIV/AIDS: o papel do tempo de diagnóstico. *Revista Enfermagem UERJ*, 22(6), 753-759. Recuperado a partir de <http://www.facenf.uerj.br/v22n6/v22n6a05.pdf>
- KIND, L. & CORDEIRO, R. (2015). Narrativas sobre a morte: experiência de mulheres trabalhadoras rurais e mulheres vivendo com HIV/Aids no jogo político dos enfrentamentos pela vida. (Relatório final de pesquisa: CNPq 404865/2012-7). Brasília: CNPq.
- LANDAU, C. (2011). "A Aids mudou de cara": memória coletiva e novas oportunidades para o ativismo da Aids no Brasil. *Plural*, 17(2). 11-44.
- LIMA, R. C. S.; MIOTO, R. G. T. (2007). Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. *Revista Katálisis*, 10(n. esp.), 37-45.
- PAIVA, V.; LATORRE, M. R.; GRAVATO, N.; LACERDA, R. (2002). Sexualidade de mulheres vivendo com HIV/AIDS em São Paulo. *Caderno Saúde Pública*, 18 (Suplemento), 1609-1620. Recuperado a partir de <http://www.scielo.br/pdf/csp/v18n6/13257.pdf>
- SCOTT, J. W. (1998). A invisibilidade da experiência. *Proj. História*, 16, 297-325. Recuperado a partir de <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11183/8194>

O PROCESSO DE ENVELHECIMENTO NA FORMAÇÃO EM SAÚDE: contribuições do PET-Saúde

Tatiane Pereira Santos²⁰
Maria Cristina Martins de Andrade²¹

RESUMO

Diante do aumento significativo do número de pessoas idosas, o Brasil tem visto seu panorama populacional se modificar progressivamente. O fenômeno do envelhecimento populacional tem provocado uma série de discussões nos setores de serviços prestados aos idosos, e a saúde é um deles. Buscando adequar-se às demandas solicitadas por esse público, o SUS tem se empenhado em disponibilizar um melhor atendimento, no entanto ainda são muitos os desafios, principalmente no que concerne à formação dos profissionais atuantes na atenção básica. Diante disso, o PET-Saúde desenvolveu dois projetos com foco na temática da saúde do idoso, debruçando-se sobre a necessidade de formação mais adequada e ampliada de futuros profissionais para intervir no contexto da saúde pública. O presente estudo objetivou averiguar o alcance das práticas dos dois projetos PET-Saúde, no que diz respeito à integração ensino-serviço, enfatizando as contribuições na educação em saúde de seus alunos atuantes. Optou-se pela realização de um estudo de caráter qualitativo e exploratório, utilizando-se para tal de pesquisa documental e de campo, e de entrevistas semiestruturadas para coleta de dados. Foram entrevistados seis sujeitos: dois ex-alunos e uma ex-preceptora do projeto PET “Saúde do Idoso – Intervenção Multidisciplinar ao Idoso Frágil”; duas ex-alunas e uma ex-preceptora do PET “Vigilância em Saúde do Idoso Frágil e em risco de Fragilização”. O estudo mostrou que o PET-Saúde teve um papel fundamental na formação de seus alunos atuantes, que se mostraram mais informados, preparados e dispostos a discutir e trabalhar na saúde pública com e em saúde do idoso.

Palavras-chave: PET-Saúde. Idoso. Saúde Coletiva. Saúde do idoso. Formação.

20 Psicóloga graduada pela Faculdade de Psicologia da PUC Minas. Bolsista de Iniciação Científica do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Probic).

21 Mestre em Psicologia pela UniversitéCatholique de Louvain. Professora Adjunta da PUC Minas e orientadora desta pesquisa.

ABSTRACT

Faced with the significant increase in the number of older people, Brazil has seen its population panorama to change gradually. The phenomenon of population aging has led a series of discussions in the sectors of services to the elderly, and health is one of them. Seeking to adapt to the demands requested by this audience, the SUS has committed to provide better service, however there are still many challenges, especially with regard to the training of professionals working in primary care. Thus, the PET-Health has developed two projects focusing on the theme of elderly health, leaning on the need for more adequate and expanded training future professionals to intervene in the context of public health. This study aimed to determine the scope of the practices of the two PET-Health projects, with regard to the teaching-service integration, emphasizing the contributions in health education of his acting students. We opted for a study of qualitative and exploratory, using for this documentary and field research, and semi-structured interviews to collect data. We interviewed six subjects: two former students and a former governess of the PET project "Health of the Elderly - Multidisciplinary Intervention to Frail Elderly"; two former students and a former governess of PET "Health Surveillance of the fragile elderly and at risk of Frailty." The study showed that PET-Health played a key role in the formation of active students, who were more informed, ready and willing to discuss and work with public health and health of the elderly.

Keywords: PET-Health. Old man. Collective Health. Health of the elderly. Formation.

1 INTRODUÇÃO

O trabalho em saúde coletiva no Brasil torna-se a cada dia mais desafiador. Além das condições físicas e materiais que se encontram inadequadas em muitas situações, os profissionais têm de lidar com demandas cada vez mais complexas e questões diversas que surgem constantemente.

Mediante o fenômeno do envelhecimento populacional (que será descrito em outros momentos deste estudo) um novo panorama se criou e, na atualidade, o cuidado com a saúde do idoso já é uma necessidade real nas Unidades Básicas de Saúde (UBS). Considerando as especificidades a que se remetem esse cuidado, o Sistema Único de Saúde (SUS) tem buscado investir na capacitação de seus profissionais para atenderem mais e melhor a essa população. No entanto, ainda há um longo trajeto a ser percorrido e muitos avanços a serem alcançados.

Buscando contribuir com a formação dos futuros profissionais a se inserirem no SUS e que certamente irão de alguma maneira ter de se haver com o cuidado à saúde do idoso em algum contexto, o PET-Saúde (Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde)

desenvolveu dois projetos para pesquisar/intervir sobre essa demanda. Esses projetos foram criados e colocados em prática em Belo Horizonte, entre 2012 e 2015.

O objetivo deste trabalho é analisar o alcance das práticas do PET-Saúde com relação à formação teórico-prática dos alunos inseridos no programa com foco na saúde do idoso. Acredita-se que toda construção de saber que se faça em torno dessa temática contribui para a criação de formas mais acertadas de atuação junto à população idosa. Nesse sentido, os PETs assumem um papel importante, pois reconhecem um cenário em que se faz necessário que os profissionais (atuantes e futuros) não apenas conheçam a população com que trabalham, mas elejam suas demandas e atuem nelas e sobre elas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 ENVELHECIMENTO E SAÚDE

O envelhecimento é um processo de ordem biopsicossocial, que abarca uma série de modificações e que podem impactar o modo como o indivíduo se relaciona com o seu meio, podendo acometê-lo em maior ou menor proporção (LEPOLDINO; CHACON, 2007). Comum a várias espécies, esse processo também é universal.

Cada cultura tem em si um marco que determina e “reconhece” seus anciões. No Brasil, as pessoas com idade igual ou maior que 60 anos são chamadas de idosas, indicando que eles são os “nossos velhos” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2010). Devido a inúmeros fatores, o país tem se visto progressivamente envelhecer. Segundo o último censo populacional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2010), os idosos representam cerca de 10% da população brasileira, estimando-se um aumento que alcance 22,71% em 2050 (IBGE citado pelo MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2010). Esse crescimento elevado no número de pessoas idosas na população origina o chamado envelhecimento populacional que é uma “mudança na estrutura etária da população, que produz um aumento do peso relativo de pessoas acima de determinada idade [...] O envelhecimento populacional é um fenômeno natural, irreversível e mundial” (MINISTÉRIO, 2010, p. 11).

Diante dessa realidade, setores variados precisam se adequar para atender mais e melhor a essa população, e a saúde é um desses serviços. Apesar de alguns esforços consideráveis do sistema de saúde pública brasileiro, Fonseca e Bittar (2014) apontam que o profissional de saúde enfrenta ainda muitas dificuldades no atendimento à saúde do idoso, considerando principalmente o quesito formação, tendo em vista a lacuna existente nos diversos cursos da saúde sobre este assunto.

Foi diante desse panorama que foram aprovadas as atuações de dois projetos PET-Saúde (Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde) com foco na saúde do idoso. O tópico a seguir, torna possível compreender melhor do que se trata estes programas.

2.2 PET-SAÚDE – INTEGRAÇÃO ENTRE A EDUCAÇÃO E O TRABALHO EM SAÚDE

O PET-Saúde pode ser descrito como “uma iniciativa intersetorial direcionada para o fortalecimento da integração ensino-serviço no âmbito da atenção básica” (SOBRINHO et al, 2011, p. 40). É uma estratégia desenvolvida pelo PRÓ-Saúde (Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde) objetivando inserir os alunos dos cursos da saúde na realidade prática dos serviços prestados pela saúde pública no Brasil e capacitá-los para o trabalho futuro como profissionais nesse contexto.

Essa tentativa de aproximação entre teoria e prática ocorre levando em consideração um histórico de formação dos profissionais em saúde que até pouco tempo seguia um formato que privilegiava o “remediar” e reabilitar, ao invés de prevenir (CARVALHO; CECCIM, 2006). Ainda segundo esses autores, existia um excesso de carga horária para algumas temáticas, ao passo em que havia deficiência de outras (CARVALHO, CECCIM, 2006).

Correlacionando o lado pedagógico da formação dos profissionais em saúde com o envelhecimento populacional demasiadamente alto, foram desenvolvidos dois projetos PET-Saúde na cidade em Belo Horizonte. O primeiro era intitulado como “Saúde do Idoso – Intervenção Multidisciplinar ao Idoso Frágil”, e esteve vigente no período de 2012-2014; o segundo, chamado de “Vigilância em Saúde do Idoso Frágil e em Risco de Fragilização” que vigorou entre 2013-2015 (ICBS, 2014). Ambos realizaram atividades de pesquisa/intervenção em três centros de saúde, sendo que o PET Intervenção Multidisciplinar atuou na região do Barreiro (Vale do Jatobá), e o PET Vigilância na região Noroeste (Bairro Jardim Montanhês e Bairro João Pinheiro).

Ainda nessa articulação entre uma formação teórica e prática é possível se pensar nos projetos como uma maneira de preparar os alunos não apenas para o trabalho no SUS, mas também para o trabalho com o idoso e sua saúde, em uma perspectiva clínica, ética, humana e multidisciplinar mais adequada e abrangente. Foi nessa perspectiva que o objeto de estudo desta pesquisa selecionou os dois projetos PET já citados. Acredita-se que todos os passos em prol de uma educação mais apropriada para os profissionais em saúde devem ser evidenciados em seus pontos positivos e negativos, considerando que uma análise crítica em torno da temática em questão pode contribuir para melhorias futuras, dar visão a novos estudos e ampliar o debate no âmbito da educação e saúde.

3 METODOLOGIA

Para esta pesquisa, de caráter qualitativo e exploratório, utilizou-se de análise documental e entrevistas semiestruturadas. A análise documental contou com documentos

confeccionados pelos dois projetos PET-Saúde durante os respectivos períodos de vigência em que foram considerados relatórios, slides de apresentação, cartilhas e outros.

Com relação às entrevistas semiestruturadas, a amostra foi constituída por quatro sujeitos: dois ex-alunos do projeto PET “Saúde do Idoso – Intervenção Multidisciplinar ao Idoso Frágil”; duas ex-alunas do PET “Vigilância em Saúde do Idoso Frágil e em risco de Fragilização”. As entrevistas foram seguidas por um roteiro constituído por nove perguntas, realizadas de forma individual, gravadas em áudio e transcritas posteriormente.

Por meio do quadro 1 é possível observar algumas características dos entrevistados.

Identificação	Sexo	Curso em andamento ou concluído	PET a que pertenceu	Duração da entrevista
Aluna 1	Feminino	Fisioterapia	Intervenção Multidisciplinar ao Idoso Frágil	50min7s
Aluna 2	Feminino	Fisioterapia	Vigilância em Saúde do Idoso Frágil ou Risco de Fragilização	35min31s
Aluna 3	Feminino	Enfermagem	Vigilância em Saúde do Idoso Frágil ou Risco de Fragilização	14min54s
Aluno 4	Masculino	Psicologia	Intervenção Multidisciplinar ao Idoso Frágil	1h57min12s

Quadro 1 -Caracterização dos entrevistados

Fonte: autores da pesquisa

Os dados foram analisados por meio da análise de conteúdo proposta por Bardin (2004) e Franco (2008). Serão apresentados a seguir alguns dos pontos mais relevantes encontrados neste estudo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

As equipes do PET-Saúde normalmente têm uma formação multidisciplinar e por esse motivo são constituídas por alunos de diversos cursos da saúde e das ciências humanas. Essa formação é baseada no princípio de avaliação multidimensional do idoso sugerida pela Linha Guia do Idoso que diz que “a avaliação do idoso deve contemplar todas as dimensões envolvidas no processo saúde-doença” (MINAS GERAIS, 2006, p. 18). O tutor é um profissional vinculado à academia e o(s) preceptor(es) um profissional(is) vinculado(s) ao serviço onde o projeto irá ocorrer. Algumas propostas exigem maior número de componentes se comparadas a outras e há, ainda, projetos que reúnem maior quantidade de alunos de uma área específica, de acordo com o objetivo a ser alcançado.

O PET Intervenção Multidisciplinar era formado por: uma tutora, seis preceptores e doze alunos, oriundos desses dos cursos de Educação Física, Enfermagem, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição, Odontologia e Psicologia. Já o PET Vigilância era constituído da seguinte maneira: uma tutora, duas preceptoras e oito alunos dos cursos de Ciências Biológicas, Educação Física, Enfermagem, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição, Odontologia e Psicologia, ressaltando-se que a permanência dos alunos do curso de Ciências Biológicas se fez inviável no projeto dadas questões de horário, entre outras.

Os entrevistados, ao serem questionados sobre o lugar que o idoso ocupa no cenário atual, foram enfáticos ao dizer do crescente número de idosos no país e, neste sentido, citaram a inadequação dos serviços que atendem ao idoso de modo geral, inclusive a saúde, apesar de compreenderem que o idoso é destaque na sociedade.

O idoso ocupa um espaço cada vez mais importante pra sociedade, hoje temos muitos idosos, daqui pra frente a tendência é só aumentar, então eu acho que eles precisam de um olhar diferenciado, não só na questão da saúde, mas na questão social a previdência precisa estudar maneiras de lidar com essa questão, porque é questão de saúde, mas financeira também pro país. (Aluna 1, fisioterapia).

O lugar do idoso no cenário atual é com certeza um lugar de destaque porque o número de idosos tá aumentando, é um lugar de destaque na sociedade, na saúde, em tudo porque não só nós da saúde devemos nos preocupar, mas a sociedade como um todo devemos pensar em melhorar, adaptar. (Aluna 3, enfermagem).

Na sequência, os alunos problematizaram a imagem a que o idoso foi e está associado, destacando que estes ainda são pessoas ativas e que ainda ocupam um lugar social e cultural, embora não sejam reconhecidos. Abordaram, ainda, a questão das políticas públicas e os direitos da pessoa idosa.

Eu acho que o idoso deixou de ser visto como aquele idoso frágil, que fica em casa, a vovozinha fazendo tricô e o vovozinho escutando música na cadeira de balanço... eles vêm sendo mais ativos... a questão dos direitos, esses idosos vêm exigindo seus direitos, estão mais informados. (Aluna 2, fisioterapia).

Há um caminho considerado a percorrer, é urgente e necessário conseguir criar e aprimorar o serviço para atender essas pessoas, a gente tem um caminho a avançar, com relação aos direitos dos idosos, problemas de violência do idoso, diz de políticas mais de assistência social, do respeito enquanto cultura que a gente tem com o idoso, de quanto é valorizado o idoso, de quanto que é respeitado o idoso. (Aluno 4, psicologia).

Rodrigues e Soares (2006, p. 2) apontam que “fatores socioculturais definem o olhar que a sociedade tem sobre os idosos e o tipo de relação que ela estabelece com esse seg-

mento populacional". Historicamente, o idoso foi progressivamente sendo desvalorizado no contexto brasileiro de maneira tal que na atualidade os desafios são tão numerosos quanto o número de pessoas idosas na população. Minayo (2003) afirma que

geralmente, nos diferentes contextos históricos, há uma atribuição de poderes para cada ciclo da vida. Mas também faz parte da história um "desinvestimento" político e social na pessoa do idoso. A maioria das culturas tende a separar esses indivíduos, segregá-los e, real ou simbolicamente, desejar sua morte. (MINAYO, 2003, p. 784).

A maneira como os (futuros) profissionais compreendem o lugar social ocupado pelo idoso certamente é de grande importância. Rodrigues e Soares (2006, p.3) afirmam que diante desse cenário de mudança da estrutura demográfica, esses idosos têm ocupado novos papéis sociais. Em tempos de uma (re)construção desse papel no imaginário social, todos os esforços cabíveis se fazem necessários para que sejam vistos como cidadãos e, portanto, dignos não apenas de respeito, mas também de detentores de seus direitos.

Quando questionados sobre a experiência vivenciada no PET e sua possível contribuição na formação profissional, os alunos disseram que se sentem muito mais preparados para atuar na saúde pública, bem como atender as demandas em saúde da população idosa. Além disso, os entrevistados também mencionam a ausência de mais discussões na academia em torno da saúde do idoso.

Foi uma experiência que ampliou a minha visão de como é o SUS, eu me sinto mais preparada pra estar no centro de saúde, pra atuar na saúde pública, me instigou mais a estudar e a saber mais da saúde pública [...] eu acho que tem que ser mais abordado na faculdade essa questão do idoso, em uma sociedade que vai ser praticamente de idosos, os profissionais têm que estar preparados pra lidar com essa população. (Aluna 1, fisioterapia).

O PET veio para ampliar os meus horizontes, consegui ver que nem tudo é a fisioterapia ...eu acho que pela carga horária muito pesada, a questão da saúde pública ela fica mais no fundamento, a gente não tem a oportunidade de ver o fluxo na rede do idoso em específico, e os projetos vem a somar essa realidade da prática, porque a teoria todo mundo sabe, mas na prática a gente vê os desafios e as particularidades de cada fase da vida, isso fica uma lacuna a ser preenchida na faculdade. (Aluna 2, fisioterapia).

Contribuiu muito pra minha formação porque a saúde do idoso não é muito abordada na formação acadêmica, nós precisamos entender como isso funciona, o que nós podemos fazer pra melhorar, na minha formação acadêmica foi tudo muito sucinto a respeito desse assunto [...] Eu percebo que a universidade tem uma deficiência a passa informação de saúde do idoso, é ...os alunos carecem mais de informação sobre isso, pensando

que serão profissionais da saúde, eles precisam entender mais sobre esse assunto para melhor atender essa população. (Aluna 3, enfermagem).

Eu saio de lá mais capacitado, eu entendo com mais capacidade tudo aquilo que me agregou tecnicamente também para atender a população da cidade e de onde eu for trabalhar, acho que existe esse efeito que tem alguém a olhar para o idoso, para cuidar, para saber, para acompanhar. (Aluno 4, fisioterapia).

De acordo com Ceccim e Ferla (2009, p.239) é necessário que existam “posturas criativas de construção do conhecimento, tendo como referência as necessidades dos usuários, que são extremamente dinâmicas, social e historicamente construídas”. A inserção dos alunos por meio do PET no contexto da saúde pode ser compreendida como uma dessas formas, possibilitando o contato direto com as demandas mais comuns dos idosos e, mais que isso, o exercício prático, no que concerne à postura profissional e sua dimensão técnico-científica, ética e humana.

Os relatos dos entrevistados reafirmam as contribuições positivas do PET-Saúde na formação em saúde, já citadas em outros estudos, como os de Sobrinho e outros (2011) e de Caldas e outros (2012). Ressalta-se que um dos aspectos mais interessantes do programa é a atuação frente a questões atuais que necessitam de atenção e discussão, o que confere um caráter ainda mais real da prática em saúde que lida, constantemente, com inúmeros problemas de saúde coletiva em seu fazer cotidiano.

Embora muitos profissionais ainda não tenham se debruçado sobre a questão o envelhecimento populacional já se coloca, por si só, como um problema de saúde coletiva da atualidade, no Brasil e no mundo. Talvez esta “não-percepção” seja uma possível explicação para o fato de que as academias ainda apresentem tamanha deficiência na discussão sobre assunto, como mencionaram os entrevistados. Fonseca e Bittar (2014) reforçam a importância que o preparo profissional tem na atuação junto aos idosos, destacando que ausência de uma boa formação é uma das maiores dificuldades no cuidado a saúde do idoso de maneira eficaz.

5 CONCLUSÃO

Fica nítido que o PET-Saúde cumpre de maneira louvável seu propósito primeiro, que é colaborar com a integração entre teoria e prática, ensino e serviço, preparando os futuros profissionais que irão atuar na saúde coletiva. Ao que se percebe, o programa não apenas contribui com a formação deles, mas também os estimula a querer trabalhar nesse contexto.

Práticas como a do PET são reinvenções do educar em saúde. Não coube a este trabalho discutir sobre as dificuldades e pontos negativos, mas obviamente os ganhos

em termos de capacitação profissional são de extrema valia. O trabalho em dimensão multidimensional neste estudo mostrou que os alunos conseguiram não só desenvolver habilidades para o trabalho em equipe, mas também de superação do modelo biomédico. Outras dimensões são apreendidas e o cuidado é pensado por diversas vias.

No caso da saúde do idoso é imprescindível que os profissionais tenham um olhar holístico sobre os fatos e sobre o contexto para uma atuação efetiva. Nesse sentido, destaca-se a necessidade de que as academias também atentem para os impactos já existentes do envelhecimento populacional e se adequem a essa realidade em termos de discussão e formação. Assim como em outros tantos assuntos em saúde, o cuidado com a saúde do idoso merece e precisa de atenção. Isso também se refere ao lugar social do idoso que vai além do querer e do perceber da sociedade sobre eles, ou seja, eles (nós) estão (estamos) aí e as demandas também. Essa discussão precisa ser ampliada.

Mais estudos e pesquisas se fazem necessários tanto sobre a formação dos futuros profissionais em saúde, como sobre o cuidado e a saúde do idoso. É preciso mais atenção a esse público, pois o Brasil já está diante de um problema de saúde coletiva e a adaptação a este cenário já se faz não apenas imprescindível, mas inevitável.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. 3ª ed. Lisboa: Ed. 70, 2004.

CALDAS, Juliana B. A percepção de alunos quanto ao Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde – PET-Saúde. Revista Brasileira de Educação Médica. Rio de Janeiro, v.36, n. 1, p. 33-41. 2012. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbem/v36n1s2/a06v36n1s2.pdf> >. Acesso em: 23 fev. 2016.

CARVALHO, Yara Maria de; CECCIM, Ricardo Burg. Formação e Educação em Saúde: aprendizados com a Saúde Coletiva. [S.l.: s.n.], 2006. Disponível em: < <http://lrc-ead.nutes.ufrj.br/constructore/objetos/Forma%e7%e3o%20e%20educa%e7ao.pdf> >. Acesso: em 17 out. 2015.

CECCIM, Ricardo Burg; FERLA, Alcindo Antônio. Educação e Saúde: Ensino e Cidadania como Travessia de Fronteiras. Trabalho, educação e saúde. Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, p. 443-456, nov.2008/fev.2009. Disponível em: < <http://www.revista.epsjv.fiocruz.br/upload/revistas/r219.pdf> >. Acesso em: 20 dez. 2015.

FONSECA, Laura M. de Sousa; BITTAR, Cléria M. Lobo. Dificuldades no atendimento ao idoso: percepções de profissionais de enfermagem nas unidades de saúde da família. Revista Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano. Passo Fundo, v. 11, n. 2, p.178-192, maio/ago. 2014. Disponível em: < <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cad=2&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwidmLXi0uXKAhWJDZAKHcYQDkIQFggguMAE&url=http%3A%2F%2Fwww.upf.br%2Fseer%2Findex.php%2Frbceh%2Farticle%2Fdownload%2F4080%2Fpdf&usg=AFQjCNEPIk9G8EbAPP9-yB6o0FfvJZCLsw&bvm=bv.113370389,d.Y2I> >. Acesso em: 07 fev. 2016.

FRANCO, Maria Laura P. B. Análise de conteúdo. 3 ed. Brasília: Liber Livro, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Diretoria de População e Indicadores Sociais. Censo Demográfico 2000 e 2010. Brasília, 2010. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/webservice/frm_piramide.php?ano=2000&codigo=&corhomem=88C2E6&cor-mulher=F9C189&wmaxbarra=180>. Acesso: em 04 abr. 2015.

LEOPOLDINO, Evamar A.; CHACON, Paula F. Relevância dos Grupos de Terceira Idade na Qualidade de Vida de seus Membros. 2007. 43f. Monografia (Obtenção de Título de Pós-Graduação Lato Sensu) – Universidade Fumec, Especialização em Pós-Graduação Lato Sensu em Gerontologia, Belo Horizonte.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Saúde. Atenção a saúde do idoso. Belo Horizonte: SAS/MG, 2006. Disponível em: <<http://www.saude.mg.gov.br/images/documentos/LinhaGuia-SaudeIdoso.pdf>>. Acesso em: dez. 2015.

MINAYO, Maria C. de Souza. Violência contra idosos: relevância para um velho problema. Caderno de Saúde Pública. Rio de Janeiro, v.19, n.3, p.783-791, maio/jun. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v19n3/15881.pdf>>. Acesso em: 25 fev. 2016.

MINISTÉRIO DA SAÚDE, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas, Área Técnica Saúde do Idoso. Atenção à Saúde da Pessoa Idosa e Envelhecimento. 1º ed. Série Pactos pela Saúde 2006, Brasília. v. 12, 2010.

RODRIGUES, Lizete de S.; SOARES, Geraldo A. Velho, idoso e terceira idade na sociedade contemporânea. Revista Ágora. Vitória, n.4, p.1-29. 2006. Disponível em: <<http://www.puc-goias.edu.br/ucg/unati/ArquivosUpload/1/file/Artigos%20e%20Cap%C3%ADtulos%20de%20Livros/Velho,%20idoso%20e%20terceira%20idade%20na%20sociedade%20contempor%C3%A2nea.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2016.

SOBRINHO, Tarcísio A. O. et al. Integração Acadêmica e Multiprofissional no PET-Saúde: Experiências e Desafios. Revista da ABENO, João Pessoa. v. 11., n. 1, p.39-42, jan/jun. 2011. Disponível em: <<http://revodonto.bvsalud.org/pdf/abeno/v11n1/a09v11n1.pdf>>. Acesso em: jan. 2016.

A DANÇA COMO TÉCNICA DE INTERVENÇÃO COM O GRUPO DA TERCEIRA IDADE:

possíveis reflexões e contribuições para o autoconceito do idoso

Tânia Iara da Costa Neves Lopes²²

Jardel Sander da Silva²³

RESUMO

Este artigo é fruto de uma pesquisa que buscou investigar como as vivências do grupo Corpo em Movimento a partir da dança, no contexto da oficina ofertada, repercutiram em sua relação com o corpo, com o outro e suas subjetividades. Os sujeitos dessa pesquisa são um grupo de mulheres da terceira idade, com faixa etária entre 40 a 85 anos, que participaram de atividade física, dança e caminhada oferecidos pelo projeto socioassistencial Vila Fátima, no distrito de Justinópolis, Ribeirão das Neves - MG. Na tentativa de melhor compreender esses fenômenos e os possíveis fatores que estão presentes, tornou-se necessário elucidar: de que forma a participação das mulheres contribuiu para melhor expressão corporal, desenvoltura motora, prevenção de doenças, assim como, em relação ao trabalho em grupo, identificar se os vínculos entre elas se fortaleciam com os encontros; constatar qual o sentido que as participantes atribuíram à oficina, em particular à prática da dança; analisar se a construção de coreografia contribuiu para o processo de memorização, atenção e criatividade, a partir de uma construção grupal; e compreender quais contribuições se fizeram notar em seu autoconceito/autoestima. Por ser um assunto amplo, foi eleito como foco a técnica da educação somática e as possíveis contribuições para o trabalho da Psicologia com grupos, e suas vulnerabilidades, sobretudo, a social, já que se trata de público da terceira idade com participantes de baixa renda. A pesquisa utilizou como instrumento metodológico análise de documentos, análise de imagens, pesquisa bibliográfica e entrevista semiestruturada. Os resultados apontam para o fato de que a participação das mulheres nas oficinas favorece uma melhor compreensão de suas habilidades pessoais e corporais, fortalecimento grupal, que, de certa forma, repercute em seu autoconceito e autoestima. Apontam-se, também, algumas contribuições e reflexões acerca do trabalho desenvolvido no Projeto Vila Fátima.

22 Aluna do curso de Psicologia da PUC Minas - Unidade São Gabriel. Trabalho realizado no âmbito do Probic, com bolsa de iniciação científica concedida pela Fapemig. Contato: tianianeveslopes1@hotmail.com

23 Orientador da pesquisa. Doutor em psicologia pela PUC-SP, professor da Faculdade de Psicologia da PUC Minas (2003-2016); atualmente, professor de Ensino de Dança no DMTE / FaE / UFMG.

Palavras-chave: Grupalidade. Terceira idade. Dança. Autoconceito/autoimagem/autoestima.

ABSTRACT

This article is the result of a study that sought to investigate body experiences the group Moving from the dance, in the context of the offered workshop, echoed in its relation to the body, with each other and their subjectivities. The subjects of this research are a group of women senior citizens, aged between 40-85 years who participated in physical activity, dance and walk offered by social assistance project Vila Fátima in Justinópolis, Ribeirão das Neves – MG - Brazil. In an attempt to better understand those phenomena and the possible factors that are present, it has become necessary to clarify: how women's participation contributed to a better body language, motor resourcefulness, disease prevention, as well as in relation to teamwork identify the bonds between them were strengthened with the meetings; find what meaning the participants attributed to the workshop, in particular the practice of dance; analyze the construction of choreography contributed to the process of memory, attention and creativity, from a group construction; and understand what contributions were made note in their self / self-esteem. Being a large subject, he was elected as focused on the technique of somatic education and possible contributions to the work of psychology with groups, and their vulnerabilities, especially the social, since it is public seniors with low-income participants. The research used as a methodological tool document analysis, image analysis, literature and semi-structured interview. The results point to the fact that women's participation in workshops favors a better understanding of their personal and bodily skills, group building, which somehow reflected in their self-concept and self-esteem. Point is also some contributions and reflections on the work of the Project Vila Fatima.

Keywords: Groupality .Third Age. Dance. Self / self-image / self-esteem.

1 INTRODUÇÃO

As manifestações sociais, culturais e científicas apontam para a importância de terem ações de promoção e prevenção em saúde para população geral. Como a expectativa de vida no Brasil vem aumentando segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), “a tábua de mortalidade projetada para o ano de 2012 resultou em uma expectativa de vida de 74,6 anos para ambos os sexos, um acréscimo de 5 meses e 12 dias em relação ao valor estimado para o ano de 2011 (74,1 anos).” (IBGE, 2014). Observa-se a necessidade de pesquisar ações que possam favorecer a essa população um envelhecimento com dignidade.

Pode-se considerar que socialmente o envelhecimento acarreta grandes metamorfo-

ses, por consequência de suas reais necessidades, que abrangem diversas áreas, inclusive a familiar, além do processo natural de perdas. “Esse, por si só, já requer um olhar e um cuidado diferenciados que possibilitem uma velhice com dignidade.” (CARVALHO, 2007, p.10).

Lançar mão de atividades que promovem bem-estar, como a dança, sendo um recurso psicopedagógico e terapêutico interventivo, foi uma estratégia interessante para alcançar resultados satisfatórios, pois possibilita múltiplas formas de integração para melhorar a saúde do idoso, como a contribuição, por exemplo, para sua saúde física. A mudança no autoconceito foi um direcionamento de trabalho adotado. Pois entende-se que, a partir do reconhecimento de suas potencialidades, esta mudança de perspectiva permitiu criar um olhar mais positivo sobre elas mesmas. E, ao descobrir-se como sujeito operante, arraigando-se neste contexto, possibilita combater possíveis exclusões. Foi dentro deste contexto que se procurou atentar para e ampliar ações que permitem um movimento para mudanças significativas na sociedade, como o projeto de pesquisa realizado, de que trata este artigo, a saber, a oficina *Corpo em Movimento* – partedo projeto socioassistencial Vila Fátima, no distrito de Justinópolis, Ribeirão das Neves/MG. As integrantes eram um grupo de mulheres da terceira idade, cuja faixa etária abrangia desde 40 até 85 anos de idade.

Neste sentido, esta pesquisa buscou investigar quais as possíveis transformações que a dança possibilita para o corpo e as subjetividades, as relações do grupo e o autoconceito do idoso, ocorridas com os participantes da oficina *Corpo em Movimento*. Para tanto, abordamos diferentes aspectos da temática, buscando: a) verificar o processo de reconhecimento do corpo no idoso a partir da dança e das técnicas de educação somática; b) conceituar a noção de autoconceito e analisar o que representa na vida do idoso; c) compreender os processos grupais que emergem a partir da prática com a dança; d) compreender, a partir do referencial da educação somática, o importante papel do conhecimento do corpo e da percepção dos movimentos para saúde, visando conhecer e refletir sobre a melhor maneira de usá-los com o grupo pesquisado.

São destacadas, neste estudo, as particularidades de se trabalhar com um grupo de idosos com dança. Neste sentido, buscou-se abrir um espaço para análise e interlocução, no qual se perceberam os processos sociais dos sujeitos pesquisados, e sua relação com essa arte, possibilitando conhecer as mudanças, sobretudo em seu autoconceito. A prática também visou propiciar vínculos sociais, e essas relações interpessoais foram usadas como elemento terapêutico, respeitando a subjetividade dos participantes, como sugere Pichon-Rivière (1988).

A relevância científica evidencia-se na possibilidade de reflexões e contribuições a partir da prática em dança com este grupo, na medida em que oferece uma compreensão de novos horizontes teóricos e práticos à temática do envelhecimento. Essa compreensão foi aqui construída por meio de um trabalho corporal com as idosas, e com suas expressões no campo da consciência, fazendo uso das funções executivas como atenção, memorização, percepção etc. Permitiram-se, dessa forma, novas compreensões para ações que promoveram: qualidade nas relações, aprendizado, melhor postura, equilíbrio corporal e

psíquico e prevenções contra doenças que acometem principalmente pessoas sedentárias. De forma semelhante, a educação somática, por sua vez, passou a ser uma técnica qualificada, pois visa perceber e usar da melhor forma o corpo na velhice.

Percebe-se, ainda, que a psicologia pode se apropriar de diversos estilos e técnicas de dança, para promoverem ações interventivas, educativas, elucidativas, entre outras. Por sua vez, este estudo introduz a dança dentro da proposta de intervenção psicossocial:

A intervenção psicossocial é, dessa maneira, um trabalho de relação direta entre facilitador-interventor com o grupo-alvo, que incide em transformações nas histórias, ou melhor, na vida cotidiana, espaço onde as histórias pessoais, grupais ou coletivas ocorrem. (SARRIERA et al., 2000, p.25).

Esse trabalho também contribui no delineamento do papel do facilitador-interventor nos grupos, possibilitando abrir espaços para a constituição de novos saberes e fazeres. Em consonância, busca-se construir sentido junto aos sujeitos no grupo-alvo, através dessa arte.

2 ENVELHECIMENTO E AUTOCONCEITO

O envelhecimento tem abarcado fontes de múltiplas pesquisas, que embasam os estudos sobre Geriatria e Gerontologia – áreas do conhecimento científico de caráter interdisciplinar –, que estudam o envelhecer, ampliando as perspectivas, não considerando somente os aspectos biológicos, mas atentando igualmente para as condições históricas, sociais, econômicas e psicológicas.

Segundo Fortes, citado por Souza e outros (2010), o envelhecimento é um processo fisiológico e não está ligado necessariamente à idade cronológica. É uma modificação que o corpo passa, podendo desencadear na diminuição das habilidades físicas e cognitivas, como o aparecimento de cabelos brancos, rugas, entre outros.

Socialmente é observável, que majoritariamente pessoas com baixa renda, tenderão a ter mais probabilidade de perder vínculos sociais, seja por causa de sua situação econômica, ou outras dificuldades como acesso à mobilidade, tratamentos adequados para saúde, não ter oportunidades de lazer, como frequentar teatros, clubes, viajar etc. (PEREIRA e outros, 2006). Ressalta-se, por sua vez, a importância de se criar grupos de convivência para a reinserção social. De acordo com Dalmolin e outros (2011), as atividades desenvolvidas com o grupo de idosos têm o papel de desenvolver e fortalecer os vínculos sociais e poderão ser projetadas por meio de ações que levem à promoção da saúde física, mental e social.

A dança ganha um espaço importante, pois oferece, segundo Strazzacappa (2001), atividades educativas e expressivas, que tendem a mudar significativamente o contexto corporal dos sujeitos que a praticam, propiciando um novo olhar sobre si mesmo. Este aspecto, por sua vez, opera na integração de seu autoconceito/autoestima, possibilitando

um bom uso de seu corpo e de suas relações afetivas.

Analisando os construtos autorreferentes como autoestima e autoconceito, parecem possuir um significado semelhante. Segundo Novaes citado por Carvalho (2006), o termo autoestima, quando se refere à autoimagem, parece ter sentido conceitual interdependente, considerando: “[...] as expressões: consciência do eu (autoconceito), percepção afetiva do eu (autoestima) e representação do eu (autoimagem).” (NOVAES apud CARVALHO, 2006, p. 29). Entende-se que o autoconceito, segundo Carvalho (2006), tem importantes contribuições para a autoimagem, porque a autora acredita que o sujeito se descreverá de forma valorativa que viabilizará controlar, constituir e organizar uma fonte enriquecedora para sua saúde física e mental.

A psicologia vê o envelhecimento como uma possibilidade valorativa do sujeito. O autoconceito passa a efetuar um papel intercambiável para o psiquismo das pessoas, porque proporciona contribuições para uni-las, através de atitudes saudáveis com elas e outros Carvalho (2006). A partir da tomada de consciência do eu, o sujeito modifica suas relações intrapsíquicas (internas) e interpessoais. A dança é utilizada para somar na construção do autoconceito, e, para este grupo específico, leva em consideração o entendimento do corpo e da técnica de educação somática.

3 A EDUCAÇÃO SOMÁTICA E A DANÇA NO CORPO DO IDOSO

O corpo para o idoso está passando por muitas transformações como já citadas. Porém, ele não deixa de comunicar suas reais necessidades. Por isso, é necessário conhecer as múltiplas manifestações que o corpo possa emitir, pois “[...] o movimento do corpo pode comunicar e expressar emoções variadas através de estímulos diferenciados, que vão desde a violência até o gracioso comportamento - expressivo do movimento.” (MARTINS, 1999, p.13). Por isso, a proposta sugerida abrange novas possibilidades de trabalhar o corpo, respeitando seus limites, com diversidade criativa de movimentos a partir do olhar do idoso na dança.

É importante conhecer o soma a partir da execução de atividades com a dança, que possa influenciar positivamente o uso do espaço e do ambiente externo e interno do sujeito. Segundo Gillain (2002, p. 2) “a educação somática se fundamenta numa tomada de consciência das sensações durante a ação e sobre a capacidade do organismo de se reorganizar (se autorregular) quando lhe é dada esta possibilidade.” Ou seja: a dança ao utilizar técnicas da educação somática, permite as manifestações da sensopercepção, que abrange os processos sensitivos (sentidos intrapsíquico e/ou intrapessoal) e perceptivos (o que se percebe fora do corpo), com o objetivo de equilibrar o organismo como um todo.

Destaca-se como se deu o processo de compreensão da educação somática. Segundo Eloisa Domenici, professora da Universidade Federal da Bahia, artista da dança e pes-

quisadora de estudos do corpo, afirma que o início da metodologia surgiu num momento muito singular dentro dos modelos da dança moderna. Entende-se que a utilização do método citado, para produção da arte, se desprende do modelo tradicional dentro do qual a dança era entendida, outrora rígida, com estereotípias etc. Por sua vez, ganha uma nova visão e é articulada não somente para produzir bem-estar e saúde para os sujeitos, mas também porque o corpo passa a ser pensado como uma unidade funcional, que assume um novo papel de experimentação e improvisação. “Para a dança, os impactos foram muito determinantes, não somente em termos das práticas educacionais, mas também da estética” (DOMENICI, 2010, p.71).

O termo “educação somática” é entendido por Fortin como “a arte e a ciência de um processo relacional interno entre a consciência, o biológico e o meio ambiente, estes três fatores sendo vistos como um todo agindo em sinergia” (FORTIN, 1998, p. 40).

Denovaro (2012, p.95) afirma que “a educação somática tem como enfoque uma visão integral do ser humano, envolvendo sua expressão física, mental, emocional e espiritual”. O movimento passa a ser sentido e percebido como uma ação que abrange o nível da consciência, relacionado ao padrão subcortical muscular que produz novos aprendizados que são registrados e memorizados.

Segundo o princípio geral da educação somática, todo movimento corporal está relacionado a um padrão subcortical muscular; o que significa dizer que a aprendizagem de qualquer movimento só pode ser realizada através de uma alteração no padrão subcortical para imprimir uma nova “imagem” mental, suficientemente eficaz para ser registrada na memória neuromuscular. (DENOVARO, 2012, p. 96).

Para Débora Bolsanello (2010), educação somática “é um campo teórico-prático composto de diferentes métodos cujo eixo de atuação é o movimento do corpo como via de prevenção ou de transformação de desequilíbrios de uma pessoa” (BOLSANELLO, 2010, p. 394).

A dança, dentro da proposta de intervenção psicossocial, objetiva conhecimentos novos, que possam produzir um olhar diferenciado sobre ações do corpo e para ele. É necessário entender esses novos modelos, para o trabalho proposto. “Sobretudo, busca-se tecer uma crítica à hipostasia que o corpo, contemporaneamente, tem passado, reduzindo-o a uma imagética, e transformando-o num corpo-imagem” (SANDER, 2012, p.19). Ou seja: o corpo-imagem não é compreendido como um papel transformador e sim utópico.

O idoso que dança, começa a compreender novos papéis e passa a desenvolvê-los, criando novas possibilidades de sociabilidade, partilha, planeja novos projetos pessoais, pois o grupo a partir da identificação dos seus membros se organizam e se estruturam em sua dinâmica, considerando que a coesão e dispersão são forças que ajudam no processo de comunicação, formação de normas, cooperação, participação, distribuição de tarefas, papel a ser executado, dentre outros (LEWIN, 1988; MAIHOT, 1991 apud AFONSO, 2006).

Além disso, pressupõe-se que o trabalho com a dança fomentou, como coloca Freire (1992), um empoderamento dos sujeitos, a partir dos vínculos sociais criados com o gru-

po, tendo em vista um mediador que consiga ver a dança além de técnicas articuladas para a saúde do corpo. Dessa forma, é possível entender o que Afonso (2006) discorre sobre o processo grupal, que poderá desenvolver relações de empatia, comprometimento, respeito, identidade e outros, favorecendo um envelhecimento mais saudável.

O corpo que dança se beneficia de vários processos cognitivos, pois ele abarca: a atenção, percepção, memória, criatividade etc. Considerando que o ambiente poderá favorecer a estimulação de tais artifícios (STERNBERG, 2008), ele experimenta a partir dos fatores citados e consegue dizer por outras vias de ação. O movimento dançado é uma demonstração sem palavras de um corpo que escapa ao cotidiano, ou, nas palavras de Sander (2006), um corpo desertor²⁴, que “com suas experimentações em dança (...) toma contato de suas sensações, ou melhor, ‘corpo vibrátil’, que lhe traz a presença viva do outro”. (SANDER, 2006, p.107).

Portanto, segundo o autor acima, o corpo experimenta, vive e sente a dança atualizando suas experiências “imagéticas”²⁵ por seus gestos. Ou seja: sua experiência é vivida, de múltiplas formas, que significam e ressignificam ao dançar, dando-lhe sentido. Embora seja vivenciado segundo um desertor que vive em um “deserto” e não teme a ele. “E, conhecedor do intolerável, quer povoá-lo de partículas-dança: as alegrias ativas.” (SANDER, 2006, p. 98).

4 METODOLOGIA

Este estudo foi realizado com mulheres da terceira idade que participaram da oficina Corpo em Movimento no Projeto Vila Fátima, Justinópolis - Ribeirão das Neves, MG. A pesquisa é qualitativa quanto a sua abordagem e exploratória em seus objetivos, uma vez que pretendeu investigar de que forma a prática da dança possibilitou mudanças no autoconceito do idoso, bem como propiciar desenvolvimento motor e expressivo, memorização, criatividade, sensopercepção, promovendo saúde e prevenindo doenças, além da prática grupal, que visou possibilitar melhorar as relações interpessoais, entre outras. Exploratória, também, no esforço em mapear esse campo, pois buscou compreender suas características e possibilidades.

Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado na maioria dos casos essas pesquisas envolvem: a) levantamento bibliográfico; b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado e c) análise de exemplos que estimulem a compreensão (GIL, 2006, p. 44).

24 Desertor: expressão criada pelo autor Sander (2006), com o sentido daquele que deserta tanto como fuga (ou melhor, linha-de-fuga) como aquele que precisa criar deserto.

25 Imagéticas: o autor trabalha o idealismo do corpo imagem, atribuindo a perfeição esperada do corpo, com preciosismo da forma.

A abordagem é qualitativa, com análises sobre os efeitos que são produzidos a partir da dança e da educação somática. Foram analisados aspectos descritivos relacionados às pessoas a partir de elementos valorativos. Para Goldenberg: “Os dados qualitativos consistem em descrições detalhadas de situações com o objetivo de compreender os indivíduos em seus próprios termos” (GOLDENBERG, 2004, p. 53).

A pesquisa é também bibliográfica e documental, pois além da revisão de literatura foram feitas análises de documentos, como relatórios e diários das aulas de dança, recebendo um tratamento analítico como sugere Gil (2006). E também usou de análise de imagens fotográficas e vídeos, sendo uma observação sistemática de fatos que foram verificáveis, com imagens produzidas dos sujeitos da pesquisa, Bauer e Gaskell (2002).

O período pesquisado é de janeiro a outubro de 2015, no qual utilizei análises de documentos e imagens produzidos de novembro de 2012 a setembro de 2015. Outros dados coletados foram por meio de entrevistas semiestruturadas, tendo roteiro previamente elaborado, contendo perguntas abertas, sendo efetivado no período de agosto a setembro de 2015. Utilizou-se, como instrumento para as análises, vídeos com gravação de voz. A transcrição foi feita após as entrevistas.

Em se tratando dos sujeitos desta pesquisa, as senhoras idosas, buscou-se o face-a-face, a relação de entrevistadas/entrevistadora, permitindo, por sua vez, maior relevância em razão da comunicação verbal, sendo uma forma privilegiada de interação (MINAYO, 2000). Para este estudo foram realizadas entrevistas semiestruturadas orais, não aplicadas de forma rígida, permitindo a entrevistadora fazer adaptações para compreender melhor aquilo que se busca (LÜDCKE; ANDRÈ, 1986) que, por sua vez, teve liberdade para discorrer sobre os temas propostos (MOREIRA, 2002). E foi centralizada em questões relacionadas com envelhecimento, criação de vínculos, autoconceito/autoestima e autoimagem, a experiência em dançar em grupo, memorizar uma coreografia, entre outros. Após a transcrição, foram analisados os dados. Ou seja, uma análise de conteúdo, de natureza qualitativa, que teve como foco a construção de sentidos a partir das falas coletadas dos sujeitos que foram entrevistados, tendo em vista um texto objetivo, dentro do enfoque teórico da pesquisadora (ALVES & SILVA, 1992).

Quanto às fotos e filmagens, foram estudadas por meio de análise de imagens, que, segundo Belei e outros (2008), vêm ao encontro da revolução dos recursos tecnológicos. Ao serem registradas, passam a ser observadas de forma mais rica e ressignificadas. Isso, por sua vez, possibilita ser menos seletiva, tendo estabilidade para o estudo proposto.

A análise dos documentos buscou atender os objetivos da pesquisa, somados a leituras e experiências como um recurso de interpretação. “Essa análise deve ser feita em observância aos objetivos a ao plano da pesquisa e pode exigir, em alguns casos, o concurso de técnicas altamente sofisticadas” (GIL, 2006, p.88).

Este estudo procurou agregar os cuidados éticos, tendo em vista as construções das ações supracitadas que, por sua vez, pontuou critérios formais para as relações estabelecidas, como cita Rosera e Freitas (2010), considerando as subjetividades, como: a ética relacional, sendo um elemento essencial na origem das relações, visando à ação moral, por meio das narrativas entrevistadas. A ética, nesta perspectiva, propicia um espaço para o

acolhimento das diferenças que possam surgir entre as pessoas e com a influência mútua do grupo. Outro ponto importante a citar é sobre o cuidado da coleta de informação dada pelas entrevistas. Ao realizar o roteiro de entrevistas semiestruturadas com as participantes da oficina Corpo em Movimento foram observados os princípios de confidencialidade dos sujeitos entrevistados.

Dentro da proposta de planejamento deste estudo, foram divididos em dois momentos de campo. O primeiro foi o trabalho de intervenção psicossocial com dança, ginásticas e rodas de conversas, desempenhado no espaço do Projeto Socioassistencial Vila Fátima. O segundo, as oficinas de dança com as técnicas da educação somática, no espaço do Sesi - Serviço Social da Indústria, ambos no distrito de Justinópolis, Ribeirão das Neves – MG. E constituiu dois momentos de análises. No primeiro, foram analisados os documentos como relatórios e diários de campo coletados no período de estágio da pesquisadora, de novembro de 2012 a junho de 2014. E, no segundo, as análises das imagens produzidas pelas oficinas ofertadas no segundo semestre de 2015 no Sesi.

4.1 A DANÇA DO TEMPO NOS CORPOS: ANÁLISE DOS DADOS

Foram analisadas as categorias de grupalidade; construções do autoconceito, autoestima e autoimagem; e a relações com o corpo. No primeiro momento, sendo o trabalho desenvolvido junto ao grupo Corpo em Movimento no Projeto Vila Fátima. No segundo momento, as mesmas categorias citadas, com as oficinas de dança, usando as técnicas da educação somática, ofertadas no segundo semestre de 2015, no espaço Sesi, com quatro encontros.

4.1.1 GRUPALIDADE: CRIAÇÃO DE VÍNCULOS

Tendo em vista algumas tarefas importantes para o trabalho, foi solicitado às senhoras traçarem metas pessoais, com o intuito de serem compartilhadas na próxima aula, como uma atividade grupal. Assim, foi dado início às rodas de conversas. E foi possível observar que demonstraram grande interesse, convidando outras senhoras para participarem. “O grupo cresceu em número, passando a ter integrantes da comunidade e não somente senhoras da oficina de culinária como previsto.” O grupo mostrou-se muito cooperativo: “(...) quando as atividades eram perdidas por qualquer um dos membros, sendo compartilhados pelas próprias integrantes nos encontros subsequentes”.

Nas entrevistas feitas no segundo momento dessa pesquisa, identifica-se o fenômeno de criação de vínculos. Os integrantes passaram a ver o grupo como nova possibilidade de relacionamentos, que contribuíram em vários aspectos vivenciais, como terem novas possibilidades de círculos de amizades, ajuda mútua, falar de seus problemas, entre outros.

Ter participado desse grupo foi maravilhoso, porque além da gente participar das rodas de conversas. A gente faz um círculo de amizades e se torna uma família e passa a ajudar e ser ajudada e, também, ser criativa. E isso é ótimo!" (Maria, 61 anos)²⁶.

Eu me via como se estivesse vazia. E eu precisava de uma coisa assim... Entendeu? Então, está no meio de mais pessoas e ver que as elas podem ter o mesmo problema que eu. E poder contribuir com algo, e ser participante, foi muito importante para mim. (Miranda, 53 anos).

O fortalecimento das relações fomentou a possibilidade de partilha e a relação de empatia, sendo de forma dialética, simultânea, à medida que se sentem reconhecidas e compreendem que o grupo possibilita uma busca por se fortalecer. Conseqüentemente, pela fala, pelo ato de crescer, de construir com o grupo, e desenvolver questões que antes pareciam ser difíceis de serem alcançadas, elas se fortaleciam. As falas acima, de Maria e Miranda²⁷, elucidam bem estas questões.

4.1.2 AS CONSTRUÇÕES DO AUTOCONCEITO, AUTOESTIMA E AUTOIMAGEM: RELAÇÕES GRUPAIS E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS

O grupo sugeriu tarefas dentro da prática da dança para trabalharem. E a proposta foi atrelada à prática, visando estimular novos hábitos comportamentais, por exemplo, exercitarem novos pensamentos que seriam mais positivos, como um possível trabalho grupal. E quando elas percebiam qualquer problema de ordem afetiva, enfermidade e outros, entre as integrantes, o grupo se mobilizava na tentativa de ajudar.

Algumas estão passando por processo de separação conjugal e precisavam muito da divulgação dos seus currículos para conseguirem trabalho, pois necessitaram de outra fonte de renda. A Sra. Rê passou recentemente por um tratamento contra o câncer e está se sentindo feia, porque seus cabelos caíram, para ela foi uma perda muito significativa em sua autoestima. O grupo viabiliza uma possível solução as questões apresentadas e divulgaram os currículos das interessadas nas padarias, farmácias, supermercados etc., da região. As integrantes fizeram uma homenagem a Rê, na semana seguinte, escreveram cartazes e cartas que foram lidas, contendo nestas muitas palavras que remetem a autoestima/autoconceito. Rê ficou emocionada e surpreendida com essa ação, chorou muito e afirmou que nunca em seus 60 anos, alguém fez algo tão belo para ela. Todas se emocionaram. (Informação retirado do relatório)²⁸

²⁶ Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizado no Sesi, dia 04 set.2015.

²⁷ As identidades de todas entrevistadas e depoentes, que aparecem no decorrer desta pesquisa, foram preservadas, utilizando-se, para tal, nomes fictícios.

Os vínculos estabelecidos permitem que os membros se impliquem em ajudar os integrantes. E abrem espaços para novas construções grupais, permitindo ao sujeito ampliar seu repertório verbal e comportamental no sentido de ter saúde nas relações estabelecidas e outras. Não sendo algo a que se sinta obrigado a fazer, mas que use de sua liberdade para construir com. E ao ser fortalecido promove espaços para que os sujeitos se sintam valorizados e amparados possibilitando transformações positivas em suas relações, pois o ser humano agrega em sua identidade individual, a grupal e a social (ZIMERMANN, 2000).

4.1.3 RELAÇÕES COM O CORPO

A dança mexe com o corpo todinho, né! Como diz: é um corpo em movimento mesmo. Então, ajuda a mente, ajuda os músculos, ajuda os nervos, ajuda as articulações. Decidi fazer dança, porque amo dançar e a proposta de dança veio ao encontro da saúde para meu corpo. (Maria, 61 anos).

O desertor (cf. seção 3, acima) é considerado aquele que abre caminhos para o novo, desejando experimentar, e isso foi feito a partir da dança. Outrora pode causar estranhamento, visto que a expectativa do corpo do idoso seria assistida de uma forma diferente, mais passiva. Para Maria a dança vem ao encontro da saúde para seu corpo, sendo reconhecida como nova possibilidade de ter ações mais proativas, em seu processo de envelhecimento. E ter participado da construção e apresentação de uma coreografia foi avaliado como algo muito positivo, não só para ela, mas para a comunidade que teve a chance de assistir e acompanhar o grupo em questão.

Eu senti participante do processo e foi bom, porque além da minha família ter ido para apoiar, a família de todos praticamente estavam apoiando. Gente chorando, porque achava que a mãe não poderia fazer mais nada. E a mãe poderia fazer muito mais que isso. Foi ótimo! (Miranda, 53 anos).

5 DANÇAR “NA MELHOR IDADE”: CONSIDERAÇÕES NUNCA FINAIS

Ao pesquisar sobre o trabalho feito com mulheres da terceira idade participantes da oficina Corpo em Movimento tinha como objetivo verificar quais eram as possíveis contribuições para seu autoconceito a partir da dança. Todavia, o conhecimento sobre intervenções psicossociais usando as técnicas de Educação Somática e dança para idosos permitiu compreender sobre a importância grupal e suas relações estabelecidas. Este es-

tudo, portanto, é um instrumento que poderá acrescentar a qualquer pessoa interessada em trabalhos com os grupos, principalmente com os da terceira idade, usando ou não da arte. Também contribuiu para o crescimento profissional e pessoal da pesquisadora.

Foi possível perceber que a participação das integrantes não apenas nas oficinas, mas em outros espaços permitiam construir vínculos durante o trabalho em grupo. Quanto mais se fortaleciam, mais capazes se sentiam em superar seus desafios e, consequentemente, dar sentido, ou melhor, ressignificar suas relações afetivas, sejam elas familiares, amizades, amorosas etc.

A oficina foi um espaço que propiciou o desenvolvimento da cooperação, comunicação, comunhão, partilha, aprendizagem, condicionamento físico, expressão corporal, promover autoestima/autoconceito/autoimagem entre as mulheres. E essas transformações ganham significados em diferentes formas.

As oficinas e, principalmente, os momentos de construção com danças foram importantes para o fortalecimento das relações entre os membros, assim como com seus familiares, ou seja, considera-se que foi um trabalho em equipe em que foram construídas subjetividades, porém sem perder a singularidade de cada integrante. Guareschi (2009) permite ilustrar o quanto são belas essas construções.

Se eu entendo o sujeito como alguém que é construído pelas relações, não perco a minha singularidade, continuo sendo singular. Mas minha subjetividade são os milhões de relações que eu estabeleci. (GUARESCHI, 2009, p.71).

Enfim, os processos de construções simbolizam a capacidade dessas mulheres em transformar suas relações afetivas, sendo expressas em danças, falas, risadas, choros, histórias, projetos de vida e seus corpos. Elas ressignificam suas vivências querendo melhorar sua autoestima/autoconceito/autoimagem, seja com o trabalho em equipe, pois este trouxe amparo, aconchego, união, empatia, liberdade de expressão, paz etc.

Percebe-se que a criação de vínculos se faz presente, sendo pertinente em qualquer grupo que se encontra fragilizado, seja por causa de seu envelhecimento, sua baixa autoestima/autoconceito, vulnerabilidade física e social, sem perspectiva e projeto de vida, somente tendo como um universo restrito seus afazeres domésticos, como a maioria das mulheres atendidas no Projeto Vila Fátima. Acredita-se que as oficinas ou encontros promovidos com o grupo produziram resultados satisfatórios para promoção e prevenção em saúde para essas mulheres.

Sendo assim, conclui-se que a pesquisa evidencia que as atividades de dança em grupo promovem bem-estar e saúde para estas mulheres. Espera-se que este estudo possa servir para futuras discussões, ampliando intervenções para esse público não só de mulheres, compreendendo que é necessário criar espaços físicos para este tipo trabalho, assim como novos instrumentos metodológicos.

REFERÊNCIAS

- AFONSO, Maria Lúcia M. (Org.). *Oficinas em Dinâmica de Grupo: um método de intervenção psicossocial*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.
- ALVES, Zélia Maria Mendes Biasoli e SILVA, Maria Helena G.F Dias da. *Análise qualitativa de dados de entrevista: uma proposta*. FF CLRP – USP, Ribeirão Preto, 2, Feve./Julho, 2012. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/paideia/article/viewFile/46422/50178>>. Acesso em : 21 de set. 2014.
- BAUER. Martin W.;GASKELL, George (orgs.). *Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som*. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis-RJ: Vozes, 2002.
- BELEI, Maria Aparecida et al. O uso de entrevista, observação e videogravação em pesquisa qualitativa. *Cadernos de Educação | FaE/PPGE/UFPel | Pelotas [30]: 187 - 199, janeiro/junho 2008*. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/article/viewFile/1770/1645>.> Acesso em: 21 de set. 2014.
- BOLSANELLO, Débora Pereira. (Org.). *Em pleno corpo: educação somática, movimento e saúde*. Curitiba: Juruá Editora, 2010.
- CARVALHO, Noeme Cristina Alvares de. *Autoconceito do idoso e biodança: uma relação possível*. 2006. 237f. Dissertação (Mestrado). Universidade Católica de Brasília, Programa de Pós-Graduação “Stricto Sensu” em Gerontologia, Brasília. Disponível em: <http://www.bdt.uecb.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=550>. Acesso em 10 ago. 2014.
- DALAMOLIN, Idiara Sartori et al. A importância dos grupos de convivência como instrumento para a inserção social de idosos. *Revista contexto e saúde*.V.11 n.20.2011.Disponível em: <<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoesaude/issue/view/116>>. Acesso em 17 de set. 2014.
- DENOVARO, Daniel Becker. *A educação somática na formação do ator: a contribuição do método pilates*. Repertório, Salvador, nº 18, p.94-100, 2012. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revteatro/article/viewFile/6407/4429>>. Acesso em 26 ago. 2014.
- DOMENICI, Eloisa .O encontro entre dança e educação somática como uma interface de questionamento epistemológico sobre as teorias do corpo. *Pro-Posições, Campinas, v. 21, n. 2 (62), p. 69-85, maio/ago. 2010*. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pp/v21n2/v21n2a06.pdf>>. Acesso em: 14 de ago. 2014
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- FORTIN, Sylvie. *Educação Somática: novo ingrediente da formação prática em dança*. Cadernos do GIPE-CIT – Estudos do Corpo, Salvador, Universidade Federal da Bahia, n. 2, p. 40-55, nov. 1998.
- GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projeto de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- GOLDENBERG, Mirian. *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências*

sociais. 8ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GILLAIN, Vandana Claire. A educação somática e a arte. 2002.

Disponível em: <<http://www.education-somatique.ca/publications/presse/>>.

Acesso em: 21 set. 2014.

GUARESCHI, Pedrinho A. A produção dos sujeitos: a tensão entre cidadania e alienação.

In: BOCK, et al. (Org.). Mídia e Psicologia: produção de subjetividades e coletividade.

Brasília: Conselho Federal de Psicologia, v.1,p. 71-77, 2009.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2014.

Disponível em: <<http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&busca=1&id-noticia=2528>>. Acesso em: 17Set. 2014.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, E. D. A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.

São Paulo: EPU, 1986.

MARTINS, Suzana. O corpo fala ... E expressa. In: Caio César Souza Camargo Próchno,

Cleide Riva Campelo; DianneWoodruf; Jorge de Albuquerque Vieira; SylvieFortin e Suzana

Martins. Estudos do Corpo. Cadernos do JIPE - CIT. Salvador, N. 2, p 7 - 60, fev. 1999.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento. Pesquisa qualitativa em saúde.

7 ed. São Paulo: Abrasco, 2000.

MOREIRA, Daniel Augusto. O método fenomenológico na pesquisa pioneira. São Paulo:Thomson, 2002.

PEREIRA, Renata Junqueira et al. Contribuição dos domínios físico, social, psicológico e

ambiental para a qualidade de vida global de idosos. Revista Psiquiatria. RS jan/

abr2006;28(1):27-38. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rprs/v28n1/v28n1a05.pdf>>

Acesso em: 17 de set. 2014.

PICHON-RIVIÈRE, E. Teoria do vínculo. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

ROSEIRA, Emerson Fernando & FREITAS, Emília Cristian A.A. Sentidos éticos para psicólogos

que realizam práticas grupais. Sentidos Sobre a Ética para Psicólogos. Gerais: Revista

Interinstitucional de Psicologia, 2 (2), 128 – 140 ano 2010.Disponível em: <[http://www.fafich.](http://www.fafich.ufmg.br/gerais/index.php/gerais/article/viewFile/88/54)

ufmg.br/gerais/index.php/gerais/article/viewFile/88/54. > Acesso em: 12 de out.2014.

SANDER, Jardel. Movimentos do corpo em dança: do corpo-sem-órgãos ao corporar. Revista

“O Teatro Transcende” do Departamento de Artes – CCE da FURB – ISSN 2236-6644 - Blumenau,

Vol. 17, Nº 1 , p. 19 - 38, 2012.

_____. Camelos Também Dançam. Movimento Corporal e Processos de Subjetivação

Contemporâneos: um olhar através da dança. Tese (doutorado). PUCSP Programa de

Pós-Graduação em Psicologia – Núcleo de Subjetividade. São Paulo, 2006.

SARRIERA, Jorge Castelláet al. Intervenção psicossocial e algumas questões éticas e técnicas.

In: Psicologia comunitária: estudos atuais. Porto Alegre: Sulina, 2000.

SOUZA, Monica Ferreira de et al. Contribuições da dança para a qualidade de vida de mulheres

idosas. Revista Digital. Buenos Aires, Ano 15, Nº 148, Setembro de 2010. Disponível em:<

www.efdeportes.com/efd148/contribuicoes-da-danca-para-mulheres-idosas.htm>.
Acesso em: 17 de set. 2014

STERNBERG, Robert. *Psicologia Cognitiva*. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

STRAZZACAPPA, Márcia. A educação e a fábrica de corpos: a dança na escola.
In: *Cadernos Cedes*, ano XXI, n o 53, abril/2001.

ZIMERMAN, D. E. *Fundamentos Básicos das Grupoterapias*. 2ª ed. Porto Alegre:
Artmed, 2000.

O PARLAMENTO EM REDE: a interação entre as casas legislativas

Guilherme Wagner Ribeiro²⁹
Ana Paula Magalhães³⁰

RESUMO

O termo rede sociais tem sido utilizado em várias áreas do conhecimento e em diferentes contextos, mas sempre indicando em alguma medida a noção de conexão/interação, seja entre pessoas ou instituições. Essa perspectiva foi adotada no presente trabalho para analisar as relações na federação brasileira, especialmente no âmbito das casas legislativas. Assim, para subsidiar tal análise, inicialmente realizou-se um estudo, a partir de uma metodologia teórica e bibliográfica, dos principais instrumentos de cooperação responsáveis pela interação entre os entes federados com vista à implementação de diferentes políticas públicas. Com as informações obtidas nesse ponto da pesquisa, foi possível, em seguida, analisar as relações entre as casas legislativas, especificamente da Unale e da Rede de Escolas.

Palavras-chave: Redes sociais. Federalismo. Conexão. Casas legislativas.

ABSTRACT

The term 'social networks' has been used in various fields of study and different contexts, but always indicating to some extent notions of connection and or interaction, whether between people or institutions.

Such a perspective has been adopted in this study to analyze relationships within the Brazilian federation, especially in the context of legislative bodies. Initially therefore, in order to support such an analysis, a study was conducted using a theoretical and bibliographic methodology of the main cooperation instruments responsible for interaction between federal entities implementing different public policies. With the information obtained at this point of the research, it was then possible to analyze the relationships between the legislative bodies, specifically Unale and the Schools Network.

29 Analista Legislativo da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Professor da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Graduado em Direito (UFMG), Mestre em Educação (UFMG), Doutor em Ciências Sociais (PUC Minas). Compôs o Comitê Gestor da Rede Nacional de Escolas de Governo entre 2014 e 2015. Endereço eletrônico: guilherme.ribeiro@almg.gov.br

30 Acadêmica em Direito pela PUC Minas. Estagiária do Escritório Aroeira Salles Advogados. Coordenadora do Grupo de Pesquisa em Direito Administrativo NAP/PUC MINAS. Endereço eletrônico: anapxd@hotmail.com

Keywords: Social Networks. Federalism. Connection. legislative bodies.

INTRODUÇÃO

Depois de uma tendência à descentralização federativa que induzia certo isolamento dos entes federados na década de 1990, as práticas de intergovernabilidade avançaram muito nas décadas seguintes, por meio de diferentes configurações, como os consórcios, convênios, fóruns, conselhos etc.. Essa intergovernabilidade se manifesta de forma mais vigorosa entre órgãos similares que integram os poderes executivos dos diversos entes federativos, que são responsáveis pela implementação das políticas públicas, mas a aproximação entre órgãos e entidades semelhantes acontece também nos poderes Legislativo e Judiciário, assim como nos Tribunais de Contas e nos órgãos do Ministério Público. Além disso, essa aproximação, para ações conjuntas e troca de experiências, ocorrem entre órgãos similares que pertencem aos três poderes e nos três níveis da federação.

Este trabalho utiliza-se do conceito de rede para discutir os desafios da interação entre as instituições legislativas brasileiras, que, similar ao que acontece no Poder Executivo, desdobram-se em diversas instituições, como a União Nacional dos Legislativos e Legisladores Estaduais – Unale -, a rede de TVs do Legislativo, a Associação Brasileira de Escolas do Legislativo, o programa Interlegis, do Senado Federal.

Além de entrevistas e análises documentais sobre essas entidades, para o exame das Escolas do Legislativo e dos Tribunais de Contas, foi encaminhado um questionário para todas as escolas desses órgãos nos âmbitos federal e estadual, além das escolas municipais que fazem parte da Associação Brasileira de Escolas do Legislativo e do Tribunal de Contas – Abel. Para a análise dos dados e produção dos sociogramas, utilizamos o programa Ucinet. Por limitação de espaço dessa apresentação da pesquisa, nos limitamos à referência à Unale e à Rede de Escolas.

1 O CONCEITO DE REDE

Concomitante aos extraordinários avanços das tecnologias de informação e comunicação – TICs -, que ampliam as possibilidades de interação entre pessoas, instituições, ideias e outros, o conceito de rede se alastra por diferentes searas da vida cotidiana, da política e das ciências. A palavra “rede” tem se tornado um termo da moda, um saco de metáforas (MUSSO, 2010, p. 17), porque vem sendo empregada em diversos contextos com variados sentidos. É um recurso linguístico para retratar sistemas de interdependências entre pessoas, instituições, elementos da natureza etc.

No senso comum, a ideia de redes sociais remete o sujeito às plataformas virtuais de interação, como o Facebook e o Whatsapp, ainda que o conceito abarque qualquer conjunto de interações que vinculam pessoas ou instituições, como família, relações de trabalho, amizade, tráfico de influência etc. O conceito transita entre as ciências naturais

e as sociais, sugerindo certa similaridade entre os dois campos científicos. Segundo Capra (2008, p.20), onde quer que haja vida, temos rede.

As redes são compostas por dois elementos: nódulos e conexões. No desenho de uma rede, normalmente os nódulos são constituídos por uma classe de objetos (pessoas, cidades, computadores) de forma a reduzir o grau de complexidade, permitindo extrair determinadas ilações de um conjunto de relações. Todavia, isolar determinada rede é um artifício intelectual que não deixa de distorcer a realidade, uma vez que as conexões entre as pessoas não existem de forma isolada de outros elementos e fenômenos, como a conexão entre computadores, empresas, cidades. O mesmo problema ocorre com as conexões, que podem ser compostas de diferentes elementos e os cientistas isolam alguns para o exame da realidade. Se o que está em exame é a rede de esgoto ou de água, o fluxo entre as unidades dessa rede é apenas um.

Não obstante, quando as unidades são pessoas e suas instituições, o desenho de uma rede irá variar de acordo com a natureza das conexões, como relação de parentesco, amizade, vínculo político, relações financeiras etc. Quando os nódulos são pessoas, o processo de constituição de uma rede é dinâmico e irregular, porque novos nódulos podem aparecer e se incorporar à rede, enquanto outros podem desaparecer ou perder a sua centralidade.

Redes, como um fenômeno complexo e dinâmico, não são uniformes, podendo variar o grau de centralidade e o número de conexões de cada nódulo. É frequente a referência à proposta de organização de informações em rede de Paul Baran para o Departamento de Segurança dos EUA, visando à proteção dos dados em caso de ataque militar, o que está na gênese da internet. Baran apresentou as redes como centralizadas, descentralizadas e distribuídas, representando-as com as seguintes gravuras.

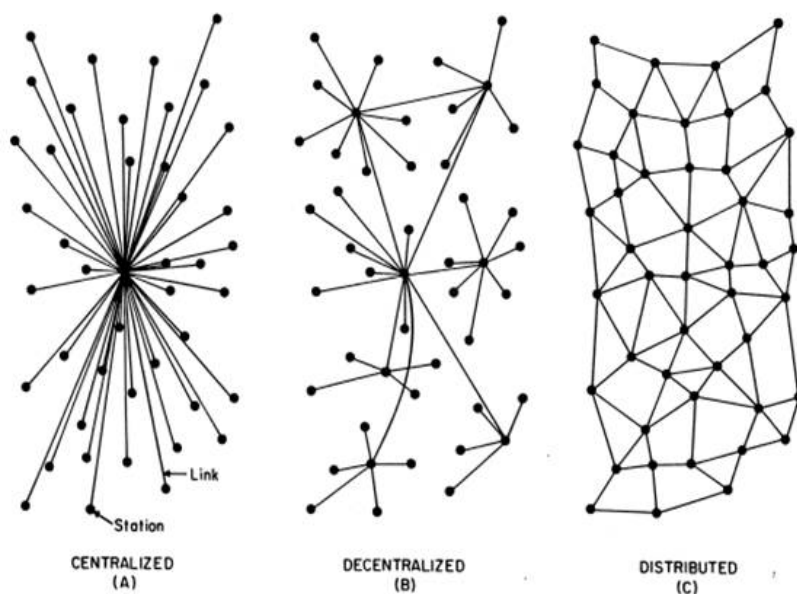


Figura 1 – Redes centralizadas, descentralizadas e distribuídas

Fonte: <http://escoladeredes.net/profiles/blogs/breves-consideracoes-sobre-o>

Além do grau da centralização de uma rede, elas podem ser examinadas a partir de outras referências, como a densidade dos vínculos. Em uma rede, pode haver vínculos mais fortes ou mais fracos. O estudo clássico de Granovetter (1983), intitulado a força dos laços fracos, revela que os mais fortes não são mais importantes que os demais. As redes podem ser classificadas, ainda, entre as primárias, aquelas que resultam do cotidiano das pessoas e suas relações, como familiares, amigos ou colegas de trabalho, ou redes construídas e fomentadas intencionalmente, como as redes de escolas em exame. Pode ser rede de instituições ou rede de pessoas, embora aquela comumente pressupõe esta. O grau de homogeneidade entre os nódulos também é uma variável importante no estudo das redes.

Esses recursos podem ser úteis para examinarmos as redes que refletem a articulação entre autoridades e órgãos similares dos diferentes entes federados. A densidade dessas redes, em certa medida, ajuda a configurar a federação brasileira. Na seção seguinte, faremos referência à articulação entre autoridades do Poder Executivo e dos Tribunais de Contas para, em seguida, examinar as formas de interação entre as casas legislativas, objeto deste trabalho.

2 O FEDERALISMO EM REDE

O federalismo pode ser examinado como uma rede em que os nódulos são os entes federados, interligados por relações de cooperação, cujas linhas básicas estão estabelecidas pela Constituição Federal, mas que apresentam diferentes desdobramentos na dinâmica federativa. É verdade que não raras as vezes a União se impõe sobre os demais entes federados, em virtude da concentração de recursos ou por meio de leis nacionais que desconsideram a realidade das subunidades federativas. Como fenômeno complexo, as medidas impositivas por parte da União diante dos demais entes federados ou dos Estados em face dos municípios ocorrem de forma concomitante com arranjos cooperativos, tanto entre os diferentes níveis de governo quanto entre governos de mesmo nível, materializando o modelo de federalismo cooperativo adotado pela Constituição de 1988.

Com efeito, o texto constitucional de 1988 estabelece as bases do federalismo cooperativo, especialmente por meio de seu art. 23, segundo o qual leis complementares devem estabelecer a forma de colaboração no desenvolvimento entre as políticas públicas, bem como pelo art. 241, que autoriza a realização de convênios e consórcios para a realização de serviços públicos. Todavia, na prática diversas instituições, buscam estabelecer outros meios de cooperação igualmente eficazes, em especial, a criação de uma rede que integra secretários das diversas áreas de atuação do Poder Executivo. Por exemplo, a lista entidades ou instâncias que procuram articular secretários ou outras autoridades estaduais é significativa:

Conselho e fóruns de dirigentes estaduais	Início
Conselho Nacional de Secretários de Saúde – Conass http://www.conass.org.br/	1982
Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Cultura Não tem site.	1983
Conselho Nacional de Secretários de Educação – Consed http://www.consed.org.br/	1983
Conselho Nacional dos Secretários Estaduais para Assuntos de Ciência, tecnologia e Inovação – Consecti http://www.consecti.org.br/	1987
Conselho Nacional de Secretários de Estado de Administração – Consad http://consad.org.br/	1991
Conselho Nacional de Secretários de Estado de Planejamento – Conseplan	2000
Colégio Nacional de Secretários Estaduais de Segurança Pública – Consesp	2003
Fórum Nacional de Secretários de Turismo http://www.fomatur.com.br/	2000
Fórum Nacional dos Secretários de Trabalho – Fonset http://www.fonset.org.br/	1989
Fórum Nacional de Secretários de Agricultura – FNSA	*
Fórum Nacional de Secretários de Habitação http://forumdehabitacao.blogspot.com.br/	*
Fórum Nacional de Secretários de Assistência Social http://www.fonseas.org.br/novosite/	*
Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Administração Penitenciária	*
Conselho Nacional de Secretários de Transporte	*
Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa http://confap.org.br/news/	2006
Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento – Aesbe http://www.aesbe.org.br/	1984

Quadro 1 Conselho e fóruns de dirigentes estaduais

Fonte: Elaborado pelos autores

Há instituições similares que buscam a articulação dos gestores municipais, como a União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação – Undime -, como a instituições que reúnem dirigentes estaduais e municipais, Instituições de Previdência e Assistência dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios - Adinpem³¹. Mencione-se ainda o Fórum Nacional de Conselheiros Estaduais de Educação, que não foi incluído na lista acima, porque os titulares não são gestores. Não se pode confundir os conselhos listados acima com os conselhos de política pública que integram a estrutura da administração pública, como é o caso do Conselho de Administração Fazendária – Confaz -, que tem inclusive previsão constitucional e cumpre igualmente a função de mediação federativa.

A distinção entre conselhos e fóruns nas nomenclaturas do quadro acima decorre, normalmente, do fato de que aqueles se constituem em pessoas jurídicas, enquanto estes não alcançam tal grau de formalidade, formando apenas uma instância de interação entre os partícipes. Não obstante, é possível que determinado grupo adote a nomenclatura de fórum, mas venha a se constituir em pessoa jurídica. A formalização, como aponta Sano (2008), confere melhor trato à memória da instituição e de seus eventos, facilita a articulação com outras redes e instituições, permite a gestão de recursos e a formação de uma estrutura mínima, com sede e profissionais que asseguram um funcionamento regular da entidade. Essa estrutura mínima, contudo, corresponde a um custo financeiro e operacional, com despesas de cartório, banco, contador, imóvel para sede. Ambos os modelos permitem a troca de informações e a disseminação das inovações.

A existência e a qualidade dos sites também revelam o grau de institucionalização e amadurecimento da instituição. Afinal, o site é uma das formas de promover a troca de experiência e a disseminação de informações de interesse dos partícipes de determinada rede de instituições governamentais que respondem por certa política pública. Os sites das entidades revelam a capacidade da instituição produzir e organizar conhecimento sobre as respectivas políticas públicas. Enquanto alguns sites apenas organizam informações básicas acessíveis a qualquer interessado, outros dispõem de grande quantidade de conhecimento técnico e de áreas de acesso restrito aos associados.

Com maior ou menor grau de articulação, essas entidades ou instâncias exercem basicamente duas funções: a troca de experiências e a articulação com as instâncias federais para a mediação de interesses dos Estados. Com efeito, a troca de experiências é uma dimensão importante da federação, porque a autonomia dos entes lhes permite buscar suas próprias soluções para problemas que são comuns. Assim, diferentes formas de solucionar determinados problemas são experimentadas e o sucesso de uma delas pode ser reproduzido ou testado pelas secretarias similares dos demais Estados.

Além disso, a articulação com as instâncias federais é igualmente uma função que essas entidades exercem. Afinal, a União, com frequência, necessita dos Estados para a implementação de suas políticas. Assim, carece da participação dos Estados na fase de elaboração dessas políticas. Os Estados, por sua vez, buscam, nessa participação, defender seus interesses. Essa dinâmica federativa fica evidente nas políticas de saúde,

31 n: <http://www.abipem.org.br/index.php>

educação e de reforma administrativa, que envolveram, respectivamente, os conselhos de secretários estaduais de saúde, de educação e de administração pública.

É possível identificar um movimento similar nos Tribunais de Contas, uma vez que há a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas – Atricon -, Associação Nacional dos Auditores dos Tribunais de Contas – Audicon -, Associação Nacional dos Ministérios Públicos dos Tribunais de Contas e, ainda, o Instituto Ruy Barbosa. Ainda que perpassse em algumas dessas instituições o viés corporativo na defesa o interesse de seus membros, isso não lhes retira a legitimidade e o potencial de aperfeiçoamento e da uniformização das atividades desses órgãos de controle. Afinal, há certa expectativa de que a atividade de controle caminhe para algum nível de uniformidade dos entendimentos adotados por esses órgãos sobre a regularidade da gestão pública. Não faz sentido que o mesmo procedimento de um município seja reconhecido como irregular em um Estado da federação e regular em outro.

A sedimentação dos entendimentos que se dá no processo argumentativo entre os atores envolvidos deve transcender os limites de cada tribunal, para proporcionar um enriquecimento recíproco em direção a um posicionamento com a maior consistência possível e certo grau de homogeneidade. Talvez por isso atores-chaves desses órgãos de controle, a saber, conselheiros, auditores e membros dos Ministérios Públicos dos Tribunais de Contas, já criaram as respectivas instâncias de articulação, ampliando a lista acima apresentada.

Não obstante, pode-se supor que os referidos elos promoviam uma interação por cima, sem a devida repercussão no corpo técnico e na estrutura administrativa dos Tribunais de Contas. Pelo menos, é o que sugeriu o diagnóstico da Fundação Instituto de Administração de 2002, segundo o qual havia “baixa integração técnica entre os tribunais, o que levava ao desenvolvimento paralelo de soluções para problemas comuns, e incorria em perda de tempo, recursos e conhecimento” (SILVIA; MARTINS e CKAGNAZAROFF, 2013, p. 250).

Esse diagnóstico serviu de base para a formulação do Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios Brasileiros – Promoex, que, como o Pnage, contou com o empréstimo do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. O programa tinha duas grandes linhas de ação: a modernização dos Tribunais de Contas dos Estados e Municípios e o fortalecimento e integração dos Tribunais de Contas no Âmbito Nacional. O programa teve início em 2006, com previsão de término em 2009, mas foi prorrogado por mais quatro anos. Como o Pnage, o programa não foi formulado e executado por cima, de forma centralizada, mas contou com a participação dos Tribunais de Contas, aspecto destacado por Abrucio (2007), nos seguintes termos:

(...) o maior avanço do Pnage/Promoex foi construir tais programas por meio de ampla participação e discussão com os Estados e Tribunais de Contas. Esse modelo intergovernamental e interinstitucional é mais participativo e funciona mais em rede do que de forma piramidal (ABRUCIO, 2007, p. 78).

O Promoex permitiu que a rede dos Tribunais de Contas não se restringisse aos referidos atores, na medida em que envolveu de forma mais ampla o corpo técnico, que passou a ter contato com os servidores dos setores similares de outros tribunais, sobretudo, porque foram criados grupos temáticos formados por representantes dos diversos órgãos integrantes dessa rede, a saber: Grupo de Responsabilidade Fiscal; de planejamento organizacional; educação corporativa; comunicação institucional; tecnologia da informação; Gestão de pessoas; auditoria operacional; atos de pessoal; procedimentos contábeis; padronização de relatórios; contas de governo; processo eletrônico e sistematização de informações contábeis.

Evidentemente, desperta-nos especial interesse o grupo de educação corporativa, que receberá atenção adiante, quando serão abordadas as rede de escolas de governo. Segundo relatório do Promoex, “dos US\$64,4 milhões previstos, 78,88% foram utilizados – US\$50,88 milhões, sendo US\$27,5 milhões de fonte BID (71,24% do contratado – US\$38,6 milhões) e US\$23,3 milhões de contrapartida (90,31% do contratado – 25,8 milhões)” (PROMOEX, 2013, s/ p.). De acordo com o mesmo documento, aproximadamente US\$29 milhões foram transferidos aos Tribunais de Contas estaduais.

2 O PARLAMENTO EM REDE

As casas legislativas não apresentam o mesmo grau de interação entre si que o vivenciado pelos poderes executivos, o que é compreensível, porque, por um lado, parte dessa interação entre os órgãos similares dos poderes executivos de diferentes unidades da federação é uma decorrência da implementação de políticas públicas no federalismo cooperativo. A competência comum na oferta de serviços públicos, em alguns casos, induz ou mesmo exige a aproximação entre os órgãos de diferentes governos. Por outro, a dinâmica da representação política no Brasil exige que os parlamentares privilegiem os laços entre o parlamento e suas regiões e os vínculos com os seus eleitores, estando longe de suas prioridades a promoção da interação entre as casas legislativas ou entre parlamentares de diferentes Estados para a troca de experiências acerca do aperfeiçoamento das atividades das casas legislativas.

De qualquer forma, é instigante pensar que, enquanto a implementação das políticas públicas exige cada vez mais a integração dos entes políticos, a fiscalização dessas políticas se mantém estanca. Segundo Leanny, o Poder Legislativo fiscaliza, mas fiscaliza mal; parte dessedeficit pode estar associado ao fato de que a oferta dos serviços públicos, cada vez mais, se faz de forma conjunta por diferentes unidades da federação, mas a atuação parlamentar é isolada. Mesmo no campo da produção legislativa, é possível aprender com a legislação bem-sucedida em outros Estados, apropriar-se dos debates e estudos já realizados em outras casas legislativas, mas o que prevalece com relativa frequência é a mera cópia de projetos de lei.

Apesar desse quadro, merecem atenção as iniciativas de aproximação entre as casas

legislativas, materializadas na constituição de diversas entidades, como a União Nacional de Legislativos e Legisladores Estaduais – Unale -, Associação Brasileira de Escolas do Legislativo – Abel -, Associação Brasileira de TVs e Rádios do Legislativo – Astral. Esta terceira e última parte do texto visa, em caráter exploratório, a registrar algumas informações e compartilhar algumas impressões sobre um conjunto de esforços no sentido de ampliar a interação entre as casas legislativas no Brasil. Se o olhar se volta para a interação entre as casas legislativas, é inevitável fazer menção à União Nacional dos Legislativos e Legisladores Estaduais – Unale.

Assim como as suas congêneres no Poder Executivo, examinadas na segunda parte deste trabalho, um papel fundamental da Unale é promover a circulação de informação e a troca de experiências. Para isso, dispõe de um boletim eletrônico com o qual divulga iniciativas de suas associadas. Quando se refere a projetos de leis, essas notícias integram posteriormente um banco de leis. Além disso, informa sobre as ações da direção da entidade. No site da entidade, além do mencionado bando de leis e de notícias das assembleias legislativas, os internautas encontram a revista quadrimestral da Unale, que tem tiragem impressa em três mil exemplares, além de vídeos produzidos pela entidade e um banco de imagens. O site não se aproxima dos sites do Conass, do Consad e do Consed no volume de informações pertinentes aos interesses dos respectivos associados.

Embora não tenha equipe para monitorar o andamento das matérias de interesse dos Estados no Congresso Nacional, bem como nos Tribunais Superiores e no Executivo Federal, a Unale se faz presente em grandes debates de interesse estadual por meio de diferentes estratégias, em especial, promovendo a sua discussão em suas conferências anuais. Nesse sentido, procurou promover e influenciar o debate sobre a dívida dos Estados e a tramitação de proposições legislativas que versam sobre o tema, em especial o Projeto de Lei Complementar nº 99, de 2013, tema central para a recuperação da viabilidade econômica dessas unidades da federação. Merece destaque, ainda, a cooperação promovida pela Unale, por meio de uma comissão especial da entidade criada para esse fim, para os bons trabalhos das comissões parlamentares de inquérito sobre a qualidade dos serviços de telefonia existentes em 20 Estados da federação.

Certamente que parte significativa dos esforços e dos recursos da Unale são canalizados à realização anual da Conferência Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais. Na ocasião, além do encontro da Unale, acontecem simultaneamente os encontros de diversas entidades que articulam setores específicos das casas legislativas.

Por exemplo, a XIX Conferência da Unale, realizada em junho de 2015 em Vitória, foi precedida de encontro das seguintes entidades: Associação Brasileira de Cerimonialistas dos Legislativos Estaduais – ABCLE; Associação Brasileira de Escolas do Legislativo e de Contas – Abel; Associação Nacional dos Servidores Públicos em Recursos Humanos do Legislativo – ANSREHL; Associação Brasileira de Televisões e Rádios Legislativas – Astral; Federação Nacional dos Servidores dos Poderes Legislativos, Federal, Estaduais e do Distrito Federal – Fenale; Fórum dos Diretores Gerais de Casas Legislativas Estaduais – FORDG; União Nacional de Taquígrafos Parlamentares e Judiciária – Unataq; Associação Nacional de Procuradores e Advogados do Legislativo – Anpal; União Nacional de Polícias

Legislativas – Unipol; Associação Nacional dos Gestores de Documentos dos Legislativos Estaduais, Municipais e do Distrito Federal.

A realização da conferência e dos eventos paralelos merece, para os propósitos dessa investigação, especial atenção, porque é o momento de intensa interação não apenas entre agentes políticos, mas notadamente entre servidores das distintas casas legislativas. Registre-se, inicialmente, que as despesas do evento são rateadas entre a Unale e a assembleia ou o governo que sedia o evento, com o apoio dos patrocinadores. O evento oferece até mesmo a alimentação dos participantes, ficando a cargo de suas respectivas assembleias as passagens e hospedagem.

Além disso, cabe ainda ressaltar que, como as entidades que promovem os eventos paralelos não são, em sua maioria, restritas aos legislativos estaduais, há a presença de parlamentares e servidores de câmaras municipais, como também de outros poderes. Evidentemente, nem todos que participam dos eventos paralelos acompanham a conferência da Unale, que acontece na sequência daqueles, mas muitos participantes, mesmo não sendo do legislativo estadual, acompanham as palestras que compõem a conferência, talvez, nem tanto pelas palestras, mas pelas possibilidades de troca de experiências, contatos, enfim, pelo networking que tal evento possibilita.

Cabe, ainda, ressaltar que mencionados eventos que acontecem na mesma ocasião que a Conferência da Unale promovem importante troca de experiências entre os profissionais das casas legislativas, mas também são instâncias de articulação corporativa, seguindo o padrão de defesa dos interesses das respectivas categorias. Da mesma forma que as entidades mencionadas na segunda parte deste trabalho trocam experiências, mas igualmente defendem os interesses dos Estados perante instâncias federais, algumas das entidades que se reúne nos encontros simultâneos à conferência articulam a defesa dos interesses das respectivas categorias.

Embora tenha em seu estatuto que se trata de uma associação de assembleias legislativas, o que se verifica é que o foco da entidade são os parlamentares, abrindo margem para que os setores administrativos dessas instituições busquem ou criem outros mecanismos para a troca de experiências ou para a defesa de seus interesses institucionais ou corporativos, conforme se verifica pelo rol de entidades acima mencionadas. Pela limitação desse artigo, faremos referência a duas instâncias de articulação de órgãos das instituições legislativas, a Associação de Escolas do Legislativo – Abel – e de rádios e TVs – Astral.

A Escola de Pernambuco teve a iniciativa de organizar em 2001 o 1º Encontro das Escolas do Legislativo do Brasil, com a participação, além da anfitriã, de representantes de Minas Gerais, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e do Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará, criado em 1988 e desenvolvendo atividades pedagógicas desde 1999.

Em maio de 2003, quando representantes de vinte assembleias legislativas reuniram-se em Brasília para fundar uma associação, havia onze escolas criadas e sete efetivamente instaladas. A elas se juntaram, ainda que funcionassem de maneira um tanto diferente, órgãos de ensino do Legis-

lativo Federal – ILB e a Universidade do Legislativo (Unilegis), do Senado Federal; o Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor, da Câmara dos Deputados, e o Instituto Serzedello Corrêa (ISC), do Tribunal de Contas da União (COSSON, 2008, p. 20).

Nascia a Associação Brasileira de Escolas do Legislativo - Abel, para cujo parto o então diretor do Instituto Legislativo do Brasil – ILB - Florian Madruga, teve um papel destacado, mesmo porque já trazia certa experiência de práticas colaborativas similares entre as gráficas de órgãos públicos. Florian segue como presidente da entidade até hoje. Nos anos seguintes à formação da Abel, deu-se continuidade ao processo de criação de escolas nas assembleias legislativas, ao mesmo tempo em que se iniciava um movimento de criação de escolas em câmaras municipais, primeiro nas capitais e cidades polos e, posteriormente, se estendendo a cidades menores. Pode-se dizer que, atualmente, muitas câmaras municipais estão criando escolas do legislativo, em um fenômeno de contágio, em parte, devido à visibilidade que projetos intitulados parlamento jovem vêm ganhando entre os legislativos municipais.

A Associação Brasileira de Escolas do Legislativo – Abel - foi criada em 2003 durante a Conferência Nacional dos Legisladores e dos Legislativos Estaduais. Em sua criação, destaca-se o papel do então diretor do Instituto Legislativo Brasileiro – ILB - (órgão do Senado), que preside a associação até hoje. Florian já trazia a experiência de seu envolvimento na entidade associativa das gráficas das entidades federativas, do período em que foi diretor da gráfica do Senado.

No ano seguinte de sua criação, por sugestão do então diretor da Escola do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul, e sob o argumento da proximidade entre as casas legislativas e as cortes de contas, a Abel estendeu o campo de seus associados para admitir a participação das escolas dos Tribunais de Contas. É um número pequeno de Escolas de Contas que permanecem associadas à entidade e participam de seus eventos, mas tal participação sempre enriquece os encontros da Abel. Registre-se que as escolas dos Tribunais de Contas, notadamente depois do Programa de Modernização dos Tribunais de Contas – Promoex -, como se verá adiante, mantém uma interação densa, constituindo uma rede própria.

A rede de escolas do legislativo vem se ampliando de forma significativa. A principal atividade da entidade é a realização de dois encontros anuais, um deles de forma concomitante à Conferência Anual da União dos Legislativos Estaduais. Além disso, mantém uma assessoria de comunicação que, além de cobrir os eventos, mantém atualizada as páginas da entidade na internet e no Facebook. As escolas do legislativo do sudeste também mantém um grupo no Facebook, no qual divulgam suas iniciativas e trocam informações.

Para compreender melhor a organização das redes de Escolas do Legislativo e dos Tribunais de Contas, realizamos um survey(levantamento). Utilizando-se o serviço do site SurveyMonkey, foi encaminhado, por correio eletrônico, questionário a todas as escolas do legislativo e de contas estaduais e federais, além das municipais associadas à Abel.

Além disso, o documento foi encaminhado aos participantes do XX Encontro da Abel realizado em Porto Alegre em novembro de 2014, bem como às escolas municipais indicadas pelas Escolas do Legislativo de Assembleias legislativas.

O questionário trazia um rol de instituições em que o respondente poderia assinalar indicando com quem estabeleceu, entre 2013 e 2014, algum tipo de relação adiante descritas, podendo incluir outras instituições municipais, porque não é possível constar da lista todas as escolas de câmaras municipais. Incluindo as instituições locais mencionadas por qualquer dos 49 questionários respondidos, obteve um total de 162 escolas do governo. Excluídos os nódulos com os quais não se reconheceu nenhum vínculo, restou uma rede com 132 nódulos.

O questionário buscou identificar a interação entre as escolas dos Legislativos e dos Tribunais de Conta a partir de sete questões, que se referem a: a) a realização conjunta em eventos formativos; b) realização conjunta de cursos e de eventos de educação para a cidadania; c) compartilhamento de material didático; d) disponibilização de profissional para atividade formativa de outra instituição; e) participação em evento formativo de outra instituição e f) a busca por informações.

Algumas dessas redes, como a busca de informação, são direcionadas, enquanto outras, como a realização conjunta de eventos, são não direcionadas. Não há espaço neste artigo para a apresentação dos resultados parciais de cada um desses quesitos, de forma que apresentamos o sociograma que reúne todas essas formas de interação, na qual destacam as Escolas do Tribunal de Contas, da Assembleia Legislativa de Minas Gerais e o programa Interlegis, do Senado Federal.

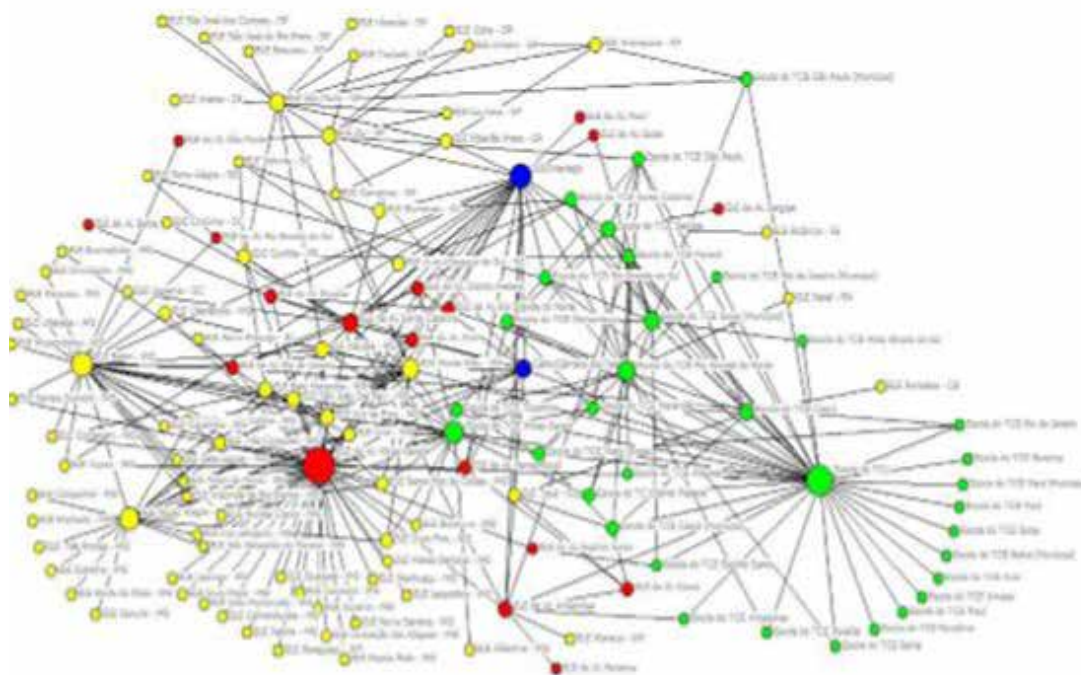


Figura 2 – Rede total com base no Degree

Fonte: Elaboração dos autores

CONCLUSÃO

Embora a interação entre os órgãos dos poderes legislativos estaduais apresente maior densidade, há interação entre as assembleias legislativas revela que também o Poder Legislativo já superou a fase do federalismo autárquico, em que a autonomia do ente se traduzia em seu isolamento. A interação entre as casas legislativas se consolida de forma descentralizada, pois, ainda que a União Nacional dos Legislativos e Legisladores apresente certa centralidade, ela não impede a formação de outras instâncias, entre as quais merecem destaque a interação entre as Escolas do Legislativo, capitaneada pela Associação Brasileira de Escolas do Legislativo, e pelas TVs do Legislativo.

REFERÊNCIAS

- ABRUCIO, Fernando Luiz. Trajetória recente da gestão pública brasileira. *Revista de Administração pública*. Edição Especial Comemorativa. 67-86, 2007.
- CAPRA, Fritjof. Vivendo redes. DUARTE, F.; SQUANT, C.; SOUZA, Q. (org.). *O tempo das redes*. São Paulo: Perspectiva, 2008. p. 17-30.
- CASTELL, Manoel. *A sociedade em rede*. Vol. I. São Paulo, Ed. Paz e Terra, 1999.
- COSSON, Rildo. *Escolas do legislativo, escolas de democracia*. Câmara dos Deputados, Brasília, 2008.
- DIAS, Leila Christina. Os sentidos da rede: notas para discussão. In DIAS, L. C.; SILVEIRA, R. L. (org.). *Redes, sociedades e territórios*. Santa Cruz do Sul: Ed. Edunisc, 2007, pg 11-28.
- FLEURY, Sônia. *Redes de políticas públicas: novos desafios para a gestão pública*. *Revista Administração em Diálogo*, São Paulo, nº 7, 2005, pp. 77-89. Disponível em <http://migre.me/fBkk1>, acessado em 11/2/2013.
- GRANOVETTER, Mark. The strength as weak ties: a network theory revisited. *Sociological Theory*, v. 1 (1983), p. 201-233.
- SANO, Hironobu. *Articulação horizontal no federalismo brasileiro: os Conselhos de secretários Estaduais*. 308 f. Tese (Doutorado) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo: São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/2502/hironobu.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 22 abr. 2015.
- SILVIA, Flávia de A.; MARTINS, Túlio César P. M.; CKAGNAZAROFF, Ivan. *Redes organizacionais no contexto da governança pública: a experiência dos Tribunais de Contas do Brasil com o grupo de planejamento organizacional*. *Revista de Serviço Público*. Brasília: 64 (2); p. 249-271, abr/jun 2013.

AVALIAÇÃO DA RADIOATIVIDADE NATURAL EM MATERIAIS UTILIZADOS NA CONSTRUÇÃO CIVIL

Gustavo de Abreu Santos¹

Bianca Pereira Luiz²

Eliana Aparecida Nonato Knupp³

RESUMO

O objetivo principal do estudo é a caracterização de diferentes materiais de construção originários da região metropolitana de Belo Horizonte quanto à radioatividade natural associada à presença de isótopos de ^{238}U , de ^{232}Th e ^{40}K . Dentro desse propósito foram avaliadas amostras de tijolo, britas de diferentes granulometrias de rochas do tipo serpentinito e gnaiss, ambas de origem metamórfica, e Granitos ornamentais, através da análise por espectrometria gama.

Para avaliar o excesso de radiação gama proveniente de materiais de construção, vários indicadores de risco são sugeridos por um grande número de pesquisadores. Tais índices incluem a dose absorvida de radiação gama em ambientes internos, a correspondente dose efetiva anual, a taxa de atividade de rádio equivalente, índices de risco internos e externos e os índices alfa e gama.

As maiores concentrações de ^{226}Ra , ^{232}Th e ^{40}K foram encontradas em britas provenientes de rochas gnaiss e nas diferentes amostras de granito. A dose efetiva anual foi menor que o valor recomendado, 1mSvy^{-1} em todas as amostras. As concentrações de $^{226}\text{Ra} < 200\text{Bq.kg}^{-1}$ indicam concentrações internas de radônio que não excedem o nível de atividade recomendado de 200Bq.m^{-3} . Os índices de perigo interno e externo para todos os tipos de amostras analisados foram menores que 1, o que garante uma aplicação segura dos materiais na construção. Para um estudo mais abrangente, outros tipos de brita, tijolos e granitos com diferentes características geológicas devem ser avaliados.

Palavras-chave: Materiais de construção. Radioatividade natural. Séries de ^{238}U e ^{232}Th . ^{40}K , dose efetiva anual.

ABSTRACT

The main objective of this study is the characterization of the different building materials from the metropolitan region of Belo Horizonte as to natural radioactivity associated to the presence of isotopes of ^{238}U , ^{232}Th and ^{40}K . Within that purpose were evaluated samples of brick, gravel of different particle sizes from rocks of the type Serpentine and Gneiss, the two from metamorphic origin, and ornamental Granites, through Gamma Spectrometry analysis.

To evaluate the excess of Gamma radiation from the building materials, several risk indexes were suggested by a great number of researchers. Those indexes include the absorbed dose of Gamma radiation in internal environment, the annual corresponding effective dose, the radium equivalent activity, internal and outdoor hazard ratios and Alpha and Gamma indexes.

The highest concentrations of ^{226}Ra , ^{232}Th , and ^{40}K were found in gravel from gneiss rock and granite in the different samples. The annual effective dose was less than the recommended amount, $1\text{mSv}\cdot\text{y}^{-1}$ in all samples. The ^{226}Ra concentrations $< 200\text{ Bq}\cdot\text{kg}^{-1}$ indicate internal concentrations of radon that do not exceed the recommended activity level $200\text{Bq}\cdot\text{m}^{-3}$. The inner and outer hazard ratios for all types of samples analyzed were less than 1, which ensures a secure application of materials in construction. For a more comprehensive study, other types of gravel, brick and granite with different geological characteristics should be evaluated.

Keywords: Building materials. Natural radioactivity. ^{238}U , ^{232}Th and ^{40}K decay series, effective annual dose.

1 INTRODUÇÃO

A sigla NORM (NaturallyOccurringRadioactive Material) é utilizada para designar os materiais que tenham ocorrência de radioatividade natural. A distribuição de radionuclídeos na geosfera depende da distribuição da geológica a partir do qual eles são derivados e dos processos que irão concentrá-los em um ponto. Para compreensão dessa distribuição é fundamental conhecer a distribuição das matérias-primas e os processos físicos e geoquímicos que conduzem ao aumento das concentrações de radionuclídeos em condições específicas (IAEA, 2003).

A radiação pode ser classificada quanto a sua origem em natural ou artificial (sintetizada pelo homem) e está presente em quase tudo ao nosso redor, como no bombardeamento de raios cósmicos que recebemos todos os dias, nos alimentos consumidos, exames médicos e nos materiais construtivos, que são usados em construções de escolas, hospitais e de nossa casa (OLIVEIRA et al, 2012).

Radionuclídeos são encontrados nas mais diversas concentrações e suas formas isotópicas ao longo do meio ambiente, e nós, humanos bem como todos os seres vivos, estamos sob constante exposição a essas fontes naturais de radiação ionizante. (ASADUZZAMAN et al, 2015.)

Todos os materiais de construção possuem quantidades variadas de nuclídeos radioativos naturais. Uma vez que esses advêm de elementos constituintes da crosta terrestre em que são encontrados principalmente radionuclídeos naturais do urânio, especialmente U-238, da série do Tório Th-232, e do Potássio K-40. O decaimento natural desses elementos emite partículas alfa e gama, sendo permitida a detecção desses elementos fundamentalmente pela análise das emissões desses elementos. (GAVIOLI et al, 2009.)

As séries de decaimento natural desses radionuclídeos (^{238}U , ^{232}Th) e ^{40}K constituem as fontes mais significativas de radiação ionizante ao longo de todo planeta Terra. De modo que são responsáveis por aproximadamente 83% de toda dose efetiva a qual está submetida à população mundial. (DinhChau N, et al, 2011 & UNSCEAR, "Sources, Effects and Risks of Ionizing Radiation", 1988.)

As doses de exposição a que estão submetidas a população comum, estão diretamente associadas à concentração desses radioisótopos. De modo que a contínua exposição dos órgãos humanos a radiação oriunda do decaimento natural, ainda que em doses diminutas, pode resultar em danos celulares, bem como alterações bioquímicas. (KHAN-DAKER et al, 2012.)

Assim sendo, materiais empregados em construções cujas concentrações de radioisótopos sejam consideráveis, detêm o potencial de aumentar as doses de exposição à radiação tanto nos ambientes internos quanto externos. Representando um risco em potencial à população e principalmente aos seus ocupantes ao longo prazo. (GUPTA et al, 2012; EREES et al, 2006; ASADUZZAMAN et al, 2014.)

Há algum tempo os radionuclídeos de origem natural são motivo de preocupação em todo o mundo. No entanto, em relação a materiais construtivos, a atenção dada ainda é recente e tem sido alvo de grande preocupação associada à vida diária do homem. A Agência Internacional de Energia Atômica (IAEA) tem executado inúmeras ações para que haja regulamentação de materiais NORM (DOS SANTOS, 2005).

2 OBJETIVOS

Determinar as concentrações de ^{238}U e ^{232}Th e ^{40}K em amostras de materiais de construção como: areia, britas de diferentes granulometrias, tijolo e granitos coletados em regiões com diferentes características geológicas.

Avaliar os índices de perigo de radiação como a taxa de dose anual para esses radionuclídeos nos diferentes materiais.

3 MATERIAIS E MÉTODOS

3.1 SELEÇÃO E AMOSTRAGEM DOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

Foram coletados materiais na RMBH e de indústrias com boa representatividade no mercado. Todas as amostras obtidas até a presente data foram doadas pelos fabricantes, sendo a retirada feita no local da fabricação. As cidades as quais as fábricas estão situadas são Contagem, Nova Lima, Pedro Leopoldo, Ribeirão das Neves e Sabará, todas localizadas na RMBH. A Tabela 1 apresenta os tipos de amostras, bem como os locais de coleta.

TABELA 1
Relação amostras coletadas e cidades

Amostras	Cidade
Pó de pedra	Nova Lima
Brita 00	
Brita 0	
Pedrisco	Sabará
Brita 0	
Brita 1	
Calçadão	Contagem
Calçamento	
Brita 0	
Brita 1	
Areia industrial	
Cimento	Pedro Leopoldo
Calcário	
Argila	
Tijolo cru	Ribeirão das Neves
Tijolo pronto	
Argila	
Fercoque	

Fonte: elaborada pelos autores

3.2 PRÉ-TRATAMENTO DAS AMOSTRAS E MEDIDAS DE RADIOATIVIDADE

As amostras foram britadas, moídas e peneiradas para se obter uma granulação inferior a 0,105mm (150 mesh) de diâmetro. Na primeira etapa desse processo foi utilizado um britador de mandíbulas. Amostras muito grandes como pedras de calçamento passam pelo britador $\frac{3}{4}$ e posteriormente o britador de $\frac{1}{4}$. Na sequência foi utilizado o moinho de discos. Foram utilizados também o pulverizador e a peneira de 0,150mm (100 mesh). Ao final foi realizado o quarteamento da amostra para garantir a homogeneidade da porção que será analisada (SANTOS; MARQUES, 2001).

Após a secagem à temperatura ambiente, cerca de 800g a 1.000g de cada amostra foram selados em frascos Marinelli e armazenados por cerca de 4 a 5 semanas (mais de sete vezes a meia vida do ^{222}Rn e do ^{224}Ra) para então procederem a contagem no detector gama. Tal tempo de armazenamento se faz necessário, a fim de que se garanta o equilíbrio entre o ^{226}Ra e seus filhos. (ASADUZZAMAN et al, 2015; ASADUZZAMAN et al, 2014). As medidas foram realizadas em um detector de germânio hiperpuro Canberra de eficiência de 15%, geometria coaxial. O aplicativo de aquisição de dados utilizado foi Genie 2000 – GammaAcquisition&Analysis da Canberra.

As amostras com a mesma natureza foram analisadas em diferentes granulometrias: como, brita 1, brita 0, brita 00, pedrisco e pó de brita. Isso porque em quantidades de tamanho reduzido, acredita-se que os teores de radionuclídeos se encontram mais concentrados.

3.3 ESTIMATIVA DE INDICADORES DE RISCO RADIOATIVO

Para avaliar o excesso de radiação gama proveniente de materiais de construção, vários indicadores de risco foram sugeridos por um grande número de investigadores. Tais medidas incluem a dose absorvida de radiação gama em ambientes internos e a correspondente dose efetiva anual, a taxa de atividade de rádio equivalente, índices de risco internos e externos, o índice alfa (índice interno) e a concentração de atividade gama (índice gama) (ASADUZZAMAN et al, 2015). Neste trabalho, utilizados esses índices, avaliar o potencial risco radioativo proveniente do uso dos materiais de construção estudados.

3.4 AVALIAÇÃO DA ATIVIDADE DE RÁDIO EQUIVALENTE (RAEQ)

Em realidade, as concentrações relativas de ^{226}Ra , ^{232}Th e ^{40}K não são uniformes na natureza. Analogamente, as distribuições de radionuclídeos de ^{226}Ra , ^{232}Th e ^{40}K também não foram encontradas de maneira uniforme nos materiais estudados. Uma distribui-

ção não uniforme da radioatividade em materiais contendo Ra, Th e K pode ser modelada através do uso do índice geral de Raeq (atividade de rádio equivalente) que representa tanto a atividade total quanto o risco radiológico causado pelos materiais construtivos (ASADUZZAMAN et al, 2015, GUPTA, 2012 e RAHMAN, 2013). No presente estudo, Raeq foi computado pelo uso da Eq (4), que também foi aplicada por outros pesquisadores (ASADUZZAMAN et al, 2015, GUPTA, 2012 e RAHMAN, 2013):

$$\text{Raeq} = 370 \left(\frac{\text{ARa}}{370} + \frac{\text{ATh}}{259} + \frac{\text{AK}}{4810} \right) \quad (1)$$

$$\text{Raeq} = \text{ARa} + 1.43\text{ATh} + 0.077\text{AK}$$

onde ARa, ATh e Ak (in Bq Kg-1) correspondem a atividade das concentrações de ^{226}Ra , ^{232}Th e ^{40}K , respectivamente. Eq (1) é baseada na estimativa de que 370 Bq kg-1 de ^{226}Ra , 259 Bq kg-1 de ^{232}Th e 4810 Bq Kg-1 de ^{40}K produz quantidades idênticas taxas de doses de raios gama (ASADUZZAMAN et al, 2015).

3.5 TAXAS DE DOSE ABSORVIDA E DOSE EFETIVA ANUAL

A taxa de dose externa absorvida D (nGy h-1) foi calculada usando a Eq (2), apresentada pelos seguintes pesquisadores (RAHMAN et al, 2013; KHANDAKER et al, 2012; ALHARBI et al, 2011 e AHMED et al, 2005):

$$D_{\text{ext}} = 0.427 \times A_{\text{Ra}} + 0.662 \times A_{\text{Th}} + 0.0432 \times A_{\text{K}} \quad (2)$$

onde A_{Ra} , A_{Th} e A_{K} são a atividade correspondente às concentrações de ^{226}Ra , ^{232}Th e ^{40}K , respectivamente, em Bq Kg-1. A exposição interna aos raios gama é naturalmente superior à exposição externa, devido predominantemente aos materiais de origem terrestre usados na construção civil. Quando o tempo de permanência no ambiente é considerado, a exposição interna passa a ter maior valor significativo. Como os materiais investigados (brita, cerâmica e granito) são extensamente empregados nas construções residenciais, torna-se importante a investigação dos seus efeitos e influências quanto à exposição interna. Considerando que a contribuição da dose interna é cerca de 1,4 vezes maior do que a contribuição da dose externa, a dose gama Din (nGy h-1) associada aos radionuclídeos avaliados nos materiais de construção em ambiente interno foi calculada pelo uso da Eq (3) (UNSCEAR, 2000; ARABI et al, 2008):

$$D_{\text{in}} = 1.4 \times D_{\text{ext}} \quad (3)$$

A dose correspondente a dose anual efetiva, Ein (mSv y-1), foi avaliada se fazendo uso da constante 0.7 SvGy-1 (UNSCEAR, 2000) como fator de conversão da dose absorvida no ar para a dose efetiva recebida por um homem adulto e uma segunda constante

de 0,8, para o valor de ocupação interna, dado que mundialmente as pessoas passam cerca de 80% de seu tempo em ambientes internos. Assim, a dose anual efetiva (mSv y⁻¹) recebida por um ocupante devido a atividade dos radionuclídeos presentes nos materiais construtivos foi estimada por meio da Eq (4) (ASADUZZAMAN et al, 2015, RAHMAN et al, 2013; KHANDAKER et al, 2012):

$$E_{in} = D_{in} (\text{nGyh}^{-1}) \times 8760\text{h} \times 0.7\text{Svy}^{-1} \times 0.8 \times 10^{-6} \quad (4)$$

3.6 ÍNDICE DE CONCENTRAÇÃO DE ATIVIDADE GAMA OU ÍNDICE GAMA (I_γ)

Para limitar o excesso de radiação gama originário dos materiais de construção, o índice gama (índice externo), foi definido para uso como filtro para se categorizar os materiais empregados na construção civil. Para um material típico, o índice gama pode ser estimado por meio do uso da Eq (5), como recomendado pela Comissão Europeia (EUROPEAN COMMISSION, 1999):

$$I_{\gamma} = A_{\text{Ra}} / 300 \text{ BqKg}^{-1} + A_{\text{Th}} / 200 \text{ BqKg}^{-1} + A_{\text{K}} / 3000 \text{ BqKg}^{-1} \quad (5)$$

Onde, A_{Ra}, A_{Th} e A_K são mensurados por meio das atividades das concentrações, em Bq Kg⁻¹, de ²²⁶Ra, ²³²Th e ⁴⁰K, respectivamente; é assumido, ainda, que as atividades correspondentes as concentrações de 300 Bq Kg⁻¹ para ²²⁶Ra, 200 Bq Kg⁻¹ para ²³²Th e 3000 Bq Kg⁻¹ para ⁴⁰K produzem a mesma quantidade de dose gama. Para materiais estruturais, é adotado como critério de exceção uma dose (dose anual efetiva) de 0,3 mSv y⁻¹ correspondente a um índice gama de I_γ ≤ 0,5, enquanto doses acima de 1 mSv y⁻¹ são satisfeitas com I_γ ≤ 1 (SOLAK et al, 2014; EUROPEAN COMMISSION, 1999).

3.7 ÍNDICE ALFA (ÍNDICE INTERNO, I_α)

Excesso de radiação alfa causado pela inalação de gás radônio liberado pelos materiais construtivos pode ser estimado por meio do índice alfa (I_α), que foi utilizado por vários pesquisadores (KHANDAKER et al, 2012; GUPTA et al, 2012; DOLAK et al, 2014 e RIGHI et al, 2006):

$$I_{\alpha} = A_{\text{Ra}} / 200 \text{ BqKg}^{-1} \quad (6)$$

No qual, A_{Ra} é a atividade correspondente a concentração do emissor alfa ²²⁶Ra (Bq Kg⁻¹). A liberação de radônio por um dado material de construção pode levar a um

aumento e posterior extrapolação dos limites recomendados de atividade de 200 Bq m⁻³ caso a atividade da concentração de ²²⁶Ra no material exceda o valor de 200 Bq Kg⁻¹ (KHANDAKER et al, 2012; GUPTA et al, 2012; DOLAK et al, 2014 e RIGHI et al, 2006). Desse modo, o limite de segurança será definido por um índice alfa de menor valor ou igual unidade.

3.8 INDICES DE RISCO EXTERNA (HEX) E INTERNA (HIN)

O intuito da aplicação desses dois índices de risco a saúde, que são úteis na caracterização do material, é o de determinar um valor limite para uma dose equivalente aceitável, conforme recomendado em um artigo produzido pelo ICRP (1990) (GHOSE, 2012; KOBEISSI, 2013). Para limitar a dose de radiação proveniente de um material de construção a 1,5 mSv y⁻¹, o valor do Hex deve ser menor em unidade. No presente estudo, Hex foi calculado usando a Eq (7), conforme formulada por Beretka e Mathew (1985):

$$\text{Hex} = \text{ARa} / 370 + \text{ATh} / 259 + \text{AK} / 4810 \quad (7)$$

Em que ARa, ATh e AK representam a concentração das atividades medidas em Bq Kg⁻¹ para ²²⁶Ra, ²³²Th e ⁴⁰K, respectivamente.

O radônio inalado e seus progenitores de curta duração também representam um risco aos órgãos respiratórios. A exposição interna ao radônio e seus progenitores pode ser quantificada por meio do uso do índice Hin, que por sua vez é estimado pelo uso da Eq (8) (KHANDAKER et al, GOSE et al, 2012; KOBEISSI, 2013):

$$\text{Hin} = \text{ARa} / 185 + \text{ATh} / 259 + \text{AK} / 4810 \quad (8)$$

Para que a utilização do material seja considerada segura, Hin deve ser menor do que 1 (KHANDAKER et al; GOSE et al, 2012; KOBEISSI, 2013).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A Tabela 2 apresenta os resultados obtidos para atividades específicas de radionuclídeos das séries do ²³⁸U, ²³²Th e ⁴⁰K para os diferentes materiais de construção avaliados.

TABELA 2
Atividades específicas de radionuclídeos das séries do ^{238}U , ^{232}Th e ^{40}K
para os diferentes materiais de construção avaliados

Amostras	Atividades específicas (Bq/Kg)			
	^{238}U	^{232}Th		^{40}K
	^{226}Ra	^{228}Ac	^{212}Pb	
Pó de pedra Serpentinito <i>Nova Lima</i>	$0,22 \pm 0,03$	$0,04 \pm 0,05$	$0,21 \pm 0,02$	$0,6 \pm 0,1$
Brita00 Serpentinito <i>Nova Lima</i>	$0,04 \pm 0,03$	$0,09 \pm 0,05$	$0,16 \pm 0,02$	$1,3 \pm 0,2$
Brita0 Serpentinito <i>Nova Lima</i>	$0,39 \pm 0,04$	$1,40 \pm 0,08$	$1,00 \pm 0,03$	$2,10 \pm 0,23$
Pedrisco Gnaiss <i>Sabará</i>	$178,6 \pm 0,5$	$31,3 \pm 0,4$	$49,7 \pm 0,2$	518 ± 3
Brita 0 Gnaiss – <i>Sabará</i>	$130,8 \pm 0,4$	$61,1 \pm 0,6$	$85,9 \pm 0,3$	1138 ± 4
Brita 01 Gnaiss – <i>Sabará</i>	$2,74 \pm 0,09$	<LD	<LD	$29,6 \pm 0,7$
Areia Gnaiss – <i>Contagem</i>	<LD	$32,0 \pm 0,3$	$42,0 \pm 0,3$	680 ± 7
Brita 0 Gnaiss – <i>Contagem</i>	$5,52 \pm 0,11$	$34,2 \pm 0,3$	$13,18 \pm 0,09$	238 ± 2
Brita1 Gnaiss – <i>Contagem</i>	<LD	$39,0 \pm 0,4$	$42,8 \pm 0,2$	594 ± 3
Pedra de calçamento Gnaiss – <i>Contagem</i>	$22,2 \pm 0,20$	$29,3 \pm 0,4$	$38,0 \pm 0,2$	692 ± 3
Tijolo molhado – <i>Ribeirão das Neves</i>	$25,1 \pm 0,3$	$55,5 \pm 0,5$	$68,6 \pm 0,2$	396 ± 3
Tijolo seco – <i>Ribeirão das Neves</i>	$20,4 \pm 0,3$	$55,2 \pm 0,5$	$68,7 \pm 0,3$	372 ± 3
Granito Branco	$7,16 \pm 0,2$	$77,6 \pm 0,5$	$88,3 \pm 0,2$	1295 ± 4
Granito Amarelo Vitória	$18,3 \pm 0,2$	$25,9 \pm 0,4$	$31,4 \pm 0,2$	1062 ± 4
Granito Preto São Gabriel	$7,5 \pm 0,1$	$21,9 \pm 0,3$	$25,9 \pm 0,1$	355 ± 2
Granito Samoa Andorinha	$66,9 \pm 0,3$	$24,7 \pm 0,4$	$45,4 \pm 0,2$	460 ± 3
Granito Verde Ubatuba	$7,9 \pm 0,2$	$21,0 \pm 0,4$	$25,7 \pm 0,1$	1196 ± 4

Fonte: elaborada pelos autores

Observamos maiores concentrações de radionuclídeos em materiais de construção provenientes de rochas gnaisse comparadas com as concentrações de materiais de construção provenientes de serpentinito. A rocha serpentinito é uma rocha metamórfica, ultra básica, composta essencialmente por óxido de magnésio, MgO e óxido de sílica, SiO₂. Tem aplicação na siderurgia, na agricultura como corretor de solo, na construção civil como agregado e também na ornamentação. A baixa concentração dos radionuclídeos nas amostras de materiais de construção (pó de preto e brita) de rochas serpentinito é justificada pela pequena interação entre os radionuclídeos e os elementos de magnésio, apresentando afinidade somente com a sílica, visto que os isótopos de urânio 238 e do tório 232 possuem características litófilas. Reforçando ainda que radionuclídeos tendem à maior interação com materiais/elementos de caráter ácido (CARDOSO et al, 2009).

As rochas graníticas são rochas magmáticas, constituídas essencialmente por quartzo e feldspato. A presença do feldspato justifica a acentuada concentração de 40K (CORDERO, 2010).

A brita 0 da região de Sabará apresentou uma das maiores concentrações entre os materiais estudados seguida das amostras de granito. Entre as amostras de granito branco apresentou maiores concentrações de radionuclídeos da serie do 232Th e 40K. O granito Samoa Andorinha apresentou maiores concentrações de 238U, TAB 2.

A diminuição da granulometria e associação com o aumento das concentrações dos radionuclídeos não pode ser bem avaliada nesse trabalho. Para avaliações mais conclusivas novos estudos devem ser realizados (TABELA 2).

Para manter uma dose externa (Eq. 2) menor que 1,5 mSvy-1 , a atividade de rádio equivalente (Raeq) deve ser menor que 370 Bq. kg-1 sugerido pela OECD (Organization for Economic Cooperation and Development). Em todas as amostras de materiais de construção analisados o valor de Raeq foi inferior a 370 Bq. kg-1 (TABELA 3).

A dose efetiva anual (Eq. 4) foi menor que o valor recomendado, 1mSvy-1 , em todas as amostras, com valores calculados para doses recebidas internamente e externamente a construção. O I_γ, índice gama, apresentou valores menores que 1 em todas as amostras, o que garante uma dose efetiva anual de 1mSvy-1. O I_α, índice alfa, apresentou valores menores que 1 em todas as amostras o que indica que as concentrações de 226Ra nas amostras investigadas são inferiores a 200 Bq.kg-1. Concentrações de 226Ra < 200 Bq.kg-1 indicam concentrações internas de radônio não excedem o nível de atividade recomendado que é de 200 Bq.m-3 (TABELA 3).

Os índices de perigo interno e externo para todos os tipos de amostras analisados foram menores que 1 o que garante uma aplicação segura dos materiais na construção (TABELA 3).

TABELA 3

Indicadores de perigos de radiação para ^{226}Ra , ^{232}Th e ^{40}K nas amostras dos materiais de construção analisados

<i>Amostras</i>	Ra_{eq} (Bq/Kg)	D_{out} (nGyh ⁻¹)	D_{in} (nGyh ⁻¹)	<i>Dose anual efetiva externa</i> (mSvy ⁻¹)	I_a	I_p	H_{ex}	H_{in}
Pó de pedra (serpentinito)	0.33	0.15	0.21	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Brita 0 (serpentinito)	2.55	1.18	1.66	0.01	0.00	0.01	0.01	0.01
Pedrisco (gnaisse 01)	290	132	184	0.90	0.89	1.02	0.78	1.27
Brita 1 (gnaisse 01)	5.01	2.45	3.42	0.02	0.01	0.02	0.01	0.02
Areia (gnaisse 02)	113	27.9	39.0	0.19	0.01	0.44	0.30	0.16
Brita 0 (gnaisse 02)	72.8	35.3	49.4	0.24	0.03	0.27	0.20	0.21
Pedra de calçamento (gnaisse 02)	108	55.0	77.0	0.38	<LD	0.42	0.29	0.29
Tijolo molhado	157	74.3	104	0.51	0.13	0.57	0.42	0.49
Tijolo seco	150	71.4	99.9	0.49	0.10	0.54	0.40	0.46
Granito CDTN	236	119	166	0.82	0.04	0.91	0.64	0.66
Granito Amarelo Vitória	137	70.8	99.1	0.49	0.09	0.54	0.37	0.42
Granito Preto São Gabriel	71.5	35.4	49.5	0.24	0.04	0.27	0.19	0.21
Granito Samôa-Andorinha	169	79.2	111	0.54	0.33	0.61	0.46	0.64
Granito Verde Ubatuba	138	72.5	102	0.50	0.04	0.56	0.37	0.39

Fonte: elaborada pelos autores

5 CONCLUSÕES

Este trabalho, uma pequena amostra de diferentes materiais de construção, pouco representativa em relação à grande diversidade de materiais utilizados em relação suas

diferenças geológicas foi avaliada. As maiores concentrações de ^{226}Ra , ^{232}Th e ^{40}K foram encontradas em britas provenientes de rochas gnaisses e nas diferentes amostras de granito. A dose efetiva anual foi menor que o valor recomendado, 1mSvy^{-1} , em todas as amostras. As concentrações de $^{226}\text{Ra} < 200\text{ Bq}\cdot\text{kg}^{-1}$ indicam concentrações internas de radônio não excedem o nível de atividade recomendado que é de $200\text{Bq}\cdot\text{m}^{-3}$. Os índices de perigo interno e externo para todos os tipos de amostras analisados foram menores que 1 o que garante uma aplicação segura dos materiais na construção. Para um estudo mais abrangente outros tipos de brita, tijolos e granitos devem ser avaliados.

REFERÊNCIAS

- AHMED NK. Measurement of natural radioactivity in building materials in Qena city, Upper Egypt. *J Environ Radioact.* 2005; 3: 91–99.
- ALHARBI WR, Al Zahrani JH, Adel GE Abbadly. Assessment of radiation hazard indices from granite rocks of the southeastern Arabian Shield, Kingdom of Saudi Arabia. *Aust J Basic Appl Sci.* 2011; 5: 672–682.
- ARABI AM, Ahmed NK, Salahel DK. Assessment of terrestrial gamma radiation doses for some Egyptian granite samples. *RadiatProtDosim.* 2008; 128(3): 382–385.
- ASADUZZAMAN, K, et al. Assesment of Natural Radioactivity Levels and Potential Radiological Risks of Common Building Materials Used in Bangladesh Dwellings. *Journal PLOS ONE*, 2015.
- BERETKA J, MATHEW PJ. Natural radioactivity of Australian building materials, industrial waste and byproducts. *Health Phys.* 1985; 48: 87–95. PMID: 3967976
- CARDOSO, Gildevan Viana; SOBRINHO, Nelsom Moura Brasil do Amaral; WASSERMAN, Maria Angélica Vergara; MAZUR, Nelson. *Geoquímica de radionuclídeos naturais em solos de áreas circunvizinhas a uma unidade de mineração e atividade de Urânio.* Rio de Janeiro. 2009.
- CHANG, T. Y. et al. Potassium, uranium and thorium content in building material of Taiwan. *Health Physics.* Vol. 27, p. 385-387. Pergamon Press. Northern Ireland: 1974.
- CORDERO, Luisa Mariutti. *Estudos dos processos sedimentológicos na Margem Continental Sudeste do Brasil pelo uso de radionuclídeos naturais.* São Paulo. 2010.
- COSTA, Lucas José Pereira da. *Estudo da exalação de Radônio em placas e tijolos de fosfogesso de diferentes procedências.* São Paulo. 2011.
- DA SILVA, Helen Soares Borges; *Estudo em laboratório da dinâmica dos isótopos de urânio no processo de interação rocha-água em granitóides do Complexo Itu (SP).* Dissertação de Mestrado INSTITUTO DE ASTRONOMIA, GEOFÍSICA E CIÊNCIAS ATMOSFÉRICAS DEPARTAMENTO DE GEOFÍSICA, Universidade de São Paulo, 2011.
- DINH CHAU, N, et al. Natural radioactivity in groundwater-a review. *Isot Environ Health Stud.* 2011; 47: 415–437.

DING X, LU X, ZHAO C, YANG G, LI N. Measurement of natural radioactivity in building materials used in Urumqi, China. *RadiatProtDosim.* 2013; 1–6. Radiation Protection Dosimetry, Advance Access published, January 30, 2013.

DOS SANTOS, Adir Janete. Regulamentação e decisões na avaliação de impacto ambiental dos resíduos contendo radioatividade. São Paulo. 2005

EC (European Commission). Radiological protection principles concerning the natural radioactivity of building materials. Radiation protection 112. Directorate General Environment, Nuclear Safety and Civil Protection (Geneva: EC), 1999. 38.

Erees FS, Dayanikli SA, Çam S. Natural Radionuclides in the Building Materials used in Manisa City, Turkey. *Indoor Built Environ.* 2006; 15(5): 495–498.

GAVIOLI, Yasmin; CORREIA, Júlio; CARANASSIOS, Adriano; MELO, Roberto Ribeiro Vicente. Emissão de Radônio em rochas ornamentais. Rio de Janeiro. 2009

Gupta M, Chauhan RP. Estimation of Low-Level Radiation Dose from Some Building Materials Using Gamma Spectroscopy. *Indoor Built Environ.* 2012; 21(3):.465–473.

GHOSE S, ASADUZZAMAN KH, ZAMAN N. Radiological significance of marble used for construction of dwellings in Bangladesh. *Radioprot.* 2012; 47(1): 105–118.

IAEA – INTERNATIONAL ATOMIC ENERGY AGENCY. Measurement of radionuclides in food and environmental samples. IAEA Technical Report Series 295. IAEA, 1989.

IAEA – INTERNATIONAL ATOMIC ENERGY AGENCY. Technical reports series no. 419: Extent of environmental contamination by naturally occurring radioactive material (NORM) and technological options for mitigation. Vienna, 2003.

ICRP (International Commission on Radiological Protection). 1990 Recommendations of the International Commission on Radiological Protection. Publication 60 Ann. ICRP 1991;21: (1–3).

ICRP. Protection against Rn-222 at home and at work. ICRP Publication 65; Ann ICRP 1994; 23(2): 1–48.

LLOPE WJ. Activity concentrations and dose rates from decorative granite countertops. *J Environ Radioact.* 2011; 102: 620–629. doi: 10.1016/j.jenvrad.2011.03.012 PMID: 21507535

IVANOVICH, M., MURRAY, A. 1992. Spectroscopic methods. In M. Ivanovich, Harmon, R.S. (Ed.), Uranium series disequilibrium: Applications to Earth, Marine and Environmental Sciences: 910. Oxford: Clarendon Press.

IVANOVICH, M., & HARMON, R. S. 1992. Uranium series disequilibrium: Applications to environmental problems (2 ed.).

OLIVEIRA, D. C. Determinações de radionuclídeos por espectrometria gama para caracterização da matéria-prima, rejeitos industriais e dos materiais nas etapas intermediários do processo bayer de produção de alumina. Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFET-MG. Belo Horizonte, 2006.

OLIVEIRA, L.H.L; REBOLO, M. D; JACINTO, M. V. G; CAVALCANTI NETO, M. T. O. Radioatividade das areias utilizadas na construção civil da cidade de NATAL/RN. *Revista Holos.* 2012.

PÉRES, Daniel Vidal; SALDANHA, Marcelo Francisco da Costa; MOREIRA, Josino Costa; VAITSMAN, Delmo Santiago. Concentração total de Urânio e Tório em alguns solos brasileiros. Rio de Janeiro. 1998.

RAHMAN SU, RAFIQUE M, JABBAR A, MATIULLAH. Radiological hazards due to naturally occurring radionuclides in the selected building materials used for the construction of dwellings in four districts of the Punjab province, Pakistan. *RadiatProtDosim*. 2013; 153(3): 352–360.

RIGHI S, BRUZZI L. Natural radioactivity and radon exhalation in building materials used in Italian dwellings. *J EnvironRadioact*. 2006; 88: 158–170. PMID: 16584816

SANTOS, Rosana Nunes; MARQUES, Leila Soares. Implantação da Metodologia de Espectrometria Alfa para a Determinação de Isótopos de U e Th em Rochas Ígneas: Aplicação ao Estudo do Desequilíbrio Radioativo na Ilha da Trindade. Tese de Doutorado. São Paulo. 2001.

SANTOS, Adir Janete dos. Regulamentação e decisões na avaliação de impacto ambiental dos resíduos contendo radioatividade. São Paulo. 2005

SANTOS, Pedro Lopes dos; GOUVEA, Rita Cássia dos Santos; KELECOM, Alphonse; DUTRA, Iedo Ramos. Contaminação Radioativa de Empregados da Construção Civil que Manipulam Cimento. *Revista Mundo & Vidavol*. 2. 2010.

SOLAK S, TURHAN S, UGUR FA, GOREN E, GEZER F, YEGINGIL Z, et al. Evaluation of potential exposure risks of natural radioactivity levels emitted from building materials used in Adana, Turkey. *Indoor Built Environ*. 2014; 23(4): 594–602.

TORGAL, Fernando Pacheco; JALALI, Said. Toxicidade de materiais de construção: a questão incontornável na construção sustentável. Universidade do Minho - Portugal. 2010

UFRGS – Universidade federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Física. O que existe na natureza. Disponível em: <<http://www.if.ufrgs.br/cref/radio/capitulo4.htm>>. Acesso em 28 jun. 2014.

UNSCEAR – UNITED NATIONS SCIENTIFIC COMMITTEE ON THE EFFECTS OF ATOMIC RADIATION. Exposure from natural sources of radiation. Report of the general assembly with Annexes, (New York: United Nations), 1993.

UNSCEAR – UNITED NATIONS SCIENTIFIC COMMITTEE ON THE EFFECTS OF ATOMIC RADIATION. Exposure from natural radiation sources. Report to general assembly with annexes (AnnexB), (New York: United Nations), 2000.

UNSCEAR – UNITED NATIONS SCIENTIFIC COMMITTEE ON THE EFFECTS OF ATOMIC RADIATION. Sources, Effects and Risks of Ionizing Radiation. New York (1988).

UNSCEAR – UNITED NATIONS SCIENTIFIC COMMITTEE ON THE EFFECTS OF ATOMIC RADIATION. Sources and Effects of Ionizing Radiation. Report to the General Assembly, with scientific annexes, United Nations, New York (2008).

KHANDAKER MU, Jojo PJ, Kassim HA, Amin YM. Radiometric analysis of construction materials using HPGe gamma-ray spectrometry. *RadiatProtDosim*. 2012; 152: 33–37.

KH ASADUZZAMAN, KHANDAKER MU, AMIN YM, BRADLEY DA. Natural radioactivity levels and radiological assessment of decorative building materials in Bangladesh. *Indoor Built Environ*. 2014; 0(0):1–10.

KOBEISSI MA, EL-SAMAD O, RACHIDI I. Health assessment of natural radioactivity and radon exhalation rate in granites used as building materials in Lebanon. *RadiatProtDosim.* 2013; 153: 342–351.

XINWEI L. Natural radioactivity in some building materials of Xi'an, China. *RadiatMeas.* 2005; 40(1):94–97.

O JOVEM VAI AO CINEMA: experiência estética e produção de subjetividades

Adriana Maria Brandão Penzim³²
Kelley Soares Santos³³

RESUMO

Este estudo se insere na temática dos modos de existência do jovem contemporâneo, com o objetivo de discutir e analisar a sua experiência estética com o cinema, em uma sociedade pautada por relações de consumo e onde as trocas se fazem em velocidade cada vez mais vertiginosa. À luz de diferentes autores, postula-se que a prática de ir ao cinema compõe a tessitura da vida do jovem espectador, estando imbricada e indissociável do engendramento de subjetividades. O trajeto investigativo deu-se em diversos planos, intimamente interligados, reunindo estudos bibliográficos e de campo, que integrou a realização de entrevistas com jovens frequentadores de sessões cinematográficas em Belo Horizonte e a observação em espaços onde se instalam as salas de espetáculo. Aborda-se o cinema inserido nos espaços dos shopping centers, práticas de consumo associadas ao lazer, à estética do movimento incessante e das sensações fugazes tão presentes na indústria de filmes.

Palavras-chave: Jovem. Cinema. Subjetividade.

ABSTRACT

This study is part of the theme of the existence modes of contemporary youngsters, in order to discuss and analyze their aesthetic experience with cinema, in a society marked by relations of consumption and where changes are made at increasingly break-neck speed. At the light of different authors, it is postulated that the experience of going to the movies make up the texture of life of the young spectator, and it is deeply bound to the process of engendering subjectivities. This investigation came about in a twofold

32 Professora Doutora De Psicologia da Faculdade de Psicologia da PUC Minas. Endereço eletrônico: kel_goiana@hotmail.com.

33 Estudante de Psicologia da Faculdade de Psicologia da PUC Minas, Unidade São Gabriel. Endereço eletrônico: apenzim@uol.com.br.

process, gathering bibliographic and field studies, which comprises interviews with young people attending film sessions in Belo Horizonte and the observation of where these sections took place. The paper discusses the movie theaters placed in the malls, the consuming practices associated with leisure and the aesthetics of incessant movement and of fleeting sensations which are so present in the film industry.

Keywords: Youth. Movies. Subjectivity.

1 INTRODUÇÃO

O presente relatório de pesquisa se apresenta ao Programa de Iniciação Científica da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), conforme Edital número 077/2013, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig). Trata-se de pesquisa que se propõe a conhecer e a discutir a experiência estética de jovens com cinema, tomando-a como elemento de análise sobre processos de subjetivação e modos de existência na contemporaneidade.

Neste trabalho, apresentaremos o caminho percorrido a fim de investigar se e como a experiência com o cinema pode contribuir para a produção e/ou a reprodução de modos de ser e viver. No que tange aos estudos teóricos, reuniremos autores que têm se debruçado sobre o cinema bem como sobre a produção de bens da cultura. Desde já ressaltamos que este estudo recebeu inspiração de autores que apresentam perspectivas distintas e, por vezes, contraditórias. No entrecruzamento de saberes e olhares, foi ensejada a edificação de diálogos criativos e críticos e o ampliar da compreensão sobre os fenômenos em estudo. Concernente à pesquisa de campo, visitas a diversos cinemas e entrevistas descortinaram o que alguns jovens nos dizem sobre a prática de ir ao cinema. À procura de analisadores, as entrevistas foram transcritas e tiveram seu conteúdo analisado, compondo, por fim, os achados da pesquisa.

2 DA PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADES

Na passagem do século XIX ao XX, o sujeito psicológico nasce no discurso ocidental nos domínios da psicologia. Ao estilo do modelo de ciência predominante à época, a produção científica enunciava verdades sólidas, objetivas e universais acerca de instâncias psicológicas (FIGUEIREDO, 2011). Suspeitando das naturalizações, das concepções idealistas, subjetivistas e individualizantes, a subjetividade passa a ser questionada e pensada como desenho histórico que não tem centro, permanência ou inerência. Numa perspectiva crítica, tanto a subjetividade quanto a interioridade são consideradas “instabilidades”, dispositivos históricos e composições que se fazem no jogo de forças dos

enunciados. (PRADO; MARTINS, 2007).

Radicalmente contrário à ideia consagrada da subjetividade como uma posse, um dado primordial, estável e durável, Félix Guattari (1992) pensa a subjetividade como um processo de produção em que o sujeito mantém-se em aberto. Ele dirá: “a subjetividade, de fato, é plural e polifônica. E ela não conhece nenhuma instância dominante de determinação que guie as outras instâncias segundo uma causalidade unívoca” (GUATTARI, 1992, p. 11). Disso resulta compreender o sujeito humano a partir de uma processualidade, vulnerável à ação de novas forças e acontecimentos, em múltiplas relações. (GUATTARI; ROLNIK, 2005).

Partilhando dessa concepção, Nikolas Rose (2001) desestabiliza a crença de que nossos verdadeiros “eu privados” circunscrevam-se aos nossos estados mentais, às nossas experiências subjetivas e relações íntimas. E sugere: “todos os efeitos da interioridade psicológica, juntamente com uma gama inteira de outras capacidades e relações, são constituídos por meio da ligação dos humanos a outros objetos e práticas, multiplicidades e forças”. (ROSE, 2001, p. 145-146). Num movimento ininterrupto, a subjetividade se situa no campo de “todos os processos de produção social e material” (GUATTARI; ROLNIK, 2005, p. 41) e “acontece a partir dos encontros que vivemos com o outro” (MANSANO, 2009, p. 111).

Vale, entretanto, assinalar que os componentes de subjetivação em curso no campo social (difundidos através de uma série de instituições, equipamentos, práticas e procedimentos) são, na atualidade, prevalentemente capitalísticos, e se efetivam na forma de indivíduo, conformado e recharacterizado em modelos consumistas (GUATTARI; ROLNIK, 2005). A mídia – poderoso elemento constitutivo de modos de existência – é projetada na realidade do mundo e na realidade psíquica, sobrevivendo nas experiências estéticas, nas montagens da percepção, da memorização e na modelização das instâncias intrassubjetivas (GUATTARI; ROLINK, 2005).

2.1 CINEMA: UMA INTRODUÇÃO

A invenção “acidental” do cinema, no início do século XX, pelo mágico francês George Méliès não demorou a culminar na diversão mais barata do momento, obtendo a adesão das populações de baixo poder aquisitivo. Com o surgimento das distribuidoras, nos Estados Unidos, em 1905, houve a diminuição dos custos de exibição, tendo aumentado a disponibilidade de filmes, o que se desdobrou na ascensão explosiva dos nickelodeons (do inglês, nickel: moeda; do grego, odeion: teatro coberto). Ainda que esses novos ambientes fossem em locais pouco confortáveis (depósitos ou armazéns adaptados), ali se oferecia entretenimento a um níquel (o equivalente a cinco centavos de dólar). “Eles marcam o início de uma atividade cinematográfica verdadeiramente industrial” (COSTA, 2006, p. 27).

Em 1909, com a criação da Motion Pictures Patents Company (MPPC), a indústria do cinema buscava fundamentar sua atividade sobre bases econômicas sólidas. Para tanto, além de regular a distribuição e a venda de filmes, uma vez que a cópia era uma prática bastante recorrente, os produtores norte-americanos precisaram aumentar o preço dos ingressos e, por conseguinte, o dos aluguéis de filmes (COSTA, 2006). Assim, o cinema deveria deixar de ser o “teatro dos operários”, uma manifestação popularesca e vulgar, para se tornar o divertimento de “todas as classes sociais”. Gradativamente, o cinema se transformava na “primeira mídia de massa da história” (COSTA, 2006, p.37).

No decorrer de todo o século XX, nos Estados Unidos, a chamada “indústria cinematográfica” torna-se dominante. Vale dizer que a França, que fora berço do cinematógrafo, havia exibido, em 1946, 38 filmes americanos. No ano subsequente, os exibidores passaram 338 filmes americanos (MANEVY, 2006). Suprimindo cinematografias locais e a forma teatral do cinema, Hollywood arrebatava multidões em todo mundo apresentando um novo ritmo cinematográfico, mostrando várias ações simultâneas e ascendendo à narrativa. (DUARTE, 2002; COSTA, 2006).

Narrativas de fácil compreensão, construídas de forma linear (com começo, meio e fim), quase sempre com final feliz (o famoso happyend, característico do cinema realizado em Hollywood), apoiadas em recursos técnicos cada vez mais sofisticados e produzidos em escala industrial ajudaram a configurar, mundialmente, um padrão de gosto muito difícil de ser quebrado (DUARTE, 2002, p. 27-28).

2.2 CINEMA: UM OBJETO DA CULTURA

Nos idos da década de 1940, Theodor Adorno já se interessava pelos efeitos da expansão dos objetos da cultura produzidos em série para grandes massas. Ao cunhar a expressão “indústria cultural” (kulturindustrie) para se referir ao advento de uma cultura comercializada sobre os bens de consumo, ele alerta que “as categorias de arte autônoma, procurada e cultivada em virtude de seu próprio valor intrínseco, já não têm valor para a apreciação.” (ADORNO, 1999, p. 66). Em sua clássica discussão, ele propõe que a sujeição das obras ao capitalismo transforma o prazer estético em puro e simples divertimento, tendo como único objeto e motivo o participar, contribuindo para a passividade das massas (ADORNO, 1999). Embora criticado, chega até mesmo a dizer de uma possível “des-estetização” da arte – quando “a arte deixa de ser arte”. (ADORNO, 1970; ADORNO, HORKHEIMER, 1996; JIMENEZ, 1977).

Walter Benjamin, contemporâneo de Adorno, compreende esse fenômeno como forma de degradação da arte, que traz um empobrecimento das experiências estéticas por consequência. Benjamin analisa a influência das técnicas modernas de reprodução, como o cinema, e de difusão sobre as obras de arte (BENJAMIN, 2012). Em suas reflexões, o fi-

lósofo discorre sobre o declínio da “aura” advindo da reprodução, que impede a transmissão do caráter singular e autêntico de uma obra, além de modificar a percepção estética (BENJAMIN, 1980). Jimenez (1999, p. 329), comentador de Benjamin, escreve que à época moderna, construída sobre o dinheiro, interessa “reproduzir, trocar, expor, vender”. Às obras de arte, por se tornarem negociáveis, atribui-se mero valor de troca, como qualquer outro bem de consumo que se reúne aos despojos dos produtos culturais.

Ainda nos anos sessenta do século passado, Guy Debord (1997) preocupava-se com as consequências da extensão industrial como meio de subjetivação que se dirige aos indivíduos como mercado consumidor. Em seu trabalho mais conhecido, “A sociedade do espetáculo”, um Debord visionário discorre sobre a sociedade na qual toda experiência é mediada pelo espetáculo, tomando as pessoas à sua mercê, convocando respostas consumidoras e devolvendo-lhes uma subjetividade serializada. O espetáculo, conforme assinala, “não deseja chegar a nada que não seja ele mesmo” (DEBORD, 1997, p.17). Subjugado por essa moral, “a diversão monopoliza a participação social e habitua o indivíduo a se eximir de pensar eticamente sobre o que acontece” (COSTA, 2004, 232).

Aos indivíduos, como consumidores, corresponde, evidentemente, a arte como mercadoria. Como bem da cultura que compõe o mundo da mercadoria, o cinema carece de uma linguagem hábil para conquistar o maior público possível, sendo, deste modo, manipulado segundo as chances de venda (BERNARDET, 1985; MARTIN, 2003). Jean-Claude Bernardet (1985), cineasta e teórico do cinema, nos chama a atenção para os assuntos abordados nos filmes de massa, nos quais, não raras vezes, perceberemos a sutileza (ou até mesmo a ausência) de temas polêmicos, uma vez que esses resultariam na “perda” de um espectador potencial e, finalmente, na perda de lucro. Assim, a produção e o consumo massivo acabam por se desdobrar na homogeneidade dos produtos e do público, em detrimento da alteridade, tendo em vista de atender às demandas capitalísticas (BERNARDET, 1985; GUATTARI, 2005).

3 METODOLOGIA

O tema e o objeto de estudo escolhido para a iniciação científica conduziram a uma pesquisa de cunho qualitativo, que como toda pesquisa científica requer rigor, mas que tipicamente não é rígida, qualidade importante para dispor dos dispositivos metodológicos enquanto se caminha. O primeiro momento da execução da pesquisa integrou aprofundamento bibliográfico em revisita a autores consultados durante a elaboração do projeto e a outros pensadores que surgiram pelo caminho a iluminá-lo. O que concerne à pesquisa de campo se deu num segundo momento, quando visitei alguns cinemas da cidade de Belo Horizonte localizados nos shopping centers e nos lugares tidos como “alternativos”, em diferentes horários.

Foram realizadas 12 entrevistas com jovens frequentadores de cinema, entre 18 e

25 anos, oriundos da região metropolitana de Belo Horizonte, entre eles, universitários, e também jovens que não estão inseridos no contexto acadêmico. Foram consideradas as variáveis: idade, sexo, escolaridade, profissão ou ocupação. Dos jovens convidados a participar da pesquisa, 7 foram abordados nas filas de compra de ingresso para o cinema, 3 nas praças de alimentação de shopping centers e 2 na cafeteria do Cine Belas Artes. Dessa forma, o trabalho abarcou simultaneamente a inserção nos espaços urbanos (nos quais estão localizados os cinemas) e a escuta dos sujeitos entrevistados.

Foi preparado o roteiro para entrevistas semiestruturadas com certas perguntas as quais não foram renunciadas em cada um dos encontros. Após os jovens terem sido cuidadosamente esclarecidos sobre a pesquisa em realização e a finalidade do trabalho, e havendo consentimento, as entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas. Cumpre admitir que “toda transcrição, mesmo bem feita, é uma interpretação, uma recriação, pois nenhum sistema de escrita é capaz de reproduzir o discurso com absoluta fidelidade” (PORTELLI, 2002, p.239). Para análise das narrativas obtidas, foi construído um quadro de analisadores que possibilitaram o descortinamento do emaranhado discursivo.

No mundo moderno, líquido, como afirma Bauman (2007), as pessoas – e não somente as coisas – se constituem numa cultura consumista, do descarte, da efemeridade. Neste contexto, e resistente às forças que atuam predominantemente na nossa sociedade, a pesquisa com fonte oral, conforme Portelli (2002) descreve, convidou, por meio das entrevistas, os participantes a refletirem sobre si mesmos como seres históricos e culturais (quem sabe até favorecendo um processo de autoanálise dos jovens que participaram das entrevistas). Dessa forma, a escolha metodológica apresentou uma importância ética.

4 ACHADOS DA PESQUISA E DISCUSSÃO

4.1 O SHOPPING É O LUGAR

Já notamos que os shopping centers respeitam estéticas semelhantes. Em qualquer lugar do mundo provavelmente saberíamos dizer se o espaço aonde estamos é um shoppingcenter. A temperatura é agradável, a iluminação é constante, mal nos damos conta se é ainda dia ou se noite. Luzes, cores, lojas cheirosas, fastfood. Monitoramento. O shopping ensaia uma atmosfera de lugar seguro, afastada de uma cidade perigosa e poluída (HARVEY, 2005). O medo não nos infortuna insistentemente, quase não é preciso lidar com o inesperado (NOGUEIRA, 2013). Corpos comprimidos, maneiras normatizadas de andar, de vestir, de comer (FOUCAULT, 1991).

É nesse lugar asséptico e anestesiante que a maioria dos jovens entrevistados da região metropolitana de Belo Horizonte entra em contato com produções cinematográficas. Questionados sobre os cinemas que costumam frequentar, os jovens, em sua quase totalidade, disseram o nome do shopping onde costumam ir. Uma jovem universitária,

perguntada sobre onde estavam localizados os cinemas aonde ia habitualmente, responde enfática: “Nos shoppings, uai!”. Parecia-lhe óbvio que o acesso ao cinema se desse por meio de shopping centers. “Que outro lugar poderia ser?”. O cinema de rua, as salas ligadas a galerias de arte, o chamado cinema “alternativo” sequer se lhe apresentavam como uma possibilidade.

Dentre os fatores que confluem para que a experiência fílmica se dê predominantemente em shopping centers está a disposição dos territórios urbanos. Para onde nos conduzem as vias? Para onde correm os metrôs? Para onde os ônibus nos levam?

A única linha de metrô da região metropolitana leva a três shopping centers: Shopping Boulevard (estação Santa Efigênia), Minas Shopping (Estação Minas Shopping) e Shopping Estação (Estação Vilarinho). Quatro das jovens entrevistadas, estudantes do ensino médio, afirmaram escolher o shopping como local privilegiado para assistir filmes pela facilidade de acesso. Uma das falas explicita como nuances de controle aparecem no urbanismo, definindo trajetos: “Vou nos [cinemas] do Boulevard ou do Minas Shopping, porque são mais perto da minha casa, dá pra ir de metrô.” Ademais, destaca-se desta fala que em vez de ir aos cinemas localizados em shopping centers ou simplesmente ir ao cinema, ela vai ao cinema do shopping. O cinema não é o lugar, este pertence ao shopping.

As entrevistas demonstram que a maneira como a cidade está organizada agencia e medeia a prática de ir ao cinema. A ordem capitalística – insistentemente tratada por Guattari (2005) – incide sobre os modos das relações humanas e das atividades sociais em todos os seus âmbitos, inclusive no que tange à mobilidade (GUATTARI; ROLNIK, 2005). Percebe-se, pois, que o tecido urbano abriga múltiplos componentes ordenadores dos processos de produção de subjetividades, fabricando modos de existência (GUATTARI, 1992).

Também a escolaridade emergiu como outro analisador que comunica acerca da acessibilidade ao cinema em outros espaços (além de shopping centers). Dos jovens entrevistados estudantes do ensino médio, apenas uma relata ter conhecido um cinema “fora do shopping”. Já as respostas dos jovens universitários não foram tão reiteradas, mas, ainda assim, revelaram a predominância de contato com os produtos massivos exibidos em shopping centers.

Eu costumo ir nos festivais, quando tem alguma mostra cinematográfica. Acho positivo para mesclar com a qualidade dos filmes. Digo qualidade não de bom ou ruim, mas qualidade de gênero. É positiva a experiência com os cinemas ligados a galerias de arte. Assim... eu conheço o CCBB [Centro Cultural Banco do Brasil], o Belas Artes e o do Palácio das Artes [Humberto Mauro]. Mas quase sempre eu vou nos shoppings e algumas vezes nesses das galerias de arte, até porque, em BH, 90% dos cinemas estão localizados em shoppings! (Depoimento obtido em entrevista).

4.2 UMA PRÁTICA DE LAZER

No processo de constituição do espectador-consumidor, o modo de produção do sistema capitalista tende a estimular a fruição hedonista, num apelo imediato ao prazer, absorvendo a experiência no tempo presente, no aqui-e-agora. Assim, a experiência que se dá no cinema não se deve desembaraçar da diversão, como demonstram as falas extraídas das entrevistas: “Eu vou ao cinema porque é a coisa que mais me diverte, é a arte que eu mais aprecio. É uma coisa que me deixa relaxado, me deixa feliz. (Mauro, 25, médico)”; “[...] Eu venho para me divertir. [...] O filme não precisa ser perfeito, ele precisa me divertir, me entreter” (Depoimento obtido em entrevista).

Maria Rita Kehl escreve que “diante do fluxo contínuo de imagens que nos oferecem o puro gozo, não é necessário pensar” (BUCCI; KEHL, 2004, p. 91). Isso não quer dizer que as pessoas não pensem diante das imagens que os filmes de massa, em geral, oportunizam, mas que param de pensar uma vez que o pensamento não é convocado (BUCCI; KEHL, 2004).

Eu vou ao cinema mais por lazer do que para adquirir algum conhecimento cultural, porque eu acho que a maioria dos filmes que passam nos cinemas convencionais, esses filmes mais hollywoodianos, não tem tanta coisa pra acrescentar. Eu acho que é um ou outro que passam alguma coisa interessante que eu saio de lá com uma bagagem maior do que quando eu entrei. Então, eu vou por diversão, pra rir... [...] por lazer mesmo (Depoimento obtido em entrevista).

Como nota Lipovetsky, “o consumo exerce sua influência apenas na medida em que tem capacidade de aturdir e de adormecer, de oferecer-se como paliativo aos desejos frustrados do homem moderno” (LIPOVETSKY, 2007, p.60). A comédia romântica, amplamente produzida, a exemplo, tem por ápice da trama a união de pessoas que se encontram por pura coincidência e se descobrem perfeitamente feitas uma para a outra, como caras-metades, almas-gêmeas. Trata-se de uma categoria de filme que permite o acesso a uma espécie de euforia lúdica, desconectada do real, na qual o espectador não se poderia reconhecer. (LIPOVETSKY, 2007). Assim, “[...] a vida de realidade externa assume tonalidades opacas de decepção se comparadas ao colorido atribuído aos filmes enquanto modelo das expectativas. (FONSECA, 2003, p. 304).

Igualando as produções de filmes através de grandes categorias unificadoras e reducentes, “a opinião e o gosto coletivo, por sua vez, serão trabalhados por dispositivos estáticos de modelização como os que são produzidos pela publicidade e a indústria cinematográfica”. (GUATTARI; ROLNIK, 1992, p. 186).

Eu sei que é sempre a mesma história. O cara que trai a menina, a menina que trai o cara, ou que viaja para um tanto de lugar para fazer graça. Eu sei que é uma comédia boba, mas é pra ser sincera, né? São esses filmes assim que me trazem ao cinema. Eu sei que... tipo aquele filme mais antigo que toda mulher gosta... “Um Amor pra Recordar”... isso não vai acontecer nunca na minha vida. Aquela cara maldoso, tosco, apesar de

bonito, eu não vou conseguir fazer com que ele se apaixone por mim e se transforme em um gentleman... mas a gente fica esperando, né? Eu sei que não vai acontecer, mas toda mulher espera viver esse amor, só não quero morrer no final, né? (Depoimento obtido em entrevista).

Atinente aos processos de produção de significados e formas simbólicas e de mediação das relações característicos do capitalismo, filmes que tendem a expor a nossa frágil natureza não compõem a produção industrial de massa, tampouco possuem força de penetração no mercado. A felicidade, atrelada ao entretenimento e às práticas de lazer, pode ser considerada um registro de referência dominante que fabrica uma subjetividade que “não conhece dimensões essenciais da existência como a morte, a dor, a solidão, o silêncio, a relação com o cosmos, com o tempo” (GUATTARI; ROLNIK, 2005, p. 51). Conforme Guattari (2005), “aceitamos tudo isso porque partimos do pressuposto de que esta é ‘a’ ordem do mundo, ordem que não pode ser tocada sem que se comprometa a própria ideia de vida social organizada” (GUATTARI; ROLNIK, 2005, p. 51).

Às vezes, quando eu vou pro cinema pra descansar, pra divertir mesmo e aí o filme que eu tô assistindo é um filme triste ou baseado em alguma história real... Ah! Eu não gosto de assistir filme triste demais não... Se eu tô assistindo um filme que é ruim, tipo... um filme muito triste, eu mexo no celular enquanto ele tá passando e assim que eu saio do cinema eu já dou um jeito de ir comer alguma coisa, vou pra um lugar com mais luz, vou olhar uma roupinha, mesmo que eu esteja sem dinheiro. Nossa! É muito ruim quando você sai pra divertir e dá de cara com um filme que te deixa pra baixo... Isso é ruim demais! Eu já até dormi no cinema por causa disso! (Depoimento obtido em entrevista).

Não por acaso a produção audiovisual hollywoodiana configure a indústria cinematográfica de maior alcance mundial.

4.3 UMA ESTÉTICA DO MOVIMENTO INCESSANTE

Cenas mais lentas são as que mais me deixam mais inquieta. Eu tava doida pra sair do cinema, porque imaginei uma coisa e foi outra. Peguei o primeiro filme e boas! Já que eu tinha pagado, o jeito foi aproveitar o tempo pra dormir, já que eu faço isso muito pouco (risos). É como se tivesse sufocada por outro ritmo, sabe? A minha vida é a mil! Acordo, faço isso, faço aquilo. É raro eu parar igual eutô fazendo agora. Só tô assim só porque você me chamou. Aí eu disse: não, espera, não custa nada. Se você não tivesse me chamado, eu já tava andando em looping no shopping. Eu sou

uma mulher muito moderna, entende? Eu falo isso sempre! (Depoimento obtido em entrevista).

As concepções de tempo estão sempre associadas a determinados períodos da vida social, às condições sociais para a fabricação de modos de ser, existir e relacionar. É importante que, ao tratarmos dos processos de subjetivação no encontro espectador-filme, tenhamos em vista o cinema inserido em um determinado registro histórico, social e cultural.

Sobretudo para aqueles já nascidos numa cultura audiovisual, como os sujeitos desta pesquisa, a estética do movimento incessante caracteriza uma dentre as múltiplas facetas da ordem capitalística. A duração foi degradada pela transitoriedade, na qual o valor da permanência sucumbe em prol da velocidade, do excesso e do desperdício (BAUMAN, 2007). Quer-se o tempo veloz – este é o triunfo da instantaneidade sobre a profundidade do tempo. Regida pela lógica econômica na qual impera a efemeridade, a indústria da imagem apresenta continuamente novos filmes com obsolêscência programada, alimentando o vigor de práticas consumistas (BAUMAN, 2004). Filmes produzidos por essa indústria são, em geral, comandados por uma estética do movimento incessante e das sensações fugazes.

O imediatismo, prevalente nas concepções temporais na contemporaneidade, tão presente nas relações de consumo, pode ser apreendido como artefato que exprime a tentativa de emprestar certa durabilidade à efêmera vida humana, trazendo a aparente sensação de se estar preenchendo a vida com muitas atividades, de se estar, de fato, vivendo – que é um dos empreendimentos da lógica consumista. Em contrapartida, sentir o tempo parece causar sofrimento, trazer à tona a consciência da finitude, e talvez por isso haja certo horror ao tempo “devagar”, que se apresenta nos filmes que resistem ao modelo de produção industrial. Entediar-se com um filme mais “parado” pode ser compreendido como evidência de como a ordem capitalística sobrevém nos modos de temporalização.

Destoante do ritmo que se quer hegemônico, o cineasta russo Andrei Tarkovskii invita uma postura reflexiva e transcendente em relação ao tempo, que permite ao cinéfilo ser capaz de perceber as características que regem a organização poética da existência. Ele é capaz de ir além dos limites da lógica linear, para poder exprimir a verdade e a complexidade profundas das ligações imponderáveis e dos fenômenos ocultos da vida” (TARKOVSKII, 1998, p. 19.).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo sobre modos de existência do jovem contemporâneo demonstra

como a ordem capitalística se (re)elabora simultaneamente à produção de filmes e aos arranjos urbanos nos quais estão localizados os cinemas. Constatamos que a fruição nas salas de exibição, atrelada à busca pelo gozo, tende a maximizar o frenesi de consumo. Além disso, as práticas consumistas, embora possam oferecer acesso à satisfação, subjugam as relações à tirania da velocidade, do gozo imediato, sob o senhorio das sensações novas e cada vez mais excitantes. Esse modo prevalente de ser, viver e se relacionar assiste o ocaso da relação com o tempo, da maturidade, do pensamento, da singularidade...

Ainda que certo pessimismo permeie todo este trabalho, o horizonte não se dissipa – há alternativas. A sensação de que tudo está sendo conformado em consonância com as demandas capitalísticas, que reduzem nossa potência, deve ser substituída por um ímpeto ao trabalho. “Onde quer que estejamos é possível a reinvenção das nossas atividades em função de critérios distintos daqueles que visam a determinada ordem que se quer hegemônica” (PENZIM, 2011, p. 142). Isso nos mobiliza a encontrar razões para pensar (SANTOS, 2011).

Ao buscar elucidar uma prática e sua implicação na produção de modos de ser e de viver, penso que pude caminhar na minha formação acadêmica animada por uma “tensão permanente entre a aspiração de um saber não fragmentado, [...] e o reconhecimento do inacabado e da incompletude de qualquer conhecimento” (MORIN, 2011, p.7).

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W.; MARCUSE, Hebert; HORKHEIMER, Max. *Cultura e Sociedade*. Lisboa: Presença, 1970.

ADORNO, Theodor W. *Textos Escolhidos*. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

BAUMAN, Zigmunt. *Vida Líquida*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2007.

BENJAMIN, Walter. *Sobre arte, técnica, linguagem e política*. Lisboa: Relógio d'água, 2012.

BENJAMIN, Walter. *Textos Escolhidos*. São Paulo: Nova Cultural, 1980, p. 03-28.

BERNARDET, Jean-Claude. *O que é cinema*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BUCCI, Eugênio; KEHL, Maria Rita. *Videologias: ensaio sobre a televisão*. São Paulo: Boitempo, 2004.

COSTA, Flávia. *Primeiro Cinema*. In: Mascarello, Fernando (org). São Paulo/Campinas: Papyrus, 2006.

COSTA, Jurandir Freire. *O Vestígio e a Aura: corpo e consumismo na moral do espetáculo*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004, p. 203-240.

COSTA, Jurandir Freire. *Perspectivas da juventude na sociedade de mercado*. In.; NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo. (org.). *Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*.

São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004, p. 75-88.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DUARTE, Rosália. *Cinema & Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

FIGUEIREDO, Luís Cláudio M. *Psicologia: uma (nova) introdução*. São Paulo: EDUC, 2011.

FONSECA, Paulo. O espectador e o filme: efeitos especiais do inconsciente. In.: FONSECA, Tania Mara Galli; KIRST, Patricia Gomes (orgs). *Cartografias e devires: a construção do presente*. Porto Alegre: UFRGS, 2003, p. 299-306.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 1991.

GUATTARI, Félix. *Caosmose: um novo paradigma estético*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 14 ed. São Paulo: Loyola, 2005, p. 69-96, 185-277.

JIMENEZ, Marc. *Para ler Adorno*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

LIPOVETSKY, Gilles. *A felicidade paradoxal: ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MANEVY, Alfredo. *Nouvelle Vague*. In: MASCARELLO, Fernando (org). *História do Cinema Mundial*. Campinas, SP: Papirus, 2006.

MANSANO, S. R. V. *Sujeito, subjetividade e modos de subjetivação na contemporaneidade*. *Revista de Psicologia da UNESP, Assis*, v. 8, p. 110-117, 2009.

MARTIN, Marcel. *A linguagem cinematográfica*. São Paulo: Brasiliense, 2003.

MORIN, Edgar. *Introdução ao Pensamento Complexo*. 4. ed. Porto Alegre: Sulina, 2011.

NOGUEIRA, Maria Luísa M. *Espaço e subjetividade na cidade privatizada*. 2013. Tese (Doutorado) Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-graduação em Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/MPBB-95RMV7>>. Acessado em: 19/01/2015.

PENZIM, Adriana Maria Brandão. *Práticas de Leitura e Governo da Vida: a literatura de auto-ajuda*. 2011. Tese (Doutorado) Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Rio de Janeiro.

PRADO, Filho, K. MARTINS, S. *A Subjetividade como objeto da(s) psicologia(s)*. *Psicologia & Sociedade*. 19 (3). p. 14-19, 2007.

PORTELLI, Alessandro et al. *Usos & abusos da história oral*. 5. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

ROSE, Nikolas. *Governando a alma: a formação do eu privado*. In: Silva, Tomaz Tadeu (Org.).

Liberdades reguladas. Petrópolis: Vozes, p. 30-45, 1988.

ROSE, Nikolas. Inventando nossos eus. In.: Silva, Tomaz Tadeu (Org.). Nunca fomos humanos. Belo Horizonte: Autêntica, 2001, p. 137-204.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Seis razões para pensar. Lua nova, n. 54, 2011, p. 13-24.

TARKOVSKII, Andrei Arsen' evich. Esculpir o Tempo. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MULHER EM SITUAÇÃO DE RUA: estratégias em relação à saúde

Jéssica Gabriella de Souza Isabel³⁴

Isabela Saraiva de Queiroz³⁵

RESUMO

Este artigo é recorte de um projeto de pesquisa financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig), que visou conhecer quais eram os serviços de saúde da mulher oferecidos às pessoas em situação de rua de Belo Horizonte. Neste, retratamos a realidade da mulher em situação de rua e aspectos relacionados a sua saúde. A escolha dos sujeitos desta pesquisa, mulheres em situação de rua, justifica-se pela diferença entre homens e mulheres e as desigualdades por elas produzidas. Este estudo qualitativo contou com a realização de entrevistas semiestruturadas com sete mulheres em situação de rua, uma enfermeira e três técnicas de instituições que atuam com a população em situação de rua. Os resultados identificados apontaram que a procura por atendimento por esta população tem suas especificidades, relacionadas principalmente à concepção de saúde, à organização geográfica dos serviços e às formas de acesso. Concluiu-se que, mesmo identificando ao longo do tempo um aumento nas iniciativas direcionadas às mulheres em situação de rua, ainda são necessários avanços.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Pessoa em situação de rua. Saúde da mulher.

ABSTRACT

This article is a part of a research project financed by the Foundation for Research of the State of Minas Gerais (FAPEMIG), which aimed to know what were the women's health services offered to street people in Belo Horizonte. In this survey, women on the street

34 Psicóloga, formada pela Faculdade de Psicologia da PUC Minas. souzabel.jessica@gmail.com
Financiamento: PROBIC / Fapemig.

35 Possui graduação (1997), mestrado (2005) e doutorado (2015) em Psicologia Social pela Universidade Federal de Minas Gerais. Atualmente é professora Adjunto IV da Faculdade de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. isabelasq@gmail.com.

and aspects related to their health were portrayed. The choice of subjects in this study, women on the street, is justified by the difference between men and women and the inequalities produced by them. This qualitative study included semi-structured interviews with seven women on the street situation, a nurse and three technical professionals from institutions that work with street people. The identified results showed that the demand for care for this population has its specific features, mainly related to the conception of health, geographical organization of services and forms of access. It was concluded that even identifying over time an increase in initiatives aimed to women on the street, advances are still needed.

Keywords: Public Policy. Street people. Women's health.

INTRODUÇÃO

Em análise das referências bibliográficas disponíveis sobre a temática da população em situação de rua, verificou-se que esta tem ganhado visibilidade nos últimos tempos por parte de diversos setores governamentais, com vistas à promoção de melhores condições de vida para esta população. Portanto, implicar-se com esta questão é de interesse não somente restrito. Estima-se, segundo a Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua (BRASIL, 2008), que no Brasil há aproximadamente 31.922 pessoas em situação de rua (PSR), podendo este número ser maior, visto que os dados da pesquisa são referentes a apenas 71 municípios brasileiros.

Destaca-se que a Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua (PNPSR) foi um marco para visibilidade desta população em dimensão nacional. A elaboração desta possibilitou um olhar diferenciado sobre a população em situação de rua, vítima da iniquidade social. Saliento aqui que, embora a PNPSR seja um marco significativo, algumas cidades apresentam iniciativas que a antecedem, como é o caso da capital mineira. Belo Horizonte atualmente encontra-se em seu 3º Censo direcionado à população em situação de rua, sendo que esses foram realizados respectivamente em 1998, 2005 e 2013.

Dentre os serviços demandados por esta população destacam-se os serviços de saúde, uma vez que são fundamentais para a sobrevivência, além de serem um direito de todos os cidadãos. Segundo a Constituição de 1998, é dever do Estado proporcionar a saúde, e um direito de todos os cidadãos acessá-la e reivindicá-la. Desse modo, a população em situação de rua, assim como outras pessoas à margem da sociedade, deve receber uma atenção do Ministério da Saúde e de outros setores envolvidos, na busca de minorar as desigualdades.

Quando me refiro ao acesso à saúde, estou abrangendo as quatro dimensões, tratadas por Sanchez e Ciconelli (2012), sendo estas: a disponibilidade, aceitabilidade, capacidade de pagamento e informação. Em relação as dimensões, esclarecemos sucin-

tamente que englobam, respectivamente: a existência ou não do serviço de saúde quando necessário e apropriado às necessidades de quem o procura, vinculando questões geográficas, referentes à quantidade e qualidade do serviço; como o serviço é oferecido e percebido por aqueles que dele necessitam; despesas diretas e indiretas na utilização dos serviços de saúde, e informações sobre os serviços oferecidos de forma geral, envolvendo questões que esbarram nas outras três dimensões retratadas.

Faz-se necessária esta referência, visto a gama de estudos e definições que englobam e delimitam o que é acesso. Tais estudos se debruçam sobre a complexidade desta palavra, muitas vezes banalizada e usada em diversos momentos com diferentes intuitos. A percepção aqui empregada apresenta um olhar ampliado sobre o acesso, não o limitando ao comportamento de ir até o equipamento de saúde.

O intuito foi de conhecer as estratégias de lidar com a saúde, na perspectiva das mulheres em situação de rua de Belo Horizonte. A escolha dos sujeitos desta pesquisa – mulheres em situação de rua – justifica-se pelo reconhecimento das diferenças entre homens e mulheres, e das desigualdades por elas sofridas, o que, inclusive, gera especificidades na pauta das políticas públicas. Corroborando com esta fala, trazemos as contribuições de Fernandes e Narchi (2013).

A desigualdade de poder entre homens e mulheres é histórica e resulta num forte impacto nas condições de saúde da população feminina. Em razão disso, as questões de gênero devem ser consideradas um dos determinantes da saúde na formulação das políticas públicas, fato que tem promovido a criação de políticas específicas para proteção da saúde da mulher. (FERNANDES; NARCHI, 2013, p.5).

A PNPSR se constituiu por meio de diversas ações promovidas por diferentes agentes sociais, mas ainda são encontrados pontos que necessitam ser trabalhados, como a saúde da mulher em situação de rua.

Destaca-se que o conhecimento do público sobre o assunto e o diálogo entre os principais interessados constitui uma vantagem na efetivação de uma política pública e na realização de ações que atendam às necessidades de todos os agentes sociais. Este trabalho afeta, portanto, diferentes setores sociais, sejam os governantes, as pessoas físicas ou os profissionais. Nesse sentido, este estudo contribui para o trabalho dos profissionais da área de saúde, dentre eles os psicólogos, que têm por finalidade, a busca pela promoção da saúde do indivíduo.

Para atender o que foi proposto, realizaremos uma pequena interlocução entre as políticas de saúde da mulher e a PSR, na busca de relacioná-las. Em um segundo momento, apresentaremos a metodologia utilizada, e, posteriormente, as estratégias de saúde nas ruas, sendo estes os resultados do estudo aqui proposto.

1.1 AS POLÍTICAS DE SAÚDE DA MULHER EM INTERFACE COM AS POLÍTICAS PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Dizer que há diferença não é suficiente para se efetivar mudanças, porém, trabalhar na visibilidade destas diferenças pode ser a alternativa para seu entendimento. Sendo assim, ao longo dos anos, por meio de movimentos populares e até mesmo de protestos isolados, o público à margem da sociedade, com direitos restritos, foi ganhando notoriedade social. A exemplo desse público destacam-se as mulheres, as pessoas em situação de rua e, em última instância, as mulheres em situação de rua.

Inicialmente, destacamos o percurso das políticas voltadas para as mulheres, segundo um trecho da Política Nacional de Atenção Integral a Saúde da Mulher.

No Brasil, a saúde da mulher foi incorporada às políticas nacionais de saúde nas primeiras décadas do século XX, sendo limitada, nesse período, às demandas relativas à gravidez e ao parto. Os programas materno-infantis, elaborados nas décadas de 30, 50 e 70, traduziam uma visão restrita sobre a mulher, baseada em sua especificidade biológica e no papel social de mãe e doméstica, responsável pela criação, pela educação e pelo cuidado com a saúde dos filhos e demais familiares. (BRASIL, 2004, p.15).

Ao longo do tempo, essas políticas foram ampliadas, buscando atingir a integralidade. Carvalho (2006) menciona a integralidade como contendo duas dimensões: uma que abrange todos os seres humanos e outra que se refere às particularidades. Corroborando com esta visão, Souto (2008) diz que uma política integral de saúde deve considerar a totalidade do ser humano, assim como a existência de saberes e práticas relacionadas à produção de ações de saúde.

Aos poucos, as políticas de saúde destinadas à mulher foram modificadas. Em 1983, houve a criação do Programa de Assistência Integral a Saúde da Mulher (PAISM), que representou uma evolução, rompendo com a visão materno-infantil. O PAISM foi criado antes da elaboração do SUS, que representou um avanço no que se refere ao acesso de mulheres e de outros públicos às políticas de saúde, sendo um sistema de acesso a todos. Sendo assim, aos poucos se ampliou o acesso e as medidas de saúde.

Apesar dos avanços, as propostas de saúde da mulher não deixaram de ser uma demanda presente na agenda nacional, havendo ainda uma preocupação em adequá-las às diferentes realidades. Para tanto, Souto (2008) destaca que a criação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, em 2004, teve como propósito orientar os gestores da saúde na identificação das necessidades das mulheres, levando em conta a realidade em que vivem e os determinantes sociais e culturais de homens e mulheres.

Assim como as políticas para as mulheres foram gradualmente sendo aperfeiçoadas, políticas voltadas às pessoas em situação de rua foram criadas, a partir dos movimentos sociais e do interesse do Ministério Público em promover políticas de atenção a esta

população. Em 2009, temos como uma vitória dos movimentos em favor das pessoas em situação de rua o Decreto 7.053/09, que instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento (BRASIL, 2012). A medida ampliou o olhar para este público, assim como para as políticas de saúde, dando acesso a um plano mais adequado à sua realidade.

Contudo, mesmo que tenha havido a criação destas políticas, ainda existem diferentes questões que precisam ser trabalhadas. Em destaque, pensamos nas políticas de atenção à saúde da mulher em situação de rua, que embora estejam incluídas tanto nas políticas de atenção à mulher quanto nas políticas para as pessoas em situação de rua, necessitam de um olhar diferenciado, visto que o público em questão goza de particularidades que influenciam tanto no acesso quanto nas formas de adoecimento e saúde.

2 METODOLOGIA

Esta pesquisa é de cunho qualitativo-exploratório. Qualitativo porque, segundo Minayo (2004), parte do pressuposto de que existe uma dinâmica relação entre o mundo real e o sujeito, entre o sujeito e o objeto e entre a realidade e o mundo subjetivo do sujeito. O método qualitativo possibilita perceber a realidade como algo em construção, permitindo a ampliação e contextualização dos fenômenos, principalmente tendo em vista o público em questão, mulheres em situação de rua.

Sendo assim, o método escolhido atende à realidade pesquisada, e mais do que isso, ao recorte no qual se propõe: estudar as estratégias de saúde das mulheres em situação de rua. Ampliando sua fala, Minayo (2004) menciona que as noções de saúde e doença são construídas no meio social, sendo necessário examiná-las a partir dos conhecimentos econômicos, políticos e culturais nos quais se está inserido. Essas contribuições revelam e justificam a relevância do método para esta pesquisa.

Em relação ao percurso da pesquisa, sua concretização contou com o financiamento do Probic - PUC Minas/Fapemig, tendo sido inscrito sob o nº 2014/8636- 1S. Sendo assim, no início de 2014, demos início ao processo de atualização bibliográfica e pesquisa de campo.

Para verificação das bibliografias foram realizadas buscas em um período de tempo restrito, de 1998 a 2013. Obedecendo à apresentação do primeiro e último censo sobre as PSR de Belo Horizonte. As bases de dados de referência foram: Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS)³⁶, ScientificElectronic Library Online (SCIELO BRASIL)³⁷ e Google Acadêmico³⁸. Para a realização da pesquisa foram utilizadas diferentes palavras-chave, como políticas públicas de saúde; saúde da mulher; sem-teto;

36 Disponível em: <http://lilacs.bvsalud.org/>

37 Disponível em: <http://www.scielo.br/?lng=pt>

38 Disponível em: <https://scholar.google.com.br/>

situação de rua; pedinte e morador de rua.

Em seguida, realizamos o mapeamento das instituições que acolhem as PSR de Belo Horizonte, obedecendo a um recorte de gênero devido à especificidade da pesquisa. Foram selecionadas três instituições com metodologias e objetivos diferentes. Destaca-se que a escolha das instituições obedeceu aos critérios da pesquisa: acolher mulheres adultas e com vivência de rua. Os equipamentos selecionados foram aqui identificados como X, Y e Z. Escolhemos manter o anonimato para não as expor.

De acordo com os objetivos da pesquisa, as mulheres entrevistadas deveriam atender os seguintes critérios: ter trajetória de rua e aceitar assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Essas mulheres podiam ou não estar em acolhimento institucional na capital. No total, realizamos 7 (sete) entrevistas.

Também participaram da pesquisa profissionais envolvidos com intervenções junto à população em situação de rua e, de certa forma, com atendimentos à saúde das mulheres nesta situação. Foi entrevistada uma técnica de cada equipamento, além de uma enfermeira de um hospital da cidade, que intitulamos de Lívia³⁹. Todas as entrevistadas foram do sexo feminino, com idade entre 27 a 69 anos, variando quanto à escolaridade e quanto onde se encontravam. Salienta-se que as entrevistas com os profissionais não tiveram o sexo feminino como critério, mas houve tal coincidência no campo.

3 ESTRATÉGIAS PARA LIDAR COM A SAÚDE NA RUA

Foi possível observar diante das falas e dos estudos que nos referenciamos a variabilidade de sentido que uma palavra pode ter, sendo influenciada pelo contexto em que está inserida, assim como pelos processos sócio-históricos. Diante disso, não é possível negar que as falas produzidas por meio das entrevistas deixam pistas sobre as formas de lidar com a vida de determinados grupos. Não sendo diferente dessa colocação a percepção sobre saúde e doença, bem como sobre as estratégias de lidar com elas na rua, reflete o que aqui mencionamos sobre as variabilidades de sentido de um termo.

Pensando sobre as entrevistas realizadas, destacamos a fala de Minayo (2004), que comunga com a percepção acima.

O que torna a entrevista instrumento privilegiado de coleta de informações para as ciências sociais é a possibilidade de a fala ser reveladora de condições estruturais, de sistemas de valores, normas e símbolos (sendo ela mesmo um deles) e ao mesmo tempo ter a magia de transmitir, através de um porta-voz, as representações de grupos determinados, em condições históricas, socioeconômicas e culturais específicas. (MINAYO, 2004, p.109).

39 Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada com enfermeira Lívia (nome fictício) em 07/10/2014.

Antes de refletir sobre estratégias para lidar com a saúde, precisamos saber o que é saúde para determinada população, e qual conceito está sendo usado como referência. Tal conhecimento se faz importante para entendermos a maneira como as pessoas em seu dia a dia lidam com saúde/doença. Isso reforça o fato de termos que nos implicar sobre nossas influências no campo de pesquisa e apontar também de onde estamos partindo para fazer a análise.

Levando-se em conta o que até aqui foi exposto, retomemos o conceito de saúde que embasa este trabalho, que é a habilidade de superar as incapacidades, utilizando o meio em que se vive e tendo aptidão para responder de forma positiva às variações do ambiente (CANGUILHEM apud ROSA; CAVICCHIOLI; BRÊTAS, 2005). Nessa definição, perpassamos os diversos conceitos e salientamos que saúde é mais que a ausência de doença, ela está inserida em um campo mais amplo, configurando-se nas relações. Embora não haja unanimidade quanto a este conceito, acreditamos que neste estudo é o que mais se aproxima da realidade pesquisada, e é ele quem embasa a nossa visão.

A saúde vista como uma forma de adaptação às variações do ambiente, de certa forma desloca a visão que se tem das PSR, pautada na hipótese de serem por natureza doente, pelas suas condições. Esta visão por parte da população em geral nos leva a refletir sobre um ideal burguês de saúde, na qual a prevenção e o estar limpo se estabelecem como a expressão última de ser saudável. Nas falas dos profissionais, este elemento preventivo sobressai: “Elas não têm o hábito de se cuidar” (Elca, técnica de Z)⁴⁰. O senso comum baseia-se nas dicotomias da medicina: saúde/doença, normal/patológico e prevenção/tratamento.

A concepção do que é saúde das PSR se aproxima de um ideal de normalidade funcional, baseado no fato de que a vivência só se torna patológica a partir do momento em que se instala a disfunção, que passa a ser um fator que impede a ação destas no seu cotidiano. Esta visão é perpassada no contexto das pessoas em situação de rua.

Os dados coletados no processo desta pesquisa revelam que a saúde para as mulheres em situação de rua está ligada a fatores limitantes, confirmando pesquisas de diferentes regiões, feitas por diferentes autores (ROSA, CAVICCHIOLI e BRÊTAS, 2005; ARISTIDES e LIMA, 2009; AGUIAR e IRIART, 2012). Essa noção revela-se, em sentido último, como uma característica comum a essa população e não apenas a esse gênero. A busca por atendimento passa por uma triagem subjetiva, na qual “o indivíduo pode conviver com algumas doenças sem se preocupar e sem procurar atendimento médico, enquanto outras doenças o levam a procurar por atendimento pela incapacitação que causam.” (ARISTIDES; LIMA, 2009, p.49). Essa visão é presente nas falas das entrevistadas, quando perguntado sobre o acesso aos atendimentos médicos. Uma técnica expõe:

[...] alguns deixa um momento bem crítico quando já esta morrendo de dor, quando já esta com hemorragia, tem gente que realmente a gente entende né, dependendo do movimento com a droga essas coisas vai dei-

40 Dados das entrevistas. Pesquisa de campo realizada no equipamento Zem 14/07/2014, com a técnica Elca (Nome Fictício).

xando né, ou a bebida também, então acaba bebendo pra amenizar a dor então negligencia mesmo. (Mayra, técnica do equipamento Y)⁴¹.

Não só a busca por atendimento, mas os tratamentos também passam por uma triagem desta população. Esse procedimento conduz os profissionais a questionarem a adesão das PSR aos tratamentos. Foi comum escutar durante a pesquisa a afinidade entre uso de drogas e a aderência. Essa relação da droga com a adesão é mencionada por todas as técnicas entrevistadas e também pela enfermeira, que diz: “[...] ela não vai querer esperar o tempo pra poder tratar se a pessoa tá lá na abstinência ela não da conta, ela quer ir embora porque ela não aguenta ficar sem a droga [...]” (Lívia, enfermeira).

Mas essa situação carrega outros significantes, que pouco tem atenção. Como realizar um tratamento na rua, onde os pertences são roubados e não há um auxílio? Há uma lacuna a ser preenchida, pois há uma ausência de serviços que trabalham no acompanhamento das PSR atendidas nas unidades de saúde, impossibilitando em alguns casos a continuidade do tratamento.

Outro dado é a articulação que se faz presente entre cuidado e saúde.

Elas, só quando tá sentido dor, existe a falta do valor próprio mesmo, elas vão aguentar muitas coisas, mesmo. Aí quando chega aqui, fala oh meu dente tá doendo eu quero ir no posto de saúde, é..., sempre tem, é..., elas num tem o hábito de se cuidar. De jeito nenhum, aaa, não faz pré-natal se tá grávida, num cuida de nada, absolutamente de nada, elas só chegam até a gente quando tá sentindo alguma dor. Porque cuidado mesmo elas não têm. (Elca, técnica de X).

O cuidado aparece como um agente de prevenção, e mais do que isso, está ligado à uma lógica de limpeza, como se essa dimensão não pudesse estar presente nas formas de vida desta população, expressa nas suas estratégias de sobrevivência. Inclusive, alguns estudos apontam para o fato da sujeira ser um fator de proteção contra as violências, sendo as estratégias de cuidado das PSR negligenciadas.

No que concerne à doença, corrobora-se com as atribuições nas quais é natural admitir.

A doença quando ocorre a ruptura do bem-estar biológico, psicológico e social tal como proposto pela OMS. No entanto aqui a doença é desequilíbrio do indivíduo, consigo mesmo, com os outros e/ou com o meio, indo além de alterações morfofuncionais. Esse conceito corresponde a experiências singulares e objetivas, difíceis de serem expressas por meio de palavra. A saúde é silenciosa, por sua vez a doença produz ruídos, nem sempre audíveis aos profissionais. (ROSA; CAVICCHIOLI; BRÊTAS, 2005, p.580).

41 Dados das entrevistas. Pesquisa de campo realizada no equipamento Yem 26/01/2015 com a técnica Mayra (Nome Fictício).

Mais que um desequilíbrio e um acometimento orgânico, a doença é uma vivência subjetiva que denuncia sua manifestação. Canguilhem (2002) propõe uma discussão que se faz relevante, no que diz respeito à associação da doença com a anomalia, a um contraponto com o normal, que é associado à lógica de saúde. O que concluimos é que a doença, longe de ser algo restrito ao corpo, está ligada à uma limitação de vivenciar os espaços e adaptá-los.

Neste cenário, faz emergir uma questão: quais são os principais problemas de saúde das mulheres em situação de rua? Os dados apresentados no 3º Censo sobre as PSR de Belo Horizonte constataram que as doenças mais mencionadas pelos recenseados foram: hipertensão (16%); doenças de pele (14%); DSTs (5,7%); hepatites (4,7%), diabetes (4,6%) e tuberculose (10,4%). Não são dados específicos do público feminino, mas de todas PSR. Quanto ao recorte de gênero, nos estudos de Tiradentes e Fernandes (2008), os problemas de saúde mais referidos pelas mulheres foram respectivamente: anemia (35%); hipertensão (25%); tuberculose (10%) e HIV (7,5%). Há uma fala que reflete estes dados: “[hum...] Bom, eu tenho problema de circulação, inclusive nessa época de... de, de calor, eu fico toda inchada, né.” (Lays, moradora de Y).

Quanto à saúde mental, há um recorte que revela que as mulheres sofrem mais com transtornos mentais, sendo o percentual de 36,1%, ao contrário dos homens, com 20,5%. Dentre as sete mulheres em situação de rua pesquisadas, quatro delas fazem ou já fizeram tratamento no Cersam ou em outros equipamentos de saúde mental.

Esses problemas podem ser o motivo que levaram essas mulheres a estarem na situação de rua, como também pode ser a rua “a fábrica da loucura”.

Por psiquiatra eu fui atendida também, porque eu fazia tratamento. Eu fiquei na rua, mas eu ficava mais me tratando com psiquiatra por causa da cabeça né? A gente fica meia doida quando a gente fica na rua! Vê muita coisa ruim. Muita bebida, muita droga. Muita coisa, põe sua cabeça perturbada. Você fica oh! Hoje em dia eu sou uma pessoa graças a Deus normal. Sento, converso. Mas antigamente, não. Você conversando comigo eu já tava pra lá de Bagdá. (Rachel, moradora de Y).⁴²

O relato apresenta um dado importante, que é o uso de substâncias psicoativas nesse contexto. Nos estudos de Aristides e Lima (2009), é mencionado que o uso de álcool e outras drogas foi recorrente em sua pesquisa, mas não é afirmado que esses têm origem na rua por falta de subsídios para tal informação. A realidade apresentada se repete no atual estudo.

Os resultados que obtivemos se aproximam dos dados apresentados em outros estudos sobre o processo saúde-doença para PSR. Percebe-se que apesar das condições em que estão expostas, a maior parte das entrevistadas faz uma avaliação positiva sobre as condições de saúde. Esse dado também é informado pelos estudos de Aguiar e Iriart

42 Dados das entrevistas. Pesquisa de campo realizada no equipamento Yem 26/01/2015 com a moradora Rachel (Nome Fictício).

(2012), revelando que essa perspectiva é também presente nas PSR de Salvador.

Embora tenhamos analisado um desconhecimento por parte das PSR sobre o funcionamento da rede de saúde, as entrevistadas revelam que têm conhecimento sobre diferentes meios de se ter acesso, no sentido de disponibilidade para a saúde, não limitando à ida aos hospitais e postos de saúde.

Oh porque, tem o Carlos Chagas que eles atende morador de rua, mas tem a fraternidade irmão Glacus, que lá tem médicos, eles dão remédio também. E tem uma outra fraternidade no Santa Tereza que ah, esse ano que eu comecei a frequentar, também tem um médico e se precisar de remédio eles dão pra gente. (Lays, moradora de Y).

No atendimento oferecido às pessoas em situação de rua, dois vieses se apresentam: a demora e o preconceito, sendo elas fortes barreiras de acesso. Ao perguntar como os serviços de saúde deveriam melhorar para atender este público, tivemos como respostas duas questões. A demora faz com que essas pessoas desistam dos atendimentos e acessem as farmácias ou outros equipamentos para solicitar auxílio. Mesmo que alguns mencionem que a demora é para toda população, temos que pensar: “Como consomem grande parte do dia na luta pelo alimento eles comumente não querem esperar pela consulta ou outra atividade. Fora esta pressa, na maioria das vezes os moradores de rua se comportam muito bem na unidade básica.” (PASTORAL DE RUA DE BELO HORIZONTE, 20-, p.11).

O preconceito em alguns contextos é algo negligenciado pelos profissionais, que muitas vezes não o percebem. Porém, as PSR sentem e muitas vezes se defendem, evitando o uso dos equipamentos.

Existe um preconceito muito grande nos atendimentos com a população em situação de rua, tem alguns lugares que negam atendimento, igual eu falei do SAMU, como por exemplo né, tem uma pessoa passando mal em situação de rua eles não vão, então a gente tem muito que lutar, é... é [...]. (Mayra, técnica de Y).

Recapitulando o conceito de acesso e as contribuições até aqui expostas, podemos pensar uma rede de ações, que como menciona Sanchez e Ciconelli (2012), tem ligação com o cenário político nacional e internacional. As quatro dimensões (disponibilidade, capacidade de pagamento, informação e aceitabilidade) propostas pelos autores no contexto pesquisado, revelam-se de forma instigante.

A disponibilidade, segundo Sanchez e Ciconelli (2012), abrange a existência ou não do equipamento no local apropriado e no momento necessário, englobando, dentre outras coisas, a relação geográfica, qualidade e quantidade dos serviços de saúde e a abrangência. Existem os serviços disponíveis para as PSR, porém, as formas como eles se apresentam no dia a dia se chocam com os vieses desta dimensão. Podemos ver indicadores dessas disponibilidades nas falas das entrevistadas, não limitando aos estabelecimentos socialmente reconhecidos como produtores de saúde, mas aos equipamentos que traba-

lham na articulação entre saúde e rua de outras formas, como os abrigos e fraternidades.

Outro ponto é o poder de pagamento, não limitando apenas à prestação do serviço, mas todas as dimensões diretas ou indiretas que acarretam em custos para quem busca o serviço. Como, por exemplo, acesso aos medicamentos e valores gastos na deslocação. Esse ponto não foi claramente explícito nas entrevistas, mas sabemos pelo Censo de 2013 que apenas 7,9% trabalham com carteira assinada, e outras possuem trabalhos informais, não tendo uma renda fixa. Sendo assim, como ter acesso ao medicamento? Como acessar os serviços sem gastos? Aqui surge outra questão referente à informação. Os moradores conhecem as informações dos serviços?

Sabe-se que “estar bem informado é resultado do processo de comunicação entre o sistema de saúde e o indivíduo” (SANCHEZ; CICONELLI, 2012, p.263). Embora as instituições mencionem que há uma divulgação das informações, pouco se sabe sobre as interlocuções. Mesmo que nossa hipótese considera que a maior parte das PSR não obtém informações sobre a saúde, alguns moradores fazem diferença quanto à procura, e afirmam que há informações: “Éh! Porque, eu pelo menos leio jornal muito né, todo dia eu leio jornal então fico sabendo. E às vezes você fala e às vezes as pessoas não tem interesse de ir.” (Lays, moradora de Y).

Um ponto relevante na fala desta moradora é o interesse do público, nesta ocasião entra a dimensão da aceitabilidade, que compreende:

A dimensão menos tangível do acesso e, portanto, a mais difícil de ser qualificada e detectada. A relação entre as atitudes dos profissionais de saúde e dos indivíduos, influenciadas por idade, sexo, etnia, idioma, crenças culturais, condições socioeconômicas, entre outros, define a aceitabilidade. A interação entre as expectativas dos profissionais de saúde e as expectativas dos pacientes também influencia a aceitabilidade dos serviços de saúde [...]. (SANCHEZ; CICONELLI, 2012, p.263).

As dimensões do acesso aqui apresentadas, demonstram como a realidade deste atendimento deve ser pensada de uma forma que considere todos os atravessamentos que conduzem a utilização dos serviços. O intuito deve ser de atender os princípios do SUS, que são universalidade, equidade e integralidade.

Podemos pensar o quanto a saúde é algo amplo, abrangendo não apenas as relações entre os equipamentos, mas as estratégias de manutenção da saúde. Quanto aos profissionais, o que percebemos é um despreparo para atender esse público. Ter saúde é se adaptar às intempéries, é saber ponderar as diferentes formas de expressão, seja por meio de coisas concretas ou não, assim como as ações devem ser pensadas a partir da construção do que é saúde para determinada população, sendo contextualizada.

4 CONCLUSÃO

Ao final desta, foi possível considerar de maneira geral que este campo, embora muito importante, é alvo de estudos isolados e pouco divulgados. Entender as diferentes formas de existir no mundo é de longe um desafio necessário para diminuir as desigualdades. Ademais, os movimentos que têm sido realizados pela sociedade ainda são mínimos para deixarmos este assunto de lado, devendo ele estar presente nas pautas de reuniões e nas grades curriculares dos cursos, não se limitando à área da saúde, mas a todas. Entender e aceitar as diferenças deve ser preocupação social, pois trabalhamos com e para o ser humano.

É possível perceber neste estudo como as políticas estão sendo formuladas gradualmente, e as práticas envolvendo PSR são sem dúvida anteriores aos decretos e leis sancionadas, sejam no âmbito municipal, estadual ou federal. Nesse sentido, vemos os grandes atravessamentos institucionais nas práticas realizadas, algumas de tendências manipulativas, outras de interesse inovador, que revelam o sujeito como agente de mudança de sua própria vida.

O objetivo do presente artigo, que foi de falar sobre as estratégias de saúde das mulheres em situação de rua, foi atingido, porém está longe de se esgotar o assunto. Percebe-se na análise dos dados que, embora as redes de serviço ofereçam os serviços, o modo como escolhem o momento de acessar esses serviços de saúde diferencia esta população, entre outros motivos, pela concepção de saúde ligada a comprometimentos médios e severos.

Os dados revelam que, ainda que haja um conhecimento sobre os equipamentos de saúde oferecidos, as PSR se veem resistentes a procurar por exames preventivos. Inferese que o motivo pode estar associado ao conceito de saúde e doença desta população, que está articulado à capacidade de resistir ao cotidiano e ao estado de debilidade. Esta conclusão corrobora com os estudos realizados por Aguiar e Iriart (2012), que revelam aproximações entre a perspectiva das PSR de Salvador e as da capital mineira. Esse dado é encontrado também de certa forma nos resultados do Censo de 2013, que revelam que os locais de tratamento em caso de doença mais acessados pelas mulheres são hospitais, Unidades de Pronto Atendimento e prontos-socorros, totalizando 46,6%. Outro dado relevante é que 1,2% não procura nenhum tipo de instituição de saúde para se tratar.

A pesquisa em relação ao acesso também nos mostra que este conceito, proposto por Sanchez e Ciconelli (2012), é apropriado no entendimento das PSR, já que, ao englobar as quatro dimensões (disponibilidade, aceitabilidade, capacidade de pagamento e informação), amplia o olhar sobre o tipo de acesso a que esses moradores têm direito. Entender como essas dimensões se entrecruzam não é um trabalho fácil, e que demanda mais análises e mais pesquisas.

Ter o acesso à saúde é muito mais do que entrar em um equipamento, é todo conhecimento para que isto ocorra: a informação, contexto e meios de acesso. Aprendemos com este estudo que o acesso, além de não estar vinculado apenas ao equipamento, refere-se

a tudo que faz com que se chegue nele. Mais do que isso, com esta perspectiva, emergem as questões que interpassam a possibilidade de acesso: o preconceito, a forma de oferta, a lógica burguesa, etc.

A presente pesquisa não teve o intuito de esgotar o assunto, mas possibilitar que novos conhecimentos surgissem a partir de suas conclusões. Contudo, as limitações desta pesquisa, quanto ao reduzido número de entrevistados e as morosas interlocuções burocráticas, fizeram emergir a necessidade de mais trabalhos sobre a temática, visto a complexidade dos contextos de vida desta população específica, o que torna o seu conhecimento elemento necessário para se buscar a igualdade.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Maria M.; IRIART, Jorge A. B. Significados e práticas de saúde e doença entre a população em situação de rua em Salvador, Bahia, Brasil. *Cad. Saúde Pública* [online]. Rio de Janeiro, v.28, n.1, p. 115-124, jan. 2012. ISSN 0102-311X. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v28n1/12.pdf>>. Acesso em: abr.2014.

ARISTIDES, Jackeline L.,LIMA, Josiane V.C.de Processo de saúde-doença da população de rua da cidade de Londrina: aspectos do viver e adoecer. *Rev. Espaço para Saúde, Londrina*, v.10,n.2,p.43-52, jun.2009.

BELO HORIZONTE, Terceiro Censo de População em Situação de Rua do Município de Belo Horizonte. Belo Horizonte: CRR, 2013.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado, 1988.168 p.

BRASIL. Governo Federal. Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, maio. 2008. Disponível em: <<http://projeturua.gem-po.com.br/wp-content/uploads/2013/06/Pol%C3%ADtica-nacional-para-inclus%C3%A3o-social-da-popula%C3%A7%C3%A3o-em-situa%C3%A7%C3%A3o-de-rua.pdf>>. Acesso em: 09 set. 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. 8º Conferência Nacional de Saúde. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 1986. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/biblioteca/relatorios/relatorio_8.pdf>. Acesso em: 09 set. 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher Princípios e Diretrizes. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/ultimas_noticias/2007/politica_mulher.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e de Combate à Fome. Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e de Combate à Fome Saúde, abr. 2008. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/backup/arquivos/sumario_executivo_pop_rua.pdf>. Acesso em: 09 set. 2013.

CANGUILHEM, George. O normal e o patológico.5.ed. rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CARVALHO, G. Os governos trincam e trancam o conceito da integralidade. *Radis: Comunicação em Saúde*, n.49, p.16, set. 2006.

FERNANDES, Rosa A. O., NARCHI, Nádia Z. (Org.) *Enfermagem e saúde da mulher*. 2. ed. São Paulo: Manole, 2013.

MINAYO, Maria C. S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 8. Ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

PASTORAL DE RUA DE BELO HORIZONTE. *Linha guia população em situação de rua*. Belo Horizonte.[s.n][20-] 62p.

ROSA, Anderson S.; CAVICCHIOLI, Maria G. S.; BRÊTAS, Ana C. P. O processo saúde-doença-cuidado e a população em situação de rua. *Rev. Latino-am Enfermagem*, 13(4): 576-582, jul/ago. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rlae/v13n4/v13n4a17>>. Acesso em: 23 abr. 2014.

ROSA, Anderson S.; SECCO, Maria G. ; BRÊTAS, Ana C. P. O cuidado em situação de rua: reavendo o significado do processo de saúde-doença. *Rev. bras. Enferm. Brasília*, v.59, n.3, p.331-336, Mai./Jun. 2006.

SANCHEZ, R.M.; CICONELLI, R.M. Conceitos de acesso a saúde. *Rev. Panam Salud Publica*. v 31,n.3,2012. Disponível em: < <http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IsisScript=iah/iah.xis&src=google&base=LILACS&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=620127&indexSearch=ID>>. Acesso em: 06 de dez. 2014.

SOUTO, Kátia Maria Barreto. A Política de Atenção Integral à Saúde da Mulher: uma análise de integralidade e gênero. *SER Social*. Brasília, v.10, n.22, p.161-182, jan/jun 2008

TIRADENTES, Luciana Rossani; FERNANDES, RosaA.O. Diagnósticos de enfermagem identificados em mulheres em situação de rua. *Online Braz. J. nurs.* v.7,n.1, abr.2008. Disponível em: <<http://www.objnursing.uff.br//index.php/nursing/article/view/j.1676-4285.2008.1356/290>>. Acesso em: 10 de jul. 2014.

DESIGUALDADE SOCIOECONÔMICA E EDUCAÇÃO: perspectivas e expectativas de jovens belorizontinos moradores de favelas.

Leandro Paulino Silva⁴³
Rubens Ferreira do Nascimento²

RESUMO

Este trabalho analisou a relação entre a desigualdade socioeconômica e as perspectivas e expectativas educacionais de jovens belorizontinos moradores de favela. Para o alcance do objetivo foram desenvolvidos estudos sob o enfoque psicossocial crítico, cujo referencial teórico contemplou a construção da identidade, juventude, educação, política e cidadania, direitos humanos e o surgimento de favelas belorizontinas. No contexto do trabalho de campo foram realizadas dez entrevistas semiestruturadas e houve a aplicação de um questionário socioeconômico adaptado. Além desses dois instrumentos utilizados foi possível fazer observações dos jovens no universo da pesquisa: a Vila Biquinhas, situada na região norte de Belo Horizonte. Ao se fazer a análise de conteúdo sobre os dados coletados, verificou-se que em um contexto estrutural de desigualdade socioeconômica, onde ocorre a violação de direitos sociais básicos como o direito à habitação, à segurança pública, entre outros, são poucas as expectativas educacionais porque são também reduzidas as perspectivas visualizadas pelos jovens de avanço nos estudos e de acesso ao ensino superior.

Palavras-chave: Desigualdade socioeconômica. Juventude moradora de favelas. Educação.

43 Graduando em Psicologia pela PUC Minas – São Gabriel. Endereço: Rua Walter Ianni, 255, São Gabriel, Belo Horizonte – MG. leandro.psilva2009@hotmail.com

Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K8766727E3>

2 Mestre em Psicologia pela UFMG e Professor Adjunto IV da PUC Minas. rubensfn@uol.com.br

Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4763155D9>

Pesquisa realizada de março de 2014 a fevereiro de 2015, referente ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Probic) – Projeto número: “Probic/8799-2014” da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig).

SUMMARY

This study examined the relationship between socioeconomic inequality and prospects and educational expectations of young belorizontinos slum dwellers. To reach the goal, studies were developed under the critical psychosocial approach, whose theoretical framework included the construction of identity, youth, education, politics and citizenship, human rights and the emergence of belorizontinas slums. In the context of field work were conducted ten semi-structured interviews and was the application of a suitable socioeconomic questionnaire. Besides these two instruments used was possible to make observations of young people in the survey universe: Biquinhas Village, located in the northern region of Belo Horizonte. When making the content analysis of the data collected, it was found that in a structural context of socioeconomic inequality, which is a violation of basic social rights such as the right to housing, public safety, among others, there are few educational expectations they are also reduced the prospects seen by advancing young people in education and access to higher education.

Keywords: socioeconomic inequality. Youth who lives in slums. Education.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo é o resultado de uma pesquisa de iniciação científica aprovada e financiada pela PUC Minas e pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - Fapemig. O trabalho pretendeu investigar a relação entre a desigualdade socioeconômica e as perspectivas (percepções e impressões) e expectativas de jovens belorizontinos moradores de favelas em relação a sua formação escolar.

A motivação para a pesquisa teve origem na reflexão do pesquisador sobre a realidade próxima a ele, o universo cotidiano de jovens da Vila Biquinhas, uma favela localizada na região Norte de Belo Horizonte, onde o proponente vive, e que, ao iniciar a graduação em psicologia em uma universidade privada, observou o abismo entre o contexto de favela e o ambiente acadêmico, desde sua infraestrutura até o acesso aos conhecimentos científicos e filosóficos socialmente valorizados.

A pesquisa foi organizada teoricamente com a apresentação da história dos Direitos Humanos, a relação com as práticas em psicologia, os fatores que culminaram no surgimento de favelas belorizontinas e a configuração da educação básica regular. Realizou-se também uma discussão sobre a construção da identidade em uma perspectiva sócio histórica destacando traços característicos de jovens pobres. O trabalho teve desfecho com a apresentação da metodologia, desenvolvimento da análise das informações, seguida das considerações finais.

2 PSICOLOGIA, ÉTICA E DIREITOS HUMANOS

Segundo Chauí (2000) todas as sociedades, por mais diferentes que sejam, possuem características parecidas e em todas elas há um senso e consciência moral que dão conotações aos valores, intenções, sentimentos e as ações como boas ou ruins, características estas indispensáveis para possibilitar as relações interpessoais. Essa autora aponta que historicamente a ética tem a função de garantir a integridade física e psíquica das pessoas, logo a conservação do grupo social, se contrapondo à violência. A partir de tal concepção defende-se um profissional que admita sua parcialidade frente ao objeto de estudo e que, fundamentalmente, considere o contexto social. Segundo Coimbra (2000) tal postura é advinda da Análise Institucional Francesa que nos traz a figura do “intelectual implicado”. Ao se articular a psicologia, a ética, a cidadania e os Direitos Humanos, entende-se que nossas práticas cotidianas produzem efeitos “poderosíssimos” no mundo.

Sobre os Direitos Humanos, para a definição de seu conceito utilizaram-se os estudos de Guerra (2012). Ele afirma que os Direitos Humanos formam um conjunto de faculdades e instituições que em cada momento histórico buscam concretizar exigências da dignidade, da liberdade, da igualdade, as quais são conhecidas nacional e internacionalmente por ordenamentos jurídicos. Eles possuem caráter descritivo, reconhecidos nas declarações, e são também de caráter prescritivo, buscando positivar (tornar concretas) as exigências das necessidades humanas. Nesse mesmo horizonte conceitua-se também a cidadania que, segundo Fernandes (2007), condiz aos direitos que as pessoas de uma sociedade civil possuem. Ela é composta por três dimensões: (1) os direitos civis que são individuais e coletivos e regulam as relações entre os cidadãos, são pertinentes à esfera da liberdade individual, tais como o direito de ir e vir e de expressar-se; (2) os direitos políticos que têm como princípio a possibilidade de escolha de seus representantes políticos e também o de se eleger, ou seja, o voto é a expressão de maior importância dessa esfera; (3) os direitos sociais, que são aqueles que o Estado deve oferecer a todos os cidadãos sem exceções: saúde, educação, moradia, alimentação, emprego, segurança, lazer, entre outros. Trazer esse assunto nesse trabalho é para afirmar antecipadamente que os sujeitos pesquisados possuem, no mínimo, o direito de habitação digna negado.

2.2 BELO HORIZONTE E A CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE SUAS FAVELAS: VILA BIQUINHAS

Na construção da cidade de Belo Horizonte, a capital mineira, observa-se um exemplo explícito de política excludente. Guimarães (2008) aponta que a cidade foi projetada com limites geográficos, econômicos e sociais bem específicos. A avenida do Contorno

funcionava como uma barreira visível e invisível entre a elite da cidade que residia e mantinha seus negócios em seu interior e cerca de seis mil trabalhadores que foram trazidos de áreas rurais e suburbanas, se alojando de maneira precária em torno desse centro. Como consequência, houve o surgimento das primeiras favelas. A cidade foi inaugurada em 12 de dezembro de 1897, mas dois anos antes (1895) já existiam áreas invadidas por aproximadamente três mil pessoas. Guimarães (2008) mostra outro fenômeno importante na história das favelas belorizontinas. Devido à implantação do polo industrial em Belo Horizonte e na cidade de Contagem houve um aumento exacerbado da população, o que levou ao surgimento de novas favelas em diferentes pontos da cidade.

Esse fenômeno inclui o universo da pesquisa, a Vila Biquinhas, situada na região Norte de Belo Horizonte entre os bairros Floramar, Heliópolis, Júlio Maria, Planalto e a avenida Cristiano Machado. O Plano de Diretrizes de Remoção e Reassentamento da Vila Biquinhas da Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte (URBEL, 2010), mostra que no fim da década de 1970 algumas pessoas se assentaram nas proximidades de uma mina, pois ali era um fácil acesso à água para o consumo, mas que secou com o uso irregular. Era um terreno brejeiro em que famílias e mais famílias foram ocupando de modo desordenado. Os primeiros moradores construíram casas de madeiras e sem eletricidade. Com o passar do tempo, a vila cresceu e os barracos construídos sobre os leitos dos córregos foram se expandindo. Os córregos “Embira” e “Baronesa de Santa Luzia” formam, atualmente, um quilométrico esgoto a céu aberto, onde ocorrem constantemente inundações nos períodos de chuvas fortes.

Área: 69.971m²

População: 1.872 habitantes

Número de domicílios: 777

Quadro 1 – Dados Gerais da Vila Biquinhas

Fonte: Plano de Diretrizes de Remoção e Reassentamento da Vila Biquinhas/URBEL, 2010.

Após a apresentação da vila, é necessário trazer outro subtema que também é central para esse estudo, a educação.

2.3 EDUCAÇÃO/ESCOLARIZAÇÃO E AS MODALIDADES REGULAR E ENSINO NO BRASIL

Segundo Aranha (1996), nas sociedades pouco sofisticadas a educação se encontra difusa em seu próprio funcionamento. Já nas sociedades de organização mais complexa

(como a nossa), a transmissão da herança cultural é realizada por organizações. A partir disso, a concepção de educação será aqui focalizada como escolarização, a qual “é seguramente uma fonte de formação tanto pelo seu regime disciplinar como pelo seu sistema de credenciais”, (ARONOWITZ, 2005, p. 09). Ou seja, refere-se ao conhecimento desenvolvido, reproduzido e valorizado em nossa sociedade em que apenas as organizações formais de ensino têm o poder para fornecer o título de formação. A partir dessa definição aborda-se a educação básica regular.

Araújo (2009) apresenta a atual divisão das modalidades da educação no Brasil, mostrando que a educação infantil, o ensino fundamental e médio compõem a educação básica regular, e que constitucionalmente devem ser oferecidas pelo Estado.

- 1. Educação infantil:** é a primeira etapa educacional. Ela tem como objetivo o desenvolvimento integral do sujeito até os seis anos de idade, e, junto à sua família, deve potencializar o desenvolvimento social, intelectual, físico e psicológico da criança.
- 2. Ensino fundamental:** é o estágio intermediário da educação básica cuja duração mínima é de nove anos, tendo como principal objetivo o desenvolvimento da capacidade de aprendizado, adquirindo assim o domínio da leitura, da escrita e do cálculo, compreensão do contexto natural e social, político, tecnológico, artístico e dos valores em que se fundamenta a sociedade.
- 3. Ensino Médio:** última etapa da educação básica que possui duração mínima de três anos, sua finalidade é o aprimoramento e consolidação dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental. **Enfatiza a preparação para o mercado de trabalho e a cidadania, desde a formação ética do educando à construção de uma consciência política crítica.**

O ensino superior não está incluído na educação básica, contudo é pertinente citá-lo, pois refere-se à continuação lógica daquela e tem por finalidade formar diplomados nos diferentes campos de conhecimento. No modo como a maioria das sociedades está organizada, as pessoas detentoras dos poderes econômicos e políticos também acessam esta modalidade de ensino sendo elas próprias tituladas e/ou se valendo dos saberes de profissionais oficialmente formados no ensino superior.

Essa didática sobre a educação institucional brasileira é apenas ideal. Saes (2008) ressalta que nos últimos 20 anos houve um aumento considerável no número de vagas do ensino público de nível básico. Porém tal ampliação não resultou em mudanças qualitativas para os estudantes da classe de trabalhadores manuais, que têm uma trajetória escolar curta, contrastando com os estudantes das classes média e média alta. Como dito acima, geralmente são as pessoas “remediadas” e “ricas” que conseguem traçar uma trajetória escolar completa e posteriormente a acadêmica (graduação e pós-graduação).

Portanto, sendo o sistema de educação pública amplamente predominante no nível fundamental e no médio, pode-se concluir que o padrão de fun-

cionamento da Escola Pública é responsável pela reprodução, no Brasil, de uma pirâmide educacional que reserva uma trajetória escolar curta à maioria social e uma trajetória escolar longa à minoria social. (SAES, 2008, p. 167)

Ao fazer tal análise, nota-se a exclusão de grande parcela da população. Assim os sujeitos ditos excluídos estão onde o Estado os mantém, ou seja, em uma posição subalterna atendendo os interesses das classes dominantes. E é nesse contexto que os jovens pesquisados constroem, dialeticamente, sua identidade.

2.4 A CONSTRUÇÃO SÓCIO HISTÓRICA DA IDENTIDADE DE JOVENS POBRES E A CONSTRUÇÃO DO SER JOVEM

A identidade é intrínseca à nossa condição, pois somos seres culturais e “a cultura resulta do esforço humano de construir sua existência” (ARANHA, 1996, p. 39). Ciampa (2002) concebe a identidade como uma condição de totalidade acerca da definição das características da pessoa, porém ela é ao mesmo tempo contraditória, múltipla e mutável. Os aspectos sociais a determinam, levando as pessoas a adquirirem características subjetivas e comportamentais parecidas umas com as outras e ainda assim destacando sua singularidade. Nascimento (2000), em seus estudos, mostra que a identidade é política e relacional, refletindo um paradoxo de estabilidade e transformação. Esse movimento se dá por consenso e por conflito sempre negociado nas relações sociais de poder.

Ao tratar da faixa etária entre 12 e 30 anos, é necessário ressaltar que no contexto da psicologia existem duas vertentes distintas de discussão: as teorias da adolescência e as teorias da juventude. Matheus (2002) aponta que o termo adolescência parece ser privilegiado no campo da psicologia voltado para visões biológicas e também psicanalíticas do ser humano. Nessa vertente o sujeito é tomado como um indivíduo que constrói a realidade pela experiência subjetiva, determinada por características físicas e psíquicas individuais. A faixa etária privilegiada é entre 12 e 18 anos, embora haja variações.

Já a segunda vertente tem como bases teóricas enfoques da sociologia, da antropologia e da história. Concebe a faixa etária como juventude, demarcando o seu início aos 15 anos e priorizando uma leitura de âmbito coletivo ao levar em consideração as construções históricas e culturais.

Ao fazer tal distinção, procura-se esclarecer que o presente trabalho baseou-se no conceito de **juventude** sob uma ótica psicossocial crítica. A juventude é vista como uma construção histórica, cultural e relacional que através de diferentes épocas foi adquirindo denotações e delimitações diferentes. Atualmente em nossa sociedade a delimitação da faixa etária que compreende a juventude é divergente entre os autores, mas a Organiza-

ção das Nações Unidas (ONU) a compreende entre os 15 e 24 anos, e essa foi a faixa etária adotada para a seleção dos sujeitos da pesquisa.

Ao acreditar que o desenvolvimento juvenil e a construção da identidade são um processo sócio histórico, é necessário analisar o contexto no qual o sujeito vive e as relações sociais que ali se estabelecem. Nascimento e Sadallah (s d), baseados principalmente em Ozela (2002 e 2003) e Serrão e Baleeiro (1999), apontam que para fazer uma análise de jovens moradores de favela é necessário levar em consideração as desigualdades socioeconômicas do país, pois essa parcela da sociedade enfrenta um deficit estrutural acerca dos direitos sociais, políticos e civis. Eles vivem em situação de privação de bens e serviços e discriminação em relação à etnia, valores morais e por vezes se encontram em situação de risco.

Proximidade de situações e condutas de risco, por exemplo, tráfico de drogas ilícitas
Dificuldade em obter moradia própria
Falta de expectativas na trajetória acadêmica e profissional, embora idealizem alcançar e obter as mesmas condições materiais de jovens de outras classes sociais sabendo mesmo que de maneira abstrata da condição desigual de oportunidades que lhes são oferecidas
Percepção das limitações da escola ao saberem que a escola a que têm acesso não oferece meio para melhorar suas condições de vida, mas ainda assim, consideram-na como a forma de obter conhecimentos, estabelecer relações e criar vínculos, sem a qual enfrentariam maiores dificuldades na sociedade
Preocupação com a inserção no mercado de trabalho, pois os jovens de classe baixa veem o trabalho como uma forma de sobrevivência pessoal e de sua família. Vários deles precisam abandonar a escola para trabalhar e, muitas vezes, manter suas famílias. Desta forma, perpetua-se o círculo vicioso da pobreza e da má distribuição de renda, em que o pobre continuará pobre, sem um nível de formação que lhe permita uma inserção diferenciada e qualitativa no mercado de trabalho

Quadro 2

Características gerais e peculiares dos jovens de camadas populares Fonte:
Quadro elaborado pelo autor, baseado em Nascimento e Sadallah (s d).

Após apresentar algumas das características de jovens de camadas populares (o que inclui aqueles que moram em favelas) é importantíssimo dar relevo a um conceito fundamental que foi utilizado para a análise das perspectivas e expectativas desses sujeitos: o “fatalismo”, desenvolvido pelo psicólogo social Ignacio Martín-Baró e apresentado a partir dos estudos de Pizzinato (2010). Fatalismo é uma atitude de resignação (e renúncia) diante dos acontecimentos baseada na crença de destino, como se a existência humana fosse predeterminada. Assim, naturaliza-se a realidade em que se está condicionado só-

cio historicamente, sem a possibilidade de mudá-la de maneira significativa, por mais negativa que seja.

3 METODOLOGIA

A entrada no campo (Vila Biquinhas) permitiu a aproximação e a realização da proposta da pesquisa aos sujeitos selecionados. Isso viabilizou um melhor conhecimento da realidade estudada, afinal os fenômenos sociais acontecem sempre em determinado tempo e espaço. “Campo de pesquisa é um recorte que o pesquisador faz em termos de espaço.” (MINAYO, 2002, p. 53). A autora acrescenta que tal forma de investigação permite a articulação de conceitos já construídos com os dados que foram coletados no campo de pesquisa, criando, assim, a possibilidade de sistematizar a produção.

3.1 SELEÇÃO DOS SUJEITOS

O pesquisador mora na comunidade, que é campo da investigação, portanto, existe a familiaridade com a região e com os moradores. A opção feita não foi de o pesquisador compor o grupo de “objetos-sujeitos”, pois mesmo apresentando alguma identificação com os pesquisados, que são seus vizinhos, buscou colocar-se como “agente externo”, ou seja, parcialmente distanciado dos jovens sem perder a consciência de que isso não se aplica inteiramente.

Todos os entrevistados tinham idades entre 15 e 24 anos. Ao todo foram dez os jovens selecionados, sendo duas moças e oito rapazes. Importava que houvesse representantes do gênero masculino e feminino, mas sem números predefinidos para cada um dos gêneros. Acerca da etnia, embora não houvesse critério rígido, na prática nenhum jovem branco foi entrevistado. O grupo trabalhado compôs-se de seis jovens pardos e quatro jovens negros, fato esperado, pois a população moradora de favela é formada majoritariamente por tais etnias/tipos raciais.

3.2 TÉCNICAS DE COLETAS DAS INFORMAÇÕES E CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS

O principal instrumento utilizado para a coleta das informações foi uma entrevista semiestruturada, que segundo Minayo (2002), oferece condições para se correlacionar as hipóteses com dados levantados, o que promove a otimização da interpretação através de

questões elaboradas no decorrer da pesquisa. Ressalta-se que o método qualitativo não possibilita a generalização dos resultados, mas possui grande validade interna, sendo possível verificar particularidades e especificidades do grupo. Foi utilizado também um questionário socioeconômico adaptado especificamente para a pesquisa. Nele foram colocadas questões sobre moradia, renda familiar mensal, escolaridade e profissão dos pais, irmãos e irmãs, enriquecendo o processo de coleta dos dados. Chagas (2000) diz que o questionário é um conjunto de questões elaboradas a priori e com pertinência aos dados que se deseja coletar de maneira prática. A partir das informações colhidas tanto nas entrevistas quanto no questionário, são apresentados e caracterizados os sujeitos.

Para a melhor visualização dos dados dos sujeitos e seu contexto social, foi elaborado o quadro abaixo. Para apontar o gênero serão utilizadas duas letras específicas (“M” e “F”), em que “JF” refere-se às moças e “JM” aos rapazes.

Suj.	Id.	Situação na escola pública	Expectativas educacionais	Profissão atual	Condições de moradia	Com quem mora
JM1	17	1º ano do ensino médio interrompido .	Pretende concluir o ensino médio.	Não trabalha.	Casa própria com cinco cômodos localizada em um beco estando aproximadamente a 20 metros de um esgoto.	Mãe e quatro irmãos.
JM2	15	8º ano do ensino fundamental interrompido .	Pretende fazer faculdade de veterinária.	Não trabalha.	Casa própria com quatro cômodos que tem um beco como via de acesso e localizada a 50 metros de um esgoto.	Mãe, duas irmãs e a sobrinha.
JF3	23	Ensino médio completo.	Pretende fazer um curso técnico, mas não sabe qual será.	Pizzaíola.	Casa própria com três cômodos localizada a margem de um esgoto a céu aberto e beco como via de acesso.	Marido.
JM4	18	1º ano do ensino médio em curso.	Não informou.	Marceneiro.	Casa (própria) com cinco cômodos que se localiza a cem metros de um esgoto e que a rua é a via de acesso.	Mãe, pai, um irmão e um sobrinho.
JM5	20	1º ano do ensino médio interrompido .	Pretende concluir o ensino médio e fazer um curso.	Pizzaíolo.	Casa alugada com quatro cômodos que tem como beco sua via de acesso e a margem de um esgoto.	Esposa.
JF6	17	1º ano do ensino médio interrompido .	Pretende voltar a estudar e cursar faculdade de engenharia.	Cabeleireira.	Casa própria com quatro cômodos onde há um beco como via de acesso e está localizada a 50 metros de um esgoto.	Mãe, irmão, irmã e uma sobrinha.
JM7	15	8º ano do ensino em curso.	Pretende fazer faculdade de educação física.	Não trabalha.	Casa própria com seis cômodos que tem a rua como via de acesso e está localizada a 40 metros de um esgoto a céu aberto.	Mãe, pai, um irmão e uma irmã.
JM8	18	1º ano do ensino médio interrompido .	Pretende concluir o ensino médio e também fazer curso técnico em manutenção de rede.	Repcionista em motel.	Casa própria com cinco cômodos que tem a rua como via de acesso, localizada a 15 metros de um esgoto a céu aberto.	Mãe, pai e irmã.
JM9	21	1º ano do ensino médio interrompido .	Pretende concluir o ensino médio.	Chapista (faz sanduíche).	Casa alugada com três cômodos que tem como rua a via de acesso e está localizada a 15 metros do esgoto a céu aberto.	Esposa.
JM10	18	1º ano do ensino médio interrompido .	Pretende concluir o ensino médio.	Serralheiro.	Casa (própria) com quatro cômodos a margem de um esgoto a céu aberto que tem como via de acesso um beco.	Mãe e irmã.

Quadro 3 – Caracterização dos sujeitos

Fonte: Elaborado pelo autor.

3.4 TÉCNICA DE ANÁLISE

A técnica de análise adotada foi a “análise de conteúdo” que, segundo Minayo (2002), viabiliza o encontro de respostas para as questões formuladas confirmando ou não as afirmações estabelecidas anteriormente, com a possibilidade de descobrir novas questões e interpretar analiticamente o que está latente nos conteúdos manifestos nas falas dos sujeitos. Ao longo do levantamento bibliográfico foram selecionadas categorias para a análise dos dados coletados. Dessa maneira, foram elaboradas categorias que se referem à construção identitária dos sujeitos em seu contexto comunitário de precariedade e violação de seus direitos, o que inclui a educação de qualidade. São elas:

4 PROXIMIDADE DE SITUAÇÕES E CONDUTAS DE RISCO, PRÁTICAS DE VIOLÊNCIA E O TRÁFICO DE DROGAS

A violência gerada em consequência do tráfico ilegal de drogas apareceu significativamente nas entrevistas, não sendo novidade que a população moradora de favela convive com isso, embora não se trate do maior problema em termos quantitativos enfrentado por esse grupo social. Pelo fato de o pesquisador fazer parte da comunidade, há informações coletadas através de observações além daquelas adquiridas com o questionário e a entrevista. A primeira pergunta indagava aos jovens sobre os aspectos positivos e negativos de ser morador de favela. Acerca dos aspectos negativos a maioria discorreu sobre o tráfico de drogas. A resposta de JM2 foi: “É normal. Só muda que tem tráfico, esses “trem” na rua.” (sic). JM4 quando é indagado se o tráfico de drogas é negativo ele responde: “Nossa! Negativo (...) lógico que é negativo. Nossa Senhora!” (sic) [...] Porque você vai poluindo os “menó”, vai crescendo e vai só virando tráfico. Tem que viver outra coisa diferente, fazer uma arte, desenhar, pintar. Nada, só coisa ruim, negativa!” (sic)

Dentre todos os jovens apenas JF6 confessou ter se envolvido com o tráfico, explicitando a violência como consequência desse comércio ilícito:

você não tem sossego pra ficar dentro de sua casa mais (...) porque você vende, e você acha que quem matou o seu amigo vai vir atrás de você por causa do tráfico. (...) é negativo, porque além de você estar destruindo a vida de uma pessoa, você tá se destruindo.

Nessa fala a garota nos mostra um pouco da sensação da possibilidade de ser assassinada em consequência do conflito gerado pela disputa de território para venda de drogas. Pontua-se, que a admissão de algumas práticas ilegais ou ilícitas como o envol-

vimento com o tráfico e o uso de drogas em uma entrevista com um dispositivo de áudio registrando toda a conversa, pode levá-los a omitir informações comprometedoras.

4.1 CONDIÇÕES DE MORADIA NA FAVELA

Todos os jovens entrevistados e a maioria dos moradores da comunidade vivem em locais onde um esgoto a céu aberto faz parte da paisagem. Vale observar que dos entrevistados apenas JM7 não reside do lado em que há o declive geográfico localizado ao redor do córrego, conforme apresentado no tópico 2.2.1. Acerca da situação de sua moradia na favela JF3 declara:

eu pretendo ficar aqui, não que eu pretenda morar aqui o resto da minha vida, não! Porque eu pretendo ter filhos e eu não quero, não que eu fale: “Nossa o meu filho não vai ser criado em favela!”, não é por isso não, porque eu não tenho preconceito com isso, não! É pelo simples fato de você também conseguir um outro lugar pra você morar. Eu moro na beira do córrego, é complicado.

Nessa fala a entrevistada demonstra insatisfação quanto à precariedade da moradia localizada à margem do esgoto a céu aberto, projetando morar em outro lugar em Belo Horizonte que não seja uma favela e dá ênfase à questão de evitar a compreensão da sua fala como um auto preconceito interno à favela. Isso faz pensar na provável e compreensível identificação ideológica com o olhar do dominante. De todos eles apenas JM4 disse gostar de morar na favela, ele não mostrou insatisfação com a precariedade das habitações da vila.

Sobre o ponto positivo da comunidade, a maioria deles destacou os relacionamentos entre os vizinhos como amistosos, bons e virtuosos, “comunitários”, por assim dizer.

4.2 PERCEPÇÕES DOS LIMITES DA ESCOLA PÚBLICA E A EDUCAÇÃO COMO UM CONCEITO ABSTRATO

Após a discussão sobre o contexto social/geográfico de precariedade onde os jovens pesquisados vivem e constroem sua visão de mundo, são abordadas suas perspectivas e expectativas acerca da trajetória educacional e trabalho.

Quanto às perspectivas dos jovens e de suas famílias sobre trabalho, foi demonstrado que ele é algo para saciar suas necessidades básicas e algumas atividades de lazer. Esta significação parece dificultar diretamente suas possibilidades de refletir e agir sobre os problemas socioeconômicos que enfrentam devido a tal “luta” cotidiana. Isso, obvia-

mente, atravessa suas representações sobre educação/escolarização. Sobre a importância da educação eles respondem:

JM1:	“Formar né, é ter um emprego bacana.”
JM2:	“Porque quando você não tem estudos, praticamente, você não vai arrumar um emprego bom. Essas coisas.”
JF3	“Pra mim o estudo foi um meio de eu conseguir meu serviço, principalmente.”
JM4:	“Ah agora nesse exato momento? Nada.”
JM5:	“O estudo? Pra não ter que trabalhar de servente tem que estudar (...) evita você arrumar uma profissão ruim. O estudo proporciona uma profissão melhor pra pessoa.”
JF6:	“O estudo na vida de uma pessoa, na minha vida, é tudo! Porque se eu estudar, eu vou ter uma condição melhor.”
JM7:	“Ah! Eu acho muito importante, né, que é você ganhar a vida com estudos. O estudo é tudo em sua vida (...) porque hoje em dia não tem nada sem estudo.”
JM8:	“Ah, que eu saiba muitas coisas, que eu possa arrumar um serviço melhor, posso, tipo assim, crescer na vida, sair da favela, ter coisa, um lugar melhor que favela”
JM9:	“Quanto mais a gente vive mais a gente aprende, então os estudos, cada meta que você vai estudando ali, você vai aprendendo mais e mais. Vai aperfeiçoando pra tá profissionalizando em algum curso.”
JM10:	“Ah, tem que saber né, ler, escrever.”

Quadro 4 – Respostas
Fonte: elaborado pelo autor

Todas as respostas socialmente “automatizadas” utilizadas pelos pesquisados foram pertinentes à importância da formação escolar para conseguir “bom” emprego. Quando indagados se para além do bom emprego a educação era importante para suas relações interpessoais, respeito aos direitos seus e os alheios, por exemplo, as respostas eram também constituídas de conteúdos rasos, tais como: “comunicação é tudo”, “a educação

é muito importante para a vida”. Nota-se que eles sabem a fundamental importância dos estudos em relação ao mercado de trabalho, mas de maneira um tanto quanto vaga e contraditória, pois vários deles interromperam seus estudos (conforme o quadro 3).

Nesse mesmo horizonte, os jovens entrevistados foram indagados sobre a importância dada por seus familiares à educação. Segundo eles as falas de seus pais geralmente são: “têm que estudar para ser alguém na vida”. Outra vez aparece uma grande abstração no conteúdo, dificultando uma possibilidade de reflexão mais ampla. É pertinente apontar que de todos os pais e mães, apenas o pai de JM7 concluiu o ensino médio.

Todos os entrevistados disseram que estudam ou estudaram em escolas públicas. Em seus discursos sobre a escola, nota-se que eles percebem a carência na qualidade de ensino, mas parece que não entendem que isso vai para além de dificultar o acesso a um “bom” emprego, ou seja, que tal configuração por vezes impede a construção de um ponto de vista crítico acerca das desigualdades socioeconômicas. JM4 diz assim:

na escola o governo não quer ensinar ninguém, só quer passar de ano. Falar que você passou, porque estudar mesmo, incentivar você a estudar não tem não. Só falam (...) você não precisa fazer nada, só ir na aula, ganha nota de presença.

Nessa fala se encontra a confirmação da afirmativa de Saes (2008), de que a grande parcela dos que acessam a escola pública é excluída no processo de aprendizagem desde o início de sua trajetória escolar até a conclusão do ensino médio, fazendo com que eles não cheguem perante o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) em igualdade de condições com os alunos das instituições privadas de ensino e/ou de outras classes sociais. O quadro três mostra que JM2 pretende cursar veterinária, JF6 almeja engenharia civil e JM7 educação física, contudo dentre eles apenas o último não interrompeu os estudos. Isso mostra um ponto positivo em que os jovens imaginam a possibilidade do acesso a um curso superior, mas, quando indagados sobre a maneira que farão isso, as respostas também são rasas e pouco convincentes, contraditórias.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A luta diária por condições básicas de sobrevivência em sua realidade socioeconômica limita e dificulta os interesses e a disposição de tempo para os jovens entrevistados irem à escola. Conseqüentemente, o acesso às informações e o desenvolvimento de reflexões sobre o quanto a educação é fundamental para a compreensão do mundo, acontece de maneira precária, levando à falta de informação sobre cidadania que, por vezes, impede a conscientização e o enfrentamento das desigualdades que os aflige.

A partir da análise dos dados coletados, verificou-se que a maioria deles interrom-

peu seus estudos devido à necessidade da inserção precoce no mercado de trabalho para garantia de sua sobrevivência e de sua família. A maioria deles não encontra motivação para estudar, culminando no desenvolvimento de um conceito abstrato da educação/escolarização, dando a ela uma conotação de algo, praticamente, para “conseguir um bom emprego”, levando-os também a uma abstração do conceito de cidadania, o que os impediria de se perceberem enquanto cidadãos com seus direitos violados. Tudo isso mostra que as desigualdades sociais econômicas e políticas têm repercussões negativas em suas perspectivas e expectativas educacionais. Essa produção no campo da Psicologia foi relevante, numa busca de compreender e ressaltar aspectos históricos e dialéticos de injustiça social que parecem manter-se alimentados por discursos de respeito às diferenças, mas que podem expressar um jogo de controle e exploração dos grupos mais fracos pelos grupos mais fortes, frente a uma realidade política de privilégios e dominação de classe. Ressalta-se que a pesquisa possui suas limitações, mas que pode ser uma fonte de informações futuras em estudos pertinentes aos temas sobre educação e juventude favelada.

REFERÊNCIAS

- ARANHA, Maria L. A. *Filosofia da Educação*. São Paulo: Editora Moderna, 2. ed. rev. e ampl. 1996.
- ARAÚJO, José Prata. *Guia dos direitos sociais - a igualdade social - as diferenças entre a esquerda e os neoliberais*. São Paulo. Fundação Perseu Abramo, 2009.
- ARONOWITZ, Stanley. *Contra a escolarização: educação e classe social*. *Currículo sem fronteiras*, v. 5, n. 2, p. 5-39, 2005.
- BELO HORIZONTE. URBEL - Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte – MG. *Plano de Diretrizes de Remoção e Reassentamento da Vila Biquinhas*, 2010. Disponível em: <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=urbel&tax=8173&lang=pt_BR&pg=5580&taxp=0&idConteudo=39186&chPlc=39186>. Acesso em: 17 de jul. de 2013.
- CHAGAS, Anivaldo Tadeu Roston. *O questionário na pesquisa científica*. Administração online. São Paulo, 2000.
- CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. 2. imp. São Paulo: Ática, 2000.
- COIMBRA, Cecilia M. B. *Psicologia, direitos humanos e neoliberalismo*. *Revista Psicologia Política*, v. 1, n. 1, 2001.
- CIAMPA, A. da C. “Políticas de Identidade e Identidades Políticas”. In DUNKER, C. I. L. & PASSOS, M. C., *Uma Psicologia que se Interroga – Ensaios*. São Paulo: Edicon, 2002.
- FERNANDES, Antônio Sérgio Araújo. *Políticas públicas: definição, evolução e o caso brasileiro na política social*. In: *Introdução à política brasileira*. São Paulo: Paulus, p. 203-225, 2007.

- GUERRA, Sidney. Direitos Humanos: Curso elementar. São Paulo: Saraiva, 2012.
- GUIMARÃES, Berenice. Favelas em Belo Horizonte: tendências e desafios. 2008.
- MATHEUS, Corbisier Tiago. O Processo Adolescente. In: Ideais da adolescência: Falta de Perspectiva na Virada do Século. Annablume: FAPESP: São Paulo, 2002.
- MINAYO, Maria C. S. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, Maria C. S. Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2002.
- NASCIMENTO, Rubens F. Pobre Pai: a construção da identidade em homens pais pobres urbanos. Dissertação de Mestrado. FAFICH/UFMG. Belo Horizonte: 2000.
- ONU. UNICEF. Fundo das Nações Unidas para a Infância. Ano Internacional da Juventude 2010-2011. Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/pt/media_18637.htm>. Acesso em: 01 de set. de 2013.
- PIZZINATO, Adolfo. Psicologia da Libertação. In: SARRIERA, Jorge C. Introdução à psicologia comunitária: bases teóricas e metodológicas. Porto Alegre. Sulina. pag. 113 a 138. 2010.
- SADALLAH, Marcia M.; NASCIMENTO, Rubens F. Adolescência: uma perspectiva psicossocial. (no prelo).
- SAES, Décio. Escola pública e classes sociais no Brasil atual. Linhas Críticas. São Paulo. 2008.

NA LUTA:

Maria Ilma Ricardo e a história da constituição do Sindicato dos trabalhadores Domésticos de Belo Horizonte

Mara Marçal Sales⁴⁴

Bárbara Ribeiro Reis⁴⁵

Jéssica Agostinho⁴⁶

Laiany Magalhães⁴⁷

Rafael Nascimento de Castro⁴⁸

RESUMO

A pesquisa que teve como objetivo geral identificar nas lembranças de uma liderança de atuação pioneira – Maria Ilma Ricardo - o histórico de sua inserção e participação no Sindicato dos Trabalhadores Domésticos de Belo Horizonte. Os objetivos específicos abrangeram analisar o processo de mobilização psicossocial que desencadeou a filiação desta trabalhadora doméstica à luta sindical e identificar os elementos contextuais e históricos que caracterizam a estruturação e atuação do sindicato enfocado. A pesquisa, de base qualitativa, foi realizada mediante o recolhimento da história de vida da líder sindical. Além disto, foi realizada uma entrevista semiestruturada com outro informante. Os dados recolhidos em campo foram tratados a partir da perspectiva da análise de conteúdo. Os resultados apontam para o significativo papel desempenhado pela Igreja Católica no processo de organização da categoria nos anos 1970, bem como para a importância da religião na sensibilização de Maria Ilma para a luta coletiva. Indicam ainda que o sindicato teve uma história de perseverança, mas que logrou alcançar, em sua trajetória, uma mobilização muito pontual junto à categoria. Todavia, a instituição conseguiu se inserir em redes nacionais de representação dos trabalhadores domésticos. Os resultados mostram ainda os entrelaçamentos estreitos que o trabalho doméstico mantém com as incipientes desigualdades de gênero e de raça e a forte desvalorização do trabalho reprodutivo em nosso país.

44 Professora Adjunta IV da PUC Minas.

45 Aluna do curso de Psicologia do Núcleo Universitário São Gabriel.

46 Aluna do curso de Psicologia do Núcleo Universitário São Gabriel.

47 Aluna do curso de Psicologia do Núcleo Universitário São Gabriel.

48 Psicólogo formado pela PUC Minas.

Palavras-chave: Trabalho doméstico. Sindicalismo. Maria Ilma Ricardo.

SUMMARY

The research aimed to identify the memories of a pioneering role of leadership - Maria Ilma Ricardo - the history of their inclusion and participation in the Union of Domestic Workers of Belo Horizonte. Specific objectives covered analyze the psychosocial mobilization process that triggered the membership of this working domestic trade union struggle and identify the contextual and historical elements that characterize the structure and activities of the union focused. The research, qualitative basis, was made by the gathering of the life history of the union leader. Additionally, a semi-structured interview with another informant was held. The data collected in the field were treated from the perspective of content analysis. The results point to the significant role played by the Catholic Church in the category organization process in the 1970s, as well as the importance of religion in awareness Maria Ilma for collective struggle. It also indicates that the union had a history of perseverance, but it has achieved in his career, a very timely mobilization beside the category. However, the institution was able to enter into national networks representing domestic workers. The results also show the close intertwining that domestic work remains with the trenchant inequalities of gender and race and the strong devaluation of reproductive work in our country.

Keywords: Housework. Syndicalism. Maria Ilma Ricardo.

1 INTRODUÇÃO

O presente texto apresenta parte dos resultados obtidos na pesquisa “Para além de casa, comida e roupa lavada: memórias de uma trabalhadora doméstica e líder sindical”.

Esta investigação teve como objetivo geral identificar nas lembranças de uma liderança de atuação pioneira em Minas Gerais – Maria Ilma Ricardo - o histórico de sua inserção e participação no Sindicato dos Trabalhadores Domésticos de Belo Horizonte e região metropolitana. Buscou-se, ainda, como objetivos específicos, analisar o processo de mobilização psicossocial que desencadeou a filiação desta trabalhadora doméstica à luta sindical e identificar os elementos contextuais e históricos que caracterizam a estruturação do referido sindicato.

O desenvolvimento da pesquisa aqui relatada vincula-se à constatação da importância assumida pela reflexão sobre o trabalho doméstico na atualidade. Pesquisa divulgada em 2013 pela Organização Internacional do Trabalho (OIT)apontou que o Brasil tem 7,2

milhões de trabalhadores domésticos, sendo 6,7 milhões de mulheres e 504 mil homens. Trata-se, segundo o estudo, em números absolutos, da nação com a maior população de trabalhadores domésticos do mundo (LACERDA, 2013).

Ao mesmo tempo, o país adotou, recentemente, novo marco legal para o trabalho doméstico. A aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 478/10 – a chamada PEC das Domésticas – deu origem à Emenda Constitucional nº 72, de 02 de abril de 2013 a qual significou a extensão às trabalhadoras domésticas de direitos trabalhistas que lhes eram até então negados.

Estes elementos trouxeram o tema do trabalho doméstico para o foco de interesses da agenda nacional, ensejando o desenvolvimento de pesquisas sobre diferentes âmbitos.

A pesquisa aqui relatada dedicou-se, todavia, não ao momento presente. Em sentido geral, o interesse analítico buscou enfocar um processo de mobilização regional que correu de forma indireta para as mudanças legais ora conquistadas.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Perquirir a história de constituição dos sindicatos de trabalhadoras domésticas implica em, necessariamente, reconhecer as vozes historicamente negligenciadas. Como nos aponta Brites (2013):

A trajetória dos sindicatos de empregadas domésticas no Brasil é recomposta por entrevistas com as principais lideranças e por pesquisas documentais sobre os congressos que sustentaram as lutas pelos direitos. (...) o ativismo das militantes é tomado por Bernardino-Costa (2007) não como essencialização da perspectiva das trabalhadoras, mas como uma possibilidade para propor estranhamento/rompimento na narrativa hegemônica da democracia racial e senhorial, fomentada pela herança colonial, em que as vozes dessas militantes são tomadas de maneira subalternizada (BRITES, 2013, p. 434).

De fato, o presente estudo baseou-se no recolhimento da história de vida de Maria Ilma Ricardo, constituindo-se, então, como uma investigação de natureza qualitativa. De acordo com Minayo e Sanches (1993), a pesquisa de cunho qualitativo possui como foco a exploração de especificidades de indivíduos e de grupos considerando seus valores, hábitos, representações e opiniões perante fenômenos complexos.

Já sobre a história de vida, Barros e Silva (2002) indicam que tal propositura metodológica não tem a pretensão de demonstrar leis ou de buscar a prova empírica de hipóteses teóricas. É o sujeito e sua narrativa o foco de interesse central. Busca-se apreender

49 Como, por exemplo, o seguro-desemprego e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Esta legislação, após longo trâmite, foi regulamentada em 02/06/2015.

“o vivido social, o sujeito e suas práticas na maneira pela qual ele negocia as condições sociais que lhe são particulares (BARROS e SILVA, 2002, p. 136).”

O molde geral da história de vida assemelha-se aos procedimentos da entrevista não-estruturada. Não há um roteiro definido a priori e solicita-se ao entrevistado que narre a sua história a partir dos elementos que julgar mais pertinentes. A metodologia da história de vida pressupõe, então, a realização de entrevistas gravadas e consecutivas com o mesmo informante, de modo a se atingir paulatinamente níveis mais aprofundados de interação.

Para além dos dados obtidos com Maria Ilma, o estudo utilizou-se, também, de uma entrevista com outro informante, um padre que apoiou o início da mobilização das trabalhadoras domésticas.

Este conjunto de entrevistas passou pelas seguintes etapas: a) transcrição (passagem literal do oral para o escrito), b) textualização (esforço de dar à entrevista um caráter de texto, fluido, que favoreça a leitura) e c) transcrição (processo no qual se busca construir textos em primeira pessoa, levados à validação pelo entrevistado) (THOMPSON, 1992; BARBOSA, 2009).

Cuidados éticos rondaram todo o processo de realização da pesquisa. Os entrevistados apresentaram seu aceite em participar por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. E, no tocante à história de vida, o transcorrer do estudo implica a adesão continuada do focalizado à proposta, pois, como se trata de um procedimento no qual a identidade do participante é identificada, o nível de exposição do mesmo deve ser preliminarmente explicitado.

Passemos, então, a apresentar os dados resultantes da presente investigação.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

No presente texto, pretendemos fazer um registro de alguns elementos que foram significativos no processo de constituição das organizações sindicais das trabalhadoras domésticas, bem como realçar a atuação da principal liderança mineira, Maria Ilma Ricardo.

Melo et al. (1993) indicam que a luta para garantir os direitos das trabalhadoras domésticas permanece difícil ainda hoje por vários fatores, dentre os quais se destaca o fato destas atuarem isoladamente no espaço doméstico. Para a OIT (2011), mais dois elementos contribuem para dificultar o processo de organização da classe: as longas jornadas de trabalho e a estruturação sindical pouco fortalecida.

O nome de Maria Ilma Ricardo não é familiar para o grande público. Não obstante, trata-se de uma figura que manteve sempre interlocução com os movimentos sociais da capital mineira, a partir das duas últimas décadas do século XX. Ela foi uma das pioneiras na criação do Sindicato dos Trabalhadores Domésticos de Belo Horizonte e Região Metropolitana, ocupando sua presidência por longo período.

Maria Ilma Ricardo nasceu na cidade de Bom Despacho, centro-oeste mineiro. Em sua família, eram nove filhos – oito mulheres e um homem. O pai era lavrador e a mãe professora. À mãe coube, inclusive, a alfabetização dos filhos:

Meu pai era um homem que não sabia ler, era analfabeto, mas aqui em casa todo mundo aprendeu a ler porque ele fez sempre questão que nós todos fosse para escola. Mamãe era professora, interior não ganhava nada, mas ensinava e era uma ótima professora. Então minha primeira professora foi minha mãe.

Maria Ilma retrata sua infância como um período feliz, fazendo referência a uma convivência familiar harmoniosa:

Meus pais me deram bons exemplos, né, eu sempre tive bons exemplos dentro de casa. Meu pai e minha mãe foi um exemplo de família, o pai que hoje seria o casal 20, a mãe hoje pra mim seria a miss universo, né? Então, eu acho que a minha infância foi muito boa, graças a Deus, né? Eu brincava muito, eu tinha um campo enorme pra correr, eu não tinha nada que tem hoje, os eletrônico, as boneca de luxo, as maquininha nem nada. A gente brincava, era uma brincadeira saudável, porque era num campo gostoso que a gente morava. Era rio que passava na porta da minha casa. Ah, foi um céu!

A convivência no interior era satisfatória e a família estava integrada à localidade. Eles só deixaram Bom Despacho por ocasião do adoecimento do pai de Maria Ilma, que passou a precisar de cuidados médicos mais constantes. A mudança para Belo Horizonte ocorreu quando ela se aproximava dos vinte anos e foi exatamente nessa época que o trabalho doméstico passou a se constituir como sua atividade de geração de renda.

Ao revisitar sua história, Maria Ilma elenca diferentes elementos que influenciaram sua trajetória sindical. O primeiro ao qual ela se reporta são os laços familiares:

As pessoas também influenciam muito a gente, né? Por um lado, a minha mãe, aliás, os meus pais foram os que mais me influenciaram. Não só a mim, como as outras, minhas irmãs. Porque, aqui em casa, nós todas trabalhamos com a área social, né? A gente tá sempre ajudando creche, ajudando escola, é outros que tá na rua.

Então, eu acho que a liderança da gente, ela tá também no exemplo dos outros, na vivência do outro, na maneira como ele vive, como age, então eu acho que é por aí que a gente começa as coisas. Porque, papai sempre ensinou pra gente assim: “- Se você tem um pão e tem dois pra comer, você divide, se você tem dois, você come e dá o outro pra ele.”

Um segundo elemento que a entrevistada destaca é o papel desempenhado pela Igreja Católica. De fato, a análise realizada por Bernardino-Costa (2007) sobre a história do sindicalismo dedicado ao trabalho doméstico no Brasil mostra como uma constante o

importante papel desempenhado pela Igreja no apoio à organização de tais instituições. Deve-se, todavia, notar que a vivência da fé católica foi um aspecto sempre muito presente na vida de Maria Ilma como um todo. A observância aos preceitos religiosos constituiu-se como uma premissa verdadeiramente organizadora de sua presença no mundo. Maria Ilma, por exemplo, enfatiza o fato de ter sido batizada já em seu primeiro dia de vida:

Eu tenho uma história que gosto muito e isso solidifica mais a minha fé. Eu fui batizada no dia que nasci, foi uma história muito interessante. Que eu nasci no dia 21 de agosto e tava com uma carinha de muito doente. Diz que eu tossia. Meu paifalava que eu era muito pequenininha, que podia me carregar no bolso. Ai, eles preocupados com a tosse que eu tinha, né, era recém-nascido (...). Achava que eu não escapava, né? (...) Eu acho, eu acho não, eu tenho certeza que minha fé não vacila, eu sempre tenho isso na minha lembrança de saber que eu fui batizada, que eu não fiquei pagã nem 24 horas, né? Então isso pra mim é uma alegria, isso me dá cada vez mais a força na minha fé pra acreditar em Jesus e Maria, não tem ninguém que me tira. (...) Eu acho que esse meu batismo, né, na minha infância, marcou muito e que acho que até hoje isso me dá coragem pra lutar. Eu sei que Cristo morreu por mim também, eu fui agraciada, porque eu, na minha cabeça, eu fui agraciada né?

E a vinculação ao Catolicismo fortaleceu-se ao longo da vida. A trajetória profissional de Maria Ilma exemplifica isto. Começando a trabalhar muito cedo, sua inserção laboral foi também enredada à aproximação religiosa. Primeiramente, ela se vinculou ao Círculo Operário Católico (COC):

E, depois, comecei a dar catecismo pros menorzinhos, minha irmã dava pros maior e eu dava pros menor. E assim eu fui levando essa vida, comecei então a me enfronhar junto com os operários, daí a pouco eu fui chamada então para substituir a secretária do Círculo Operário Católico e gostaram de mim e lá eu fiquei.

Depois, Maria Ilma teve contato com a Juventude Operária Católica (JOC):

E lá em Bom Despacho ainda eu comecei a freqüentar o movimentona JOC, que era Juventude Operária Católica. Então, na JOC eu comecei a ler, fazer o ato da leitura da bíblia, ai que eu comecei então a ligar a vida de Nosso Senhor, o tanto que ele sofreu, lutou, com a vida que meu pai tem, também lutava na roça.

A JOC e o COC foram instâncias criadas pela Igreja Católica em diferentes países nas primeiras décadas do século XX. Elas representavam uma iniciativa da Igreja seja em aproximar os fieis da observância aos preceitos religiosos, seja em difundir os pontos de vistas do catolicismo frente a um mundo que sofria fortes modificações.

A JOC nasceu no âmbito de outra instituição - a Ação Católica. A Ação Católica foi um movimento que buscava ancorar a participação laica no cotidiano da Igreja. De forma

mais específica, a JOC visava aglutinar os jovens operários com a finalidade expressa de se contrapor a outros movimentos operários – notadamente os de inspiração anarquista ou marxista. Ela foi criada pelo sacerdote belga Joseph Cardin e se expandiu para diferentes países. Embora se constituísse como uma iniciativa de ação religiosa, a JOC:

(...) elaborava uma concepção de fé bem mais voltada para a realidade social do que outras tendências no interior da própria Igreja. Propõe-se a ensinar o jovem trabalhador a viver uma vida completa e mais humana, a ser um corpo representativo que defenda o direito dos operários. Constitui-se em torno da proposta do jovem operário tornar-se um apóstolo no próprio meio operário, construindo sua formação na e pela ação fundamentada na metodologia do ver, julgar e agir (CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO CIENTÍFICA, 2015)

Já o Círculo Operário Católico, criado em 1932, visava especificamente atuar na organização dos trabalhadores, mas também de modo a inculcar-lhes valores morais que os afastassem das ideologias do campo da esquerda. Santos (2012) aponta que os Círculos combatiam a luta de classes, endossando uma visão harmoniosa de convivência social. Para a autora:

Durante as primeiras décadas do século XX, influenciada pela doutrina social apresentada pelo Papa Leão XIII na Encíclica Rerum Novarum, e movida pela premente necessidade de reelaboração e articulação de uma proposta que pudesse responder satisfatoriamente às exigências e desafios do mundo moderno, a Igreja Católica no Brasil pôs em prática um projeto político e social de natureza doutrinária entre os trabalhadores urbanos e rurais, disputando com outros grupos – de modo particular os anarquistas, socialistas e comunistas – a orientação e direção das organizações de trabalhadores e que mais tarde seria incorporado às estratégias da Ação Católica Brasileira, se expandindo por todo o país (SANTOS, 2012, p. 169).

A influência da Igreja Católica junto ao processo de mobilização de várias categorias profissionais é apontada por diferentes estudiosos. Em especial, Bernardino-Costa (2007) aponta que a JOC, notadamente, teve importante papel na mobilização de trabalhadoras domésticas com vistas à implicação na luta por melhorias para a categoria. Para o autor:

Igreja Católica estava espalhada em todo o território brasileiro, de modo que a atuação da JOC foi importante para o desenvolvimento do movimento das trabalhadoras domésticas em diversos estados brasileiros. Já em 1958, a JOC realizou uma Conferência Nacional onde chama a atenção para o amparo legal às trabalhadoras domésticas, que até aquela oportunidade continuavam totalmente ausentes das regulamentações jurídicas positivas (BERNARDINO-COSTA, 2007, p. 81).

A influência da JOC – mesmo representando uma tentativa de contraposição a outras perspectivas de organização dos trabalhadores, como a socialista e a anarquista – fortalecia um olhar classista sobre o trabalho doméstico. Este olhar classista significou um impulso singular para as trabalhadoras: ele se associava ao reconhecimento das injustiças presentes no mercado de trabalho e enfatizava o apelo à organização coletiva.

As associações embrionárias surgidas na década de 1950 foram agentes importantes na proposição de congressos envolvendo a categoria em todo o país. O ano de 1968 é citado como um marco para o início da estruturação destes eventos, que passariam a ser realizados a cada quatro anos. Nestas ocasiões, começam a despontar lideranças nacionais como: Lenira Carvalho, do Recife; Eva Cardoso, do Rio Grande do Sul e Maria Odete Conceição e Anazir de Oliveira, ambas do Rio de Janeiro (BERNARDINO-COSTA, 2007). Maria Ilma foi a liderança surgida em Minas Gerais.

Mas, para além da influência familiar e da formação de base católica, um fato que se constituiu como um desencadeador imediato da filiação sindical foi a constatação de que terceiros é que levavam à diante as escassas discussões que existiam sobre o trabalho doméstico. Junqueira (2009), em entrevista realizada com Maria Ilma, relata:

A sindicalista conta que sua vontade de participar do movimento sindical foi despertada durante um congresso, em 1976, quando percebeu que pessoas de outros ramos é que lideravam a associação de domésticas. A exemplo do movimento que se iniciava em São Paulo, onde foi criado o primeiro sindicato da categoria, a associação foi transformada em organização sindical, que nos “bons tempos” chegou a ter 3.000 filiados. Número que, segundo ela, foi caindo depois que a categoria obteve alguns direitos (JUNQUEIRA, 2009, p. 12-13) .

Em termos factuais, a estruturação do sindicato é assim relatada pela ativista:

Então, quando saiu a primeira lei que foi a da carteira assinada, já era um senhor, um senhor que já tinha começado, o senhor Eugênio Caetano. Era chefe dos garis urbanos. Só que o seu Eugênio deixou o movimento, depois até morreu. Então, “vão entrar numa associação!” Já tinha muita gente, todo mundo animado, já tinha uma associação e a gente não sabia. Ai procurei por parte do seu Eugênio, só que a mulher falou: - “Não existe isso mais não, isso já acabou tudo, a gente não mexe com isso há muito tempo.” Fui no cartório, pedi a copia do estatuto, o cartório liberou. E depois a copia da ata ele não quis liberar não, mas porque essa associação antiga já tinha bens, né? (...) A gente tinha que pagar um valor, eles não queriam devolver o dinheiro pra gente, nem repassar o dinheiro. Então, fingiram que a associação tinha acabado, não existia mais, ai o juiz deu a autorização pro cartório dar a cópia da ata. Depois, nós descobriu quem era o pessoal que tinha registrado essa associação, isso em 1973 ou 1972.

Como esta iniciativa inicial não alcançara maiores proporções, Maria Ilma, então,

começa a buscar a reativação do movimento:

Convidei mais três companheiras, uma ainda mora lá em Betim, tem uma casinha lá, e a Juraci, que já faleceu: -“Gente, vamo cria um movimento, nem tinha nada de associação não, vão cria um movimento, vão?” Ai nós fomos criar o tal do movimento das doméstica.

O ano de 1973 é indicado pela entrevistada como um período emblemático. Data desta época a promulgação do Decreto nº 71885, de 9 de março de 1973, que estabeleceu a obrigatoriedade de assinatura da carteira de trabalho para os trabalhadores domésticos. A conquista deste passo levou ao fortalecimento das instituições então existentes:

Foi os seus primeiros trabalhos. Meus primeiros trabalhos, né, e os das domésticas a gente já era enfronado há mais tempo... que não acontecia nada, a gente já tinha o trabalho de ir a Brasília de estar reivindicando, brigando, mas não acontecia nada. Foi em (19)73 que aconteceu a lei da carteira assinada, foi daí pra cá que nós tomamos cora, né, ai assumimos a luta, mas a luta da empregada doméstica, a doméstica foi no Brasil inteiro, né?

Inclusive quando aconteceu a lei da carteira assinada foi em 73, foi uma luta das companheiras, né, ai nós resolvemos então reunir o país todo, criar uma secretaria e chamar de secretaria nacional, a gente se encontrava a cada seis meses em um lugar. Algumas vezes era aqui, outras a gente se encontrava no Rio, São Paulo, Porto Alegre, a gente andava o Brasil inteiro fazendo essas reuniões ai, com muito sacrifício, né?

O relato de Maria Ilma demonstra que a participação nestes encontros – os chamados congressos – exigia realmente grande esforço das trabalhadoras. Elas não contavam com apoios, o que tornava as viagens e as estadias sempre muito difíceis:

Nós começamos a fazer os encontros a cada seis meses em um lugar. Era uma dificuldade para ir nessa época, nem dinheiro a gente não tinha. Inventaram um congresso em Recife, vai de que jeito? E lá vai a gente viajando três dias, três noites na estrada, sem comer, às vez o dinheiro mal dava pra comprar um sanduíche. Ai chegava lá, a gente sempre ia pra alguma casa, né, ficava lá, discutia, brigava, a gente brigava também, briguei muito pra chegar até aqui. O pessoal de outro estado gosta muito de fazer, achar que o mineiro é bobo, né? “Vô mostra pra vocês que mineiro não é bobo!” Nós começamo também a descer o pau, né? Era Rio, era São Paulo, era Recife. Um dia que Dom Elder [Câmara] foi ao nosso debate lá em Recife, chego lá ele parou e falou uma coisa: -“Eu não sabia que empregada também sabia brigar.” Às vez, se precisar fazer, cobrir o pau, a gente faz cobrir o pau. Aqui é assim, a gente continua essa luta há muito tempo. Ai os movimentos se fortaleceram, todo mundo começou a aderir,

começou a participar, cresceu. Nós fizemos treze congressos nesse período todo, com todos os estados.

Ficamos dezessete dias lá nesse lugar dormindo. Comida, aí a gente fazia vaquinha. Se eu tivesse meus 30 centavos, eu dava. Se a outra tivesse os cinco, ela dava. A gente ia pra rua, comprava o presunto e coisa assim fazia e comia né? De manhã, no almoço, então a gente ia pra casa da cultura e lá a bandeja de comida que eles serviam dava pra 4 pessoas. Então, a gente comprava 2 bandeja e dividia e no jantar então a gente ia e fazia outra coisa né? Teve um dia que nós foipesca, pegar caranguejo. A outra, assim: “eu tenho nojo”. A outra: “eu não como, eu tenho medo, eu nunca fiz isso”. A gente fomo comer isso daquele jeito. A gente fazia aquela caranguejada, comprava pão, comprava um pouco de arroz, fazia. Sempre nós ficava lá fazendo uma festa, com essa dificuldade toda, né, até o dia de vir embora.

A organização empreendida em Belo Horizonte – e que se imiscuiu à movimentação nacional mais abrangente – fez com que a capital tornasse-se referência para outras cidades no interior:

Todo mundo começou e Belo Horizonte acabou sendo a sede, o foco de informação. Até hoje todo mundo do interior que quer fundar o movimento de empregada doméstica liga pra mim, vem aqui ou eu saio daqui e vou lá na cidade que eles me chamaram. E assim nasceu o movimento, né? Oh movimento que deu trabalho!

A mobilização chegou ao clímax durante a Assembléia Nacional Constituinte. As trabalhadoras domésticas realizaram pressões significativas junto ao parlamento:

Aí depois foi melhorando a situação quando foi na época da Constituição, nós começamos então a colher assinatura no Brasil todo. Eu ficava ali naquela Praça 7 o dia todo colhendo assinatura. O povo até assinava sem nem saber o que era. Eupunha a faixa sem falar nada, aí o povo ia lá e perguntava, eles fazia teatro relâmpago na rua, ia pra porta da rodoviária, pra Praça 7, aí pro outro da Savassi, ia pra Santa Tereza. Levava um radinho, um livro, qualquer coisa, só sei que não era nada ensaiado, não? Na hora a gente inventava, o povo começava a chegar querendo saber o que é aquilo e a gente explicava o que tava acontecendo lá. A Constituição, a gente precisava de explicar tudo, o que que era que a gente tinha que fazer. Eu sei que nós recolhemos mais 10 mil assinaturas, só doméstica, nós fomos todo mundo, aquela manada lá em Brasília. Chegamos lá, eles não queria receber a gente não. E a Benedita da Silva acompanhou a gente sempre em tudo. A Benedita foi um braço forte nosso ali em Brasília, viu? Aí nós ficamos lá e não queriam deixar a gente entrar. “Então, pode entrar só três.”

Ai nós barramos. “Três, não. Tem que entrar todo mundo!” Nós batemos o pé lá e conseguimos entrar todo mundo. De manhã, lá no auditório, o pessoal ficava assim: -“Que mulherada é essa?” Todo mundo já com a cara meio assim, né? -“Que mulherada é essa?” Nós fomos o segundo número maior que tivemos lá em Brasília nessa época, viu? Nós botamos medo no povo lá, viu? O povo pisava bonitinho lá e a gente enfrentava até. Lá, a gente não ficava com medo, não. -“Nós tamo aqui pra dá o que der e vier, né?” E foi assim essa luta de muito tempo. À noite na hora da votação, eles ficava votando e nós ficava lá atento. Enquanto 1 ou 2,3 dormia, o resto ficava lá. -“Oh, não é assim não!” E a gente gritava que não era daquele jeito, né? Teve uma época que nós quase fomos presa lá. -“Não tem problema, não. Alguém vem aqui e solta a gente.” E acabou que Ulisses Guimarães não deixou não, né? Ele falou: -“Não, eu tenho muito respeito por essas mulheres, são mulheres valorosas.”

Queriam nos impedir de entrar no Parlamento pra falar com Ulysses Guimarães. (...) Eu lembro de Amália, de Recife, queria ir pro braço, quebrar o vidro, porque fecharam as portas, colocaram seguranças. [...] Chegou nos tapetes vermelhos a gente acampou. E foi uma das maiores categorias [...] Quando o presidente da câmara nos recebeu, ele veio com o discurso de que ele tinha uma trabalhadora doméstica, com mais de 30 anos na casa dele e que era como se fosse da família. Eu lembro que a companheira Lenira [...] quando pegou o microfone disse a ele: - “Nós não queremos ser da família. Nós queremos que o senhor reconheça o nosso valor. Na hora de votar nos nossos direitos, levante o crachá a favor” (SANTOS, 2010, p. 4).

A dimensão alcançada pela mobilização e seu sentido de enfrentamento guarda ressonância com os apontamentos de Brites (2013) que indicam uma dinâmica similar nas Conferências da OIT:

Em belíssima descrição etnográfica da atuação das delegações de trabalhadoras domésticas nas Conferências da OIT de 2011 e 2012, Goldsmith (2013) mostra como as militantes subverteram os espaços e desrespeitaram os protocolos, reposicionando os lugares residuais que lhes haviam sido destinados nas salas de reuniões da Organização das Nações Unidas - ONU. Ruidosamente se fizeram ouvir e conseguiram ser incorporadas com equidade nos debates. Apoiada em Fraser (1977), a antropóloga argumenta que o fraco pode se fazer forte no escopo das relações de dominação usando “espaços discursivos paralelos, em que membros de grupos sociais subordinados inventam e circulam contradiscursos que, por sua vez, permitem a formulação de interpretações conflitantes sobre suas identidades, interesses e necessidades” (GOLDSMITH, 2013, p. 245,

tradução da autora) (BRITES, 2013, p. 433).

Todavia, como novamente nos aponta Brites (2013) a efervescência então alcançada, se mostra o dinamismo e a influência exercida pela categoria, não pode obliterar fragilidades históricas enfrentadas:

Há uma dupla consonância, aparentemente paradoxal, nos estudos sobre organização sindical das trabalhadoras domésticas. Por um lado, a constatação das dificuldades de expansão e manutenção das entidades sindicais, o que, em regra, redundava em instituições diminutas diante do tamanho da população envolvida nesse setor. Por outro lado, há o reconhecimento da tremenda força de luta que poucas militantes conseguem levar a cabo (BRITES, 2013, p. 431).

De fato, todo este processo de mobilização, embora importante, não conseguiu a época garantir a plenitude dos direitos para as trabalhadoras domésticas. Apresentou-se, então a necessidade de modificação nas estratégias de ação:

(...) as demandas da categoria não mudaram, o que mudaram foram as estratégias que essas seguem para atingir seus objetivos. Entre as estratégias estão: a participação das articulações nacionais com outras categorias; a mobilização da base sindical; o fortalecimento dos laços com as parcerias locais e globais tanto com organismos internacionais quanto organizações da sociedade civil; o acompanhamento do trâmite legislativo e decisões judiciais com relação a temas de seu interesse; e a promoção da accountability (ALMEIDA NETO, 2013, p. 9).

A persistência da luta redundou, anos mais tarde, em passos importantes. O primeiro deles foi a estruturação, pelo Governo Federal da primeira política pública voltada exclusivamente para a categoria: o Programa Doméstico Cidadão. Outro passo foi a adesão, pelo país, à Convenção Sobre o Trabalho Decente para as Trabalhadoras e Trabalhadores Domésticos nº 189, que, proposta pela Organização das Nações Unidas, previa igualdade de direitos para a classe. Ao se tornar signatário de tal instrumento, o governo se comprometeu a reformular a legislação então vigente – processo este que levou à aprovação da já aludida PEC das domésticas..

O esforço empreendido pelas organizações de trabalhadoras domésticas foi reconhecido pela OIT que aponta:

Há pelo menos sete décadas as trabalhadoras domésticas têm desenvolvido ações para terem reconhecidos seus direitos e o valor social de seu trabalho, que vão desde campanhas educativas pela valorização do trabalho doméstico até propostas de lei e emendas constitucionais (OIT, 2010, p. 20).

Hoje, já idosa, Maria Ilma vê concretizadas muitas das reivindicações que guiaram sua vida pública. Tem, assim, a oportunidade de acompanhar se a aguardada guinada na

condução das práticas de contratação e trabalho dentro das casas realmente se efetivará. Sua memória é guardiã preciosa de uma narrativa que fala de seu tempo histórico. É mantendo a esperança em mudanças substantivas para sua categoria que Maria Ilma reafirma sua filiação à luta – marca de toda uma vida:

A luta continua. Eu tô afastada por questão de saúde, o médico mesmo falou para... –“porque se não você vai perder a perna.” Nós não resolveu, não, nem a metade ainda. Falta muita coisa ainda, que nós ainda não conseguimos. Mas nós ainda vamos conseguir. Falei que a alegria que eu tenho é de morrer um dia e falar assim: -“Eu não morri de braços cruzados.”

REFERÊNCIAS

ALMEIDA NETO, Francisco Sergio de. Análise das ações e políticas públicas direcionadas aos empregados domésticos no Brasil. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social - Territórios em Movimento - caminhos e descaminhos da gestão social e ambiental, 7, 2013, Belém. Anais... Juazeiro do Norte: Universidade do Amazonas; Universidade Federal do Pará, 2013, p. 1-17., Disponível em: <<http://www.anaisenapegs.com.br/2013/dmdocuments/1603.pdf>>. Acesso em 29 set. 2013.

BARBOSA, Xênia de Castro. **Experiências de moradia: história oral de vida familiar.** 2009. 248 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

BARROS, Vanessa Andrade de; SILVA, Lílian Rocha da. A pesquisa em História de Vida. In: GOULART, Iris Barbosa (org.) **Psicologia Organizacional e do Trabalho: teoria, pesquisa e temas correlatos.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002, p. 134-158.

BERNARDINO-COSTA, Joaze. **Sindicatos das trabalhadoras domésticas no Brasil: teorias da descolonização e saberes subalternos.** 2007. 287 f. Tese (Doutorado). Departamento de Sociologia. Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **PLANSEQ. Trabalho doméstico cidadão.** Brasília: MTE, 2006. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812CD2239D012CEA-32DAAA663A/LivretoPlanseq_trabalhodomesticocidadao.pdf>. Acesso em 16 set. 2013.

BRITES, Jurema Gorski. Trabalho doméstico: questões, leituras e políticas. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v. 43, n. 149, p. 422-451, ago. 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742013000200004&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 28 ago. 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742013000200004>.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO CIENTÍFICA. **Coleções.** Juventude Operária Católica. 2015. Disponível em: <http://www.pucsp.br/cedic/colecoes/colecoes_audiovisuais_sonoras/juventude_operaria.html>. Acesso em 26 jul. 2015.

JUNQUEIRA, Débora. Profissão Doméstica. **Revista Elas por Elas.** Belo Horizonte, número 3, p. 11-14. agosto de 2009.

LACERDA, Antônio Carlos. Brasil tem o maior número de empregadas domésticas do mundo. **Portal Pravda**, Minas Gerais, 28 mar.2013. Disponível em: <http://port.pravda.ru/busines/28-03-2013/34435-brasil_numero_empregadas-0/>. Acesso em: 31 jul. 2013.

MELO, Hildete Pereira de; CONCEIÇÃO, Odete Maria & OLIVEIRA, Anazir Maria. Lastrabajadoras Domésticas en Rio de Janeiro: su lucha para organizarse. In: Chaney, Elsa M. e Castro, Mary Garcia (org). **Muchacha, Cachifa, Criada, Empleada, Empregadinha, Sirvientay ...Más nada**. Trabajadoras Del Hogar em America Latina. Caracas – Venezuela: EditorialNueva Sociedad, 1993, p. 225-248.

MINAYO, Maria Cecilia de S.; SANCHES, Odécio. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade?. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 237-248, Sept. 1993. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1993000300002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 24 Feb. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X1993000300002>.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Trabalho Doméstico no Brasil: rumo ao reconhecimento institucional**. Brasília: ILO, 2010. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/gender/pub/igualdade_genero_262.pdf> Acesso em: 03 jan. 2013.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. O trabalho doméstico remunerado na América Latina e Caribe. **Notas OIT**, número 7, 2011. Disponível em: <http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/gender/doc/notas%20oit%207%20portugues_790.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2013.

SANTOS, Jovelina Silva. Em campo contra o inimigo vermelho: a Igreja Católica na disputa pela sindicalização dos trabalhadores rurais no Ceará. **Saeculum – revista da Universidade Federal da Paraíba**, v. 26, p. 169-186, 2012. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/srh/article/viewFile/15042/8549>>. Acesso em 26 jul. 2015.

SANTOS, Judith Karine Cavalcanti. Participação das trabalhadoras domésticas no cenário político brasileiro. In: Fazendo Gênero. Diásporas, diversidades, deslocamentos, 9, 2010, Santa Catarina. **Anais...** Santa Catarina: Universidade Federal de Santa Catarina, 2010, p. 1-9. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1277940583_ARQUIVO_2010-FazendoGenero-participacaopoliticadasTD.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2013.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.



PUC Minas
São Gabriel